



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DEISE INÁRA CREMONINI DAGNESE

**“E essa tal de EPT?” Estudo sobre a história e memória da Educação
Profissional e Tecnológica do IFRS *Campus* Farroupilha**

Porto Alegre
Setembro de 2021

DEISE INÁRA CREMONINI DAGNESE

**“E essa tal de EPT?” Estudo sobre a história e memória da Educação
Profissional e Tecnológica do IFRS *Campus* Farroupilha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Porto Alegre
Setembro de 2021

D126e

Dagnese, Deise Inára Cremonini

E essa tal de EPT? Estudo sobre a história e memória da Educação Profissional e Tecnológica do IFRS Campus Farroupilha / Deise Inára Cremonini Dagnese – Porto Alegre, 2021.

125 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2021.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. História. 3. Memória, I. Oliveira, Maria Augusta Martiarena de. II. Título

CDU: 376

DEISE INÁRA CREMONINI DAGNESE

**“E essa tal de EPT?” Estudo sobre a história e memória da Educação
Profissional e Tecnológica do IFRS *Campus* Farroupilha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 05 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
Orientador

Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

Profa. Dra. Olívia Moraes de Medeiros Neta

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

DEISE INÁRA CREMONINI DAGNESE

**Coleção: E essa tal de EPT?
A história do Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 05 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

Orientador

Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

Profa. Dra. Olívia Morais de Medeiros Neta

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

AGRADECIMENTOS

À família, especialmente aos meus pais, que nunca mediram esforços, sempre priorizando o estudo aos seus filhos.

Ao meu namorado, Douglas, que sempre está do meu lado me acalmando e que me ajudou em mais esta etapa.

À minha querida orientadora, Professora Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Martiarena de Oliveira, pela ajuda, carinho, paciência e grande preocupação ao longo da pesquisa. Ao IFRS, que possibilitou tornar-me discente, além de servidora.

Ao programa ProfEPT – *Campus* Porto Alegre, bem como aos professores, que proporcionaram um novo olhar sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

À banca de qualificação, Prof.^o Dr. Francisco das Chagas Silva Souza e Prof.^a Dr^a. Olívia Morais de Medeiros Neta pelo enriquecimento da pesquisa mediante suas contribuições.

RESUMO

Tendo em vista a importância das instituições educacionais para além do âmbito educacional, considera-se fundamental a preservação da memória e da história destas. Nesse sentido, a presente pesquisa analisou a história e memória de uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como base para o desenvolvimento de um produto educacional que estimule a preservação da memória permanente dos indivíduos da sociedade em que o Instituto Federal de Educação ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) *Campus* Farroupilha está inserido. Para tanto, buscou-se entender a importância da memória e história da EPT, identificar os marcos regulatórios sobre as leis que norteiam a EPT, compreender a história e memória do IFRS *Campus* Farroupilha e desenvolver um produto educacional no contexto de fortalecimento, memória e história do IFRS *Campus* Farroupilha. A natureza da pesquisa caracterizou-se como pesquisa exploratória de cunho histórico. Utilizou-se a pesquisa documental no sentido de obter conhecimentos sobre a instituição e utilizou-se o uso de mídias digitais para a produção dos produtos educacionais. O resultado da pesquisa foi materializado na Coleção: E essa tal de EPT? A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, propõe-se a contribuir, enquanto produto educacional, preservando a história e memória do IFRS *Campus* Farroupilha, permitindo a valorização e o fortalecimento da identidade institucional, colaborando indiretamente com a conservação da memória e história da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica. IFRS *Campus* Farroupilha. Proep. História. Memória.

ABSTRACT

Given the importance of educational institutions for the educational field, it is considered essential to preserve their memory and history. In this sense, this research analyzes the history and memory of an institution in the educational context of EPT, as a basis for or development of an educational product that encourages the preservation of the society permanent memory, in which IFRS *Campus Farroupilha* is inserted. Therefore, we sought to understand the importance of the EPT's memory and history, identify the regulatory frameworks on the laws that guide the EPT, understand the history and memory of the IFRS *Campus Farroupilha* and develop an educational product in the context of strengthening, memory and history of the IFRS *Campus Farroupilha*. The nature of the survey is characterized as an exploratory survey of a historical period. I use a documentary research without the meaning of obtaining knowledge about the institution and the use or use of digital media for the production of two educational products. The result of an investigation, materialized in the Collection: *Is this about EPT? For the History of Professional and Technological Education in Brazil*, we intend to contribute, as an educational product, preserving the history and memory of the IFRS *Campus Farroupilha*, allowing the enhancement and strengthening of the institutional identity, indirectly collaborating with the preservation of the memory and history of Education Professional and Technological.

Keywords: Professional and Technological Education. IFRS *Campus Farroupilha*. Proep. History. Memory.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero.....	51
Gráfico 2 - Faixa etária.....	51
Gráfico 3 - Escolaridade.....	52
Gráfico 4 - Conhecimentos.....	53
Gráfico 5 - Atuação no projeto.....	53
Gráfico 6 - Conhecimento sobre a ETFAR.....	54
Gráfico 7 - Conhecimento sobre <i>Campus</i> Farroupilha do IFRS.....	54
Gráfico 8 - Envolvimento.....	55
Gráfico 9 - Tempo que conhece o IFRS <i>Campus</i> Farroupilha.....	55
Gráfico 10 - Duração, clareza e qualidade dos podcasts.....	57
Gráfico 11 - Aspectos a serem melhorados, parte 1 - Podcast.....	58
Gráfico 12 - Aspectos a serem melhorados, parte 2 - Podcast.....	59
Gráfico 13 - O que o podcast proporciona.....	59
Gráfico 14 - Espaço de reflexão sobre história e memória.....	60
Gráfico 15 - Integração com a população.....	60
Gráfico 16 - Ampliação do conhecimento.....	61
Gráfico 17 - Compreensão da história do IFRS <i>Campus</i> Farroupilha.....	61
Gráfico 18 - Relevância do conteúdo dos podcasts.....	62
Gráfico 19 - Relevância do conteúdo do documentário.....	63
Gráfico 20 - Aspectos que deveriam ser alterados, parte 1 - Documentário.....	64
Gráfico 21 - Aspectos que deveriam ser alterados, parte 2 - Documentário.....	64
Gráfico 22 - O que o documentário proporciona.....	65
Gráfico 23 - Documentário como espaço de reflexão sobre a história e memória.....	65
Gráfico 24 - Integração com segmentos da população.....	66
Gráfico 25 - Ampliação do conhecimento do público que acessa.....	66
Gráfico 26 - Compreensão da história do IFRS <i>Campus</i> Farroupilha.....	67
Gráfico 27 - Relevância do documentário.....	67
Gráfico 28 - Processo proposto como contribuição na preservação das memórias.....	68
Gráfico 29 - Relevância do projeto para os avaliadores.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFAR	Escola Técnica de Farroupilha
FUCS	Fundação da Universidade de Caxias do Sul
IF	Instituto Federal
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul-riograndense
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	ESTADO DA ARTE.....	19
2.2	MEMÓRIA.....	20
2.3	HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO.....	25
2.4	HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	33
3	METODOLOGIA	38
3.1	PESQUISA EXPLORATÓRIA DE CUNHO HISTÓRICO.....	38
3.1.1	Pesquisa Documental: entre Escritos e Fotografias	39
3.2	MÍDIAS DIGITAIS: CONTEÚDO A QUALQUER HORA E LUGAR	44
3.2.1	Podcast	44
3.2.2	Documentário	45
4	ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	49
4.1	ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS AVALIADORES	50
5	PRODUTO EDUCACIONAL	72
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL	83
	APÊNDICE B - ROTEIROS DOS PODCASTS	84
	APÊNDICE C - ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO	102
	APÊNDICE D - ARTIGO	110
	APÊNDICE E - AVALIAÇÕES DESCRITIVAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO.	120

1 INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é valorizar o passado com vistas no futuro dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O reconhecimento dos Institutos Federais (IF's) é importante para que esta valorização se torne viável, e que tenhamos conhecimento de seu passado. Passado este, centenário, voltado para a educação profissional e tecnológica desde o início do século XX.

Tendo como objeto de investigação a história do *Campus* Farroupilha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, o propósito desta dissertação e produto educacional é promover o fortalecimento da identidade institucional dela, a partir, do estudo da história desta instituição educacional pública que se originou de uma iniciativa privada.

Cabe aqui ressaltar a importância da compreensão da história para uma instituição, como destaca Werle (2004, p. 114), “As instituições têm a sua história/memória e a forma como esta é registrada e o que nela é enfatizado é importante para compreendê-la.”

A finalidade é tornar perceptível para a comunidade, tanto interna quanto externa, o nome e a história do IFRS, fazendo com que a comunidade tome a instituição como seu mundo, como seu propósito e parte de si. É neste universo de reconhecimento, que se torna imprescindível o fortalecimento do nome do IFRS *Campus* Farroupilha perante a sociedade. Para tanto, destacamos novamente Werle (2004, p. 115) que destaca “A forma de expressão e registro de sua memória configura significados acerca das situações. Expressar descritivamente fatos vivenciados auxilia a criar uma consciência da instituição.” e finaliza dizendo que esse tipo de registro “de uma instituição cria espaços e produz consciência e identidade de si e da situação.” (WERLE, 2004, p. 115).

A partir disto, se faz necessário conhecer a história do IFRS, como forma de sustentar o trabalho, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) IFRS (2019-2023), o IFRS constituiu-se inicialmente de quatro instituições de educação profissional, segundo o (PDI IFRS 2019-2023), as instituições foram: CEFET Bento Gonçalves (1959), a EAF de Sertão (1957), a escola técnica da UFRGS (1909) e o Colégio Técnico Industrial Mário Alquati da FURG (1964). Além destas, novas unidades foram inseridas posteriormente à instituição: Restinga (Porto Alegre), Caxias do Sul, Osório, Erechim, Viamão, Alvorada, Rolante, Vacaria e Veranópolis. Também

houve a devolução de escolas que foram edificadas com recursos do governo e que não ofertavam gratuidade no caso dos *Campi*: Farroupilha, Feliz e Ibirubá.

No que tange a história do IFRS *Campus* Farroupilha é importante conhecer, neste primeiro momento, aspectos de sua história. Este *Campus* é localizado no município de Farroupilha, no estado do Rio Grande do Sul.

O *Campus* Farroupilha foi criado a partir da federalização da Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR). Anteriormente, a Escola era ligada à Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS), mas desde o ano de 2008, a FUCS junto à comunidade iniciou os debates para a federalização do espaço. (NÚCLEO DE MEMÓRIA, IFRS, 2019).

A Escola Técnica de Farroupilha foi inaugurada dia 14 de maio de 2001, porém, iniciou suas atividades em 13 de agosto de 2001. Foram nove anos de funcionamento da ETFAR/UCS, tendo participado e promovido atividades acadêmicas, eventos comunitários, formaturas entre outros.

No ano de 2008 foram iniciados, junto com a comunidade acadêmica e externa, a federalização da escola técnica, sendo concluídos os trâmites de federalização em 2010.

Em 25 de fevereiro de 2010 implantou-se o Núcleo Avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul em Farroupilha, mediante incorporação da ETFAR, por meio do Convênio nº 016/1999 e 068/2001/PROEP, firmados entre o MEC e a FUCS. (NÚCLEO DE MEMÓRIA, IFRS, 2019).

Ainda no ano de 2010, foi realizado o primeiro processo seletivo do *Campus* Farroupilha. As aulas iniciaram no segundo semestre do mesmo ano, ofertando os cursos técnicos em: eletrônica, eletrotécnica, informática, metalurgia, plásticos e redes.

Após três anos da federalização, segundo o Núcleo de Memória (IFRS, 2019): “Em 23 de abril de 2013, o Núcleo Avançado de Farroupilha foi transformado oficialmente em *Campus* Farroupilha do IFRS”. Essa transformação de núcleo avançado para *Campus* foi fundamental para que a instituição tivesse autonomia administrativa.

Com esta perspectiva entendemos que o fortalecimento da identidade

institucional é fundamental para o *Campus* Farroupilha. Acreditamos que, para sermos reconhecidos é essencial a preservação da história, neste caso com a historicidade da fotografia para gerar empatia e ações que envolvam a comunidade escolar e a comunidade externa, e com a finalidade de estreitarmos os vínculos de pertencimento dos envolvidos com o *Campus*.

Este estreitamento de vínculo proposto vem muito da minha própria história e memória afetiva envolvendo a instituição estudada. Minha história e memória enquanto servidora com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul começou há 10 anos. Fiz o concurso incentivada pela minha mãe, tenho isto como memória afetiva, ainda lembro do dia que ela me falou para fazer a prova. Deste momento, até os dias atuais, o meu crescimento enquanto pessoa e profissional tem evoluído de uma forma linda e criativa.

Trabalhei por dois anos na reitoria do IFRS e pude entender o trabalho dos Institutos como um todo. Após este período, fui convidada a assumir a comunicação do *Campus* Farroupilha, do qual faço parte até hoje e confesso que foi extremamente desafiador mudar da reitoria para um *Campus*. Quando se trabalha na reitoria (sem ter o contato inicial com um *Campus*) e vamos para um *Campus* trabalhar vemos que a realidade é outra.

No *Campus* Farroupilha cheguei com uma certa dinâmica, a qual eu já trabalhava na reitoria, porém, precisei me adaptar totalmente a rotina do *Campus*. Vendo por esta forma, e pensando na trajetória do *Campus* Farroupilha que foi “adaptada” da antiga ETFAR, sinto que minha relação com a instituição tem certas semelhanças que me fazem ter mais sentimentos de afetividade por este *Campus* que me acolheu e que tanto me ensinou.

No setor de comunicação do *Campus*, tenho algumas rotinas, normais para o setor, porém o que mais me chama atenção é que trabalho diretamente com a memória do *Campus*, principalmente através de fotografias e de história escritas, quando fizemos notícias reportando os acontecimentos e fatos que acontecem no cotidiano do *Campus*, mas isto não estava tão claro para mim, até o momento que entrei no Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT).

No mestrado, fomos instigados a pensar em nosso projeto na disciplina de Metodologia de Pesquisa através das possibilidades que queríamos desenvolver. Uma de minhas possibilidades, e aqui deixo um esclarecimento, para mim a menos

provável para desenvolver, foi a questão da memória do *Campus* Farroupilha, mas não a partir da federalização, que está muito bem documentada, mas a história dela como instituição antes da federalização. Sim! Ela já tinha uma história e não queria que ela se perdesse.

Esta história foi e é muito importante para comunidade farroupilhense e sinto, como farroupilhense, que não poderia perder a chance de registrar. Uma de minhas memórias afetivas, é a construção da ETFAR, pois estava no ensino médio e via como possibilidade de continuar meus estudos, nesta instituição, porém minhas expectativas não se concretizaram e acabei mudando meus objetivos e com ela meus horizontes.

Essa importância da memória institucional do *Campus* Farroupilha antes da federalização só veio à tona graças às inúmeras conversas com minha orientadora Maria Augusta, da qual não tenho palavras para descrever minha gratidão. Através destas falas e das trocas de ideias chegamos a este projeto como está delineado atualmente.

Gostaria de expressar elementos sobre minhas ações na comunicação do *Campus* e da qual tenho um orgulho imensamente grande em discursar. Dentre as atividades triviais desenvolvidas, faço parte de programas e projetos de extensão que visam manter a memória e a história institucional viva e ativa. Gostaria de falar sobre dois deles: o Programa *Campus* da Gente e o Núcleo de Comunicação. Estes dois são extremamente importantes e de um valor inestimável para mim, principalmente pelo envolvimento dos alunos nestes programas/projetos.

O Programa *Campus* da Gente propõe a criação de projetos que aproximem a comunidade interna, principalmente alunos, com a comunidade externa, prospectando sempre possíveis futuros alunos do IFRS *Campus* Farroupilha. É uma ferramenta de divulgação institucional criativa com o desenvolvimento de ações midiáticas, oficinas artísticas e culturais, organização de visitas de escolas na instituição, entre outras iniciativas. Os projetos vinculados a este programa são: Núcleo de Comunicação; Conheça o *Campus* Farroupilha, entre outros.

O Núcleo de comunicação tem como objetivo, por meio de alunos bolsistas e voluntários, a produção de conteúdos midiáticos (*podcasts*, fotografias, vídeos), a respeito de atividades e ações do *Campus*, que são difundidas por meio das mídias e redes digitais. Estes dois projetos estão entrelaçados e têm grande importância para a memória institucional que pretendemos continuar construindo.

Após este breve relato sobre minha vida institucional enquanto servidora e agora aluna mestranda da rede federal, acreditamos que este projeto é de suma importância para os Institutos Federais, e que, por meio do estudo histórico, façamos que a comunidade entenda o que já foi feito no e pelo *Campus* e que a mesma se sinta acolhida e sinta-se que faça parte da instituição.

A presente dissertação consiste em uma pesquisa exploratória de cunho histórico, cujo resultado foi a produção de mídias. Tal investigação pautou-se na análise documental, tanto em fontes escritas como iconográficas, as quais foram localizadas no *Campus*, tendo como resultado a produção de mídias digitais, tais como *podcast* e documentário, para podermos elucidar o questionamento da pesquisa proposta.

O questionamento da pesquisa em questão é: A partir do estudo da história e memória da instituição, da transformação da ETFAR em *Campus* Farroupilha do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como isso vai corroborar para o fortalecimento da identidade institucional dela?

Para evidenciar a fundamentação de pesquisa, apresentaremos os autores trabalhados nesta dissertação: Bastos (2012, 2013 e 2016), Borges (2017), Ciavatta (2002, 2005, 2007, 2009, 2014 e 2019), Frigotto (2005), Gatti Júnior (2002 e 2018), Gil (2010), Halbwachs (1990), Kossoy (2014), Le Goff (1992), Luiz (2014), Magalhães (2004, 2007, 2010), Manfredi (2017), Melo (2002), Nosella e Buffa (2005), Nogueira (2010), Pollak (1989, 1992), Pacheco (2011), Ramos (2014), Ruckstadter e Ruckstadter (2011), Sabbi (2012), Sanfelice (2005, 2008, 2010), Saviani (2013, 2014, 2017, 2019), Sônego (2010), Souza (2015), Villar (1992) e Werle (2004, 2007, 2017).

A escolha do tema da história das instituições educacionais para fortalecimento da identidade institucional do *Campus* Farroupilha se dá por inúmeros motivos, alguns dele são: a confusão do nome IFRS *Campus* Farroupilha com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), cuja reitoria está localizada em Santa Maria, Rio Grande do Sul; a lembrança recorrente da antiga escola técnica da Universidade de Caxias do Sul (UCS), a ETFAR; fortalecimento da imagem institucional conforme consta na política de comunicação do IFRS; e pela impossibilidade de fazer uso de propaganda, por sermos uma instituição pública.

Outros motivos que justificam a pesquisa são: a função social dos Institutos Federais e a ela está atrelada, e a missão do IFRS. Importante ressaltar estes dois pontos que são importantes para a divulgação institucional do Instituto e seu

enraizamento. Pacheco (2011, p. 18), descreve sobre a função social dos IF e afirma:

[...] na compreensão das estruturas institucionais e na intervenção nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

Resgatamos a missão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul para que possamos entender que o fortalecimento da identidade institucional é necessário para que consigamos alcançar o proposto pela instituição de ensino, na sua política de comunicação afirma:

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais. (MISSÃO, VISÃO E VALORES, IFRS, 2019).

A instituição entende que a imagem institucional é de grande importância para a consolidação da mesma junto à comunidade interna e externa do *Campus Farroupilha*. A política de comunicação do IFRS traz esta percepção, sendo:

A imagem se consolida internamente a partir de ações institucionais que objetivam despertar e fortalecer nos públicos internos o sentido de pertencimento e orgulho. Este sentimento deve ser incentivado no momento em que novos servidores, alunos ou outros representantes dos públicos internos ingressam no Instituto e se estender de forma permanente [...]. (POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO, IFRS, 2019).

Outro trecho importante da política de comunicação que é necessário destacar é quanto a imagem institucional junto à comunidade externa:

Externamente, a imagem institucional positiva se forma pela interação harmoniosa com os múltiplos públicos estratégicos, permitindo que eles reconheçam a atuação do Instituto na sociedade e sua contribuição para a disseminação do conhecimento e a formação profissional. (POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO, IFRS, 2019).

Visto os pressupostos citados, entendemos que, é fundamental elucidar e propagar o máximo do nome da Instituição para que as pessoas tenham ciência de que o IFRS é uma instituição, pública, federal e de qualidade, para que dessa forma

mais pessoas possam ter acesso à educação que o Instituto Federal se propõe a oferecer.

Mais uma justificativa é a questão da preservação da memória das instituições das quais fizemos parte. Para justificar a escolha do problema que foi abordado neste projeto, foi necessário fazer uma série de questionamentos. Destes, não é possível nos ater a todos, porém, o tema escolhido faz parte de uma parte da história da instituição envolvida, o IFRS. Segundo Magalhães:

[...] a relação entre cada instituição educativa e a sua comunidade envolvente não esgota a problemática da descoberta de um sentido na orientação e na evolução histórica das instituições educativas que envolve simultaneamente uma hermenêutica de aprofundamento e de descoberta da internalidade institucional, através da dialéctica entre materialidade, representação, apropriação, mas constitui, não obstante, um eixo fecundo e determinante no plano epistémico. Neste sentido, o percurso investigativo que aqui se apresenta toma a relação histórica das instituições educativas com o meio envolvente como principal eixo de problematização e como via de estruturação do conhecimento e de organização da narrativa. (MAGALHÃES, 2007, p. 70).

O objetivo geral deste trabalho é fortalecer a identidade institucional do *Campus* Farroupilha do IFRS para a comunidade de Farroupilha, por meio de produtos educacionais criados para que atendam a solidificação deste vínculo.

Como objetivos específicos, temos o propósito: a) compreender a constituição do *Campus* Farroupilha a partir do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep); b) compreender a história da EPT; c) estudar o acervo fotográfico e documental do *Campus* Farroupilha envolvidos na transição de escola técnica vinculada ao Proep para *Campus* do IFRS; d) definição, produção, avaliação e análise dos produtos educacionais: podcast e filme documentário.

Para tanto, os próximos capítulos apresentados versarão sobre a apresentação de pontos que ajudarão a esclarecer e alcançar os objetivos apontados. Serão percorridos, neste trabalho: referencial teórico com ênfase no estado da arte, no estudo da memória, na história das instituições profissionais e tecnológica, na história das instituições educacionais; a metodologia utilizada para a produção desta dissertação e produto educacional; a produção, roteiro utilizados e análise das avaliações dos produtos educacionais produzidos; e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESTADO DA ARTE

Considerou-se necessário conhecer trabalhos e produtos análogos ao proposto, com o intuito de saber o que já foi feito acerca do mesmo tema. Logo, foram feitas buscas em plataformas de publicação acadêmica.

A busca foi feita com delimitações de datas e plataformas. Para datas foi escolhido um período de dez anos, entre os anos de 2010 e 2019 e foram escolhidas as plataformas Capes, Lume, Sucupira e Educapes para tal pesquisa. Para a busca nestas plataformas foram utilizados os seguintes descritores: história das instituições de ensino profissional, fotografia, fotografias e memória. Esta pesquisa resultou em um total de 48 trabalhos análogos, sendo considerados teses, dissertações, artigos, produtos educacionais e grupos de pesquisas.

Após os dados apresentados acima e entendendo a importância da história das instituições de ensino profissionais, constatamos que, ainda são poucos os resultados voltados para elas. Vimos que, ao decorrer do estado da arte, ainda há carência de divulgação das histórias institucionais. Pensando que, os Institutos são relativamente novos e que, apesar deste novo formato, as instituições que a compõem têm idades institucionais diversas, nem todas as entidades têm sua história documentada, catalogada e divulgada.

Notamos que, quando aparecem História da Educação Profissional voltado para os institutos profissionais há nitidamente dois vieses que se é seguido. Um deles é pela historicidade de tempo, isto é, as centenárias, história destas na ditadura ou centenário da rede federal. Outro ponto é a novidade, no caso a rede do Instituto Federal que tem apenas 10 anos de existência, existem muitos trabalhos de continuidade após a federalização. Encontramos poucos relatos das Instituições que já eram ativas antes da federalização, mas com pouco tempo de existência.

O trabalho que mais se assemelha ao meu é a dissertação de Karla da Silva Queiroz com o título “A unidade de ensino descentralizada da ETFRN em Mossoró/RN: contextualização histórica e práticas de formação” que narrou a história da instituição no recorte de tempo de 1995 a 1998. O trabalho em questão tem objetivos específicos semelhantes ao que pretendo abordar, tais como: Contextualização da instalação de uma escola técnica em um município;

compreensão dos objetivos de uma escola técnica, considerando os projetos políticos envolvidos na época.

Nas minhas pesquisas paralelas houve também outros trabalhos e autores importantes. O destaque que faço é para a autora Rosângela Aquino da Rosa (2018) que tem vários artigos, dissertação de mestrado e tese de doutorado voltados para a história das instituições e a história da Rede Federal de Educação tendo como principal metodologia de pesquisa a fotografia. Meu destaque é para sua tese de doutorado “A cultura material da educação profissional, a memória e a história de sua transformação – O acervo de fotografias da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1909-1985)” que busca na fotografia como modo de preservação da memória da rede federal de ensino.

No mapeamento apresentado, apesar das pesquisas relevantes, nenhuma delas aborda a especificidade do Proep como parte da construção do ensino tecnológico. Diante do exposto, destaco a importância do projeto proposto, a qual tem por finalidade a busca do Proep através da memória institucional do *Campus Farroupilha* do IFRS.¹

2.2 MEMÓRIA

A memória está presente em nossas vidas desde nosso nascimento. É por meio delas que interagimos, nos identificamos e entendemos a vida ao nosso redor. A memória, assim como a interação social, nos acompanha por toda a nossa vida e molda não somente nossos passos, mas também daqueles que convivem conosco e até os locais que frequentamos.

Le Goff (1990), define: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Estas memórias são fundamentais para a construção da história de um de um indivíduo, moldando sua personalidade e identidade. As memórias individuais são importantes

¹ Este estudo sobre o estado da arte foi apresentado em forma de apresentação no simpósio temático intitulado Identidade: da Universidade Federal de Rio Grande nos dias 5 a 8 de outubro de 2020. O mesmo foi publicado como resumo expandido nos anais do evento podendo ser acessado através do link:

https://profissionaisdahistoria.furg.br/images/Caderno_de_Resumos_Encontro_Nacional_PPGH_Profissionais_FURG_2020.pdf

para a construção das memórias coletivas, pois, para Le Goff (1990, p. 426): “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

A memória coletiva é construída por um grupo de indivíduos e lá permanecem, sendo elas lembradas pelo próprio indivíduo em questão ou pelo grupo ao qual faz parte. Segundo Halbwachs (1990, p. 26), as “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que trate de conhecimento nos quais só estivemos envolvidos, e com objetos que só nos vimos”. Halbwachs (1990, p. 26), explica que este fenômeno acontece pela reunião de lembranças que irão reconstituir o prosseguimento dos atos que praticamos, assim:

[...] acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituir toda a sequência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo” (HALBWACHS, 1990, p. 27).

Pollak (1992), complementa que essas lembranças passam a fazer parte da própria essência do indivíduo, tornam-se realidade, por influência dos interlocutores e pelas falas dos mesmos possam causar efeito. Esse movimento da memória de um grupo é evocado, chamado quando o assunto em questão é mencionado:

Para que se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida do nosso grupo e consideramos; e consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 1990, p. 36).

A partir deste pressuposto, podemos nomear um grupo como uma sociedade, com propósitos e afinidades em comum. A memória social nas sociedades implica não só na visão do passado, mas também que tange o presente e projeta seus planos para o futuro. Neste âmbito a memória das instituições escolares é uma conjuntura que deve ser considerada:

Nas sociedades, a distinção do presente e do passado (e do futuro) implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõem a educação e, para além disso, a instituição de uma memória coletiva, a par da memória individual. (LE GOFF, 1990, p. 206 e 207).

A memória das instituições escolares vem intrínseca na memória individual e coletiva de uma determinada sociedade. Sobre a memória institucional, Magalhães (2007, p. 70), argumenta: "A sistematização e a (re)escrita do itinerário histórico de uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nesta relação a sua principal base de informação e de orientação."

Todos os fatores de uma instituição têm importância para seu legado. Magalhães (2004, p. 155), afirma e destaca que a memória é mais importante para isso:

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais que se contrapõe a um discurso científico. É mediando entre as memórias e os arquivos que o historiador em entretesse uma hermenêutica e um sentido para seu trabalho e nessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas. (MAGALHÃES, 2004, p.155).

Para Werle (2017), a história da instituição pode ser um fator que firme ainda mais a instituição em seus propósitos, criando uma identidade se feito a partir de um processo de pesquisa, complementa:

[...] a história da instituição pode ser um fator construtor da identidade da instituição, uma forma de representá-la objetivando um certo olhar sobre si mesma. Um processo de pesquisa que objetiva a história de instituições escolares explicita a importância da preservação de documentos para memória institucional e da sociedade.

Esse processo de pesquisa das instituições escolares tem "como um esforço de construção de uma imagem da escola, como memória" (WERLE, 2019). Para podermos retratar essa memória das instituições através das pesquisas, é preciso recorrer a meios para que se possa realizar os objetivos. Estes meios podem se dar de várias formas:

Destaca-se, a emergência de novos objetos de pesquisa: uma crescente atenção a indícios desprezados ou não percebidos pela história de cunho tradicional, como as evidências orais, as imagens, a iconografia, as escrituras privadas e ordinárias, a literatura, etc. Precisamos, ainda, destacar o movimento teórico e metodológico da história em *desnaturalizar* as fontes, ou

seja, em refletir que os documentos, sejam eles escritos, ou iconográficos, ou orais, não expressam um significado central, coerente comunal, não transparentes nem inocentes, foram produzidos segundo determinados interesses e estratégias, assim como implica uma desigualdade na sua apropriação. (BASTOS, 2012).

Estes materiais da memória, segundo Le Goff (1992, p. 536), podem se apresentar “sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador”. Os monumentos se caracterizaram por ter “poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.” (LE GOFF, 1992). Já os documentos são retratados como forma de fonte de informação muito recentemente, e só são convertidos como fontes se o historiador propõe a ele este papel (LE GOFF, 1992). O autor ainda define que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1992, p. 545).

O papel do historiador para o levantamento dessas fontes e ordenação é desafiadora como aponta Magalhães:

Incluindo o historial da materialidade e da ação, a explicação das decisões, relações de comunicação e de poder, formas de envolvimento e enquadramento na comunidade envolvente, a história das instituições educativas povoa-se de representações e de memórias, frequentemente contraditórias, que constituem um estímulo e uma aproximação ao clima e aos contextos em que foram assumidas decisões estratégicas. (MAGALHÃES, 2004, p. 167).

A materialidade destas fontes tem sua ligação direta com a sociedade e a memória delas no que circunda as memórias das instituições educacionais. Werle (2007, p. 160), aponta que “A apropriação dos elementos que constituem a base material da instituição escolar não é um processo circunscrito à comunidade interna, mas ampliado para a cidade.” e afirma que esses elementos da materialidade da escola é o que faz dar identidade a instituição educativa. Todos os indivíduos que pertencem àquela sociedade, direta ou indiretamente, fazem parte da memória e história da instituição educacional e esta materialidade não é só vista no presente,

mas como fica de legado para as futuras gerações. Werle (2007, p. 160), afirma ainda que: “À cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está afetando o ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, bairro.” Reafirmando a importância da sociedade na construção histórica da instituição de ensino.

Esses elementos que vários autores citam, podem ter vários significados, sejam elas de cunho saudável ou conflitante, cabe ao pesquisador analisar e confrontar os dados com seu objetivo de pesquisa:

Muitas vezes, as memórias das pessoas ocultam os conflitos e salientam os aspectos mais saudáveis e saudosos de suas experiências escolares, mas, com alguma provocação, de um entrevistador, por exemplo, elas não demoram a relatar lembranças de situações conflituosas no ambiente escolar, bem como as sanções aplicadas aos indivíduos no processo deles se tornarem cidadãos. (GATTI JÚNIOR, 2015, p. 339).

A memória, quando pesquisada, é preciso que tenhamos cuidado para que ela não se torne somente um conjunto de documentos, uma análise supérflua dos documentos selecionados. Para Bastos (2012), é preciso atenção em reunir, analisar e reproduzir os documentos para que eles não sejam meros reprodutores de conteúdo. É preciso que o pesquisador entenda que a memória não é somente um texto ou uma imagem. Bastos argumenta:

A memória não segue o modelo textual, linear. Não basta, portanto, colhê-la e reproduzi-la em extensas citações para que efetivamente tenhamos elaborado um conhecimento em história da educação. Impõe-se trazê-la, rica e estranha, composta de reminiscências e esquecimentos, pérolas e corais, para compor “ fragmentos de pensamento”, narrativa do tempo passado e presente. (BASTOS, 2012).

Seguindo esta linha de cuidados com os elementos documentais e imagéticos, Werle (2019), complementa que o pesquisador precisa que os mesmos sejam criticados, analisados e reavaliados. Esses “objetos, materiais e, pertences que capturados pela análise do pesquisador transformam-se em documentos/monumentos” é de suma importância de fonte de pesquisa das instituições educativas envolvidas.

Finalizo reiterando a importância dos documentos enquanto memórias para a história das instituições educacionais. São elas que nos trazem na sua profundidade

as lembranças e fatos dos acontecimentos tanto da instituição educacional estudada, quanto da sociedade em que esta instituição está inserida. Entender sua história é entender tudo o que está em seu entorno e fazer disto uma memória coletiva que estará documentada e ao alcance de toda a população.

2.3 HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Para falar sobre a pesquisa, se faz necessário fazer uma revisão de literatura e pesquisar sobre o que os teóricos falam sobre o tema. Iniciando este processo, não há como falar de história e memória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem entendermos o contexto geral das bases conceituais das mesmas. Para isso é necessário se entender a origem do trabalho como processo formativo e do ser social:

O trabalho é a forma específica e determinada pela qual os homens respondem às suas necessidades individuais e coletivas em uma cadeia de mediações que, ao se construir, cria necessidades com o desenvolvimento de instrumentos, ferramentas, procedimentos e, sobretudo, como já foi dito, a comunicação e o desenvolvimento da linguagem [...] é a consciência da ação que diferencia o trabalho como algo especificamente humano. (BORGES, 2017, p. 103).

Segundo Borges (2017, p. 102), somos diferentes dos animais, pois “o homem foi capaz de se diferenciar do mundo natural e, em paralelo, criar outro mundo, ou seja, o mundo da cultura, o mundo humano”. Nesse novo mundo a interação dos seres se torna importante para a sobrevivência do homem. Criamos e evoluímos nossas experiências com base nos ensinamentos construídos no passado e com a conjuntura que vivenciamos no presente e isso nos torna seres sociais pelas nossas ações:

A educação tem uma função social central na humanização do homem em seu desenvolvimento - como homem individual e como espécie. Todas as relações estabelecidas, portanto, fazem com que todos sejam, ao mesmo tempo, educadores e educandos. (BORGES, 2017. p. 110).

Esses atos dos seres sociais criaram “intervenções sobre a natureza e as relações sociais produzem inumeráveis sínteses e compreensões até se chegar ao que se chama de ciência” (BORGES, 2017. p. 109). Essa compreensão da ciência e da história, como legado da humanidade, levaram a necessidade de sistematizar o

conhecimento para que todos pudessem ter acesso. Dessa necessidade surgiu as escolas como espaços para a apropriação de saberes e de organização de transmissão das mesmas (BORGES, 2017, p. 111).

Essas apropriações surgiram ao longo do tempo e de várias maneiras, o que defendemos é o trabalho como princípio educativo de Karl Marx defendido por vários teóricos. No site da FioCruz, Ciavatta escreve sobre o tema e explica que Marx “entendia que a relação entre o trabalho e a educação, se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.”

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Brasil é datada há mais de um século. Segundo Saviani (2019), as primeiras manifestações ocorreram na época do Brasil Império, mas somente passaram a ocorrer de forma organizada no início do século XIX depois da Proclamação da República.

Em 1909, através do decreto nº 7566/1909, por intermédio do presidente Nilo Peçanha, criou-se as Escolas Aprendizes e Artífices, que, segundo Ramos (2014, p. 24), eram “voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram crianças pobres, órfãos e os abandonados [...]”

Considerando: Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existencia; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime. (BRASIL, 1909).²

O intuito da criação das escolas profissionais, segundo Ciavatta (2014, p. 59), era que essas atendessem não somente a necessidade da população, mas também a das empresas e fábricas daquela época, que viam, na educação profissional, uma forma de atender seus interesses de mão de obra que era escassa naquele tempo.

Na década de 1930, o Brasil já era uma sociedade capitalista, a partir disso, o governo de Getúlio Vargas enxergava na expansão da indústria como uma forma de modernização tecnológica, consolidação e generalização do capital brasileiro (SAVIANI, 2019). Esta expansão refletiu diretamente na relação da educação e trabalho, segundo Ramos (2014, p. 25): “a formação dos trabalhadores é tratada como

² Grafia original - não modificada

uma necessidade da expansão industrial, porém, à parte da política educacional”.

Ainda para Ramos (2014), relata que o Governo Federal se comprometeu com o ensino secundário, porém, manteve as características eletivas nos currículos, ignorando o ramo profissional, oficializando assim o dualismo educacional: um voltado para a preparação do ensino superior e o outro para ensino profissional.

Ainda nesta década, outros marcos para educação foram importantes, Saviani (2019), aponta como marcantes: a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, decreto 19.402/1930; Reformas do ministro Francisco Campos, que estruturou organicamente os ensinos: secundário, comercial e superior; Manifesto dos Pioneiros da Educação nova; e, Constituição de 1937, que exigia a fixação das diretrizes da Educação Nacional e apresentava indicativos da sistematização do ensino industrial:

Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (Constituição de 10 de novembro de 1937, art. 129).

No mesmo ano da promulgação da Constituição brasileira, as escolas de Aprendizes e Artífices passam a se chamar Liceus por meio da Lei 378/37 e, em 1942, através do Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, passam a ter nova denominação: Escolas Industriais e Técnicas.

Na década de 1940, os principais movimentos da educação profissional e tecnológica foram: a criação das leis orgânicas de ensino, também conhecidas por “Reforma Capanema”, as quais foram propostas pelo Ministro da Educação do Estado Novo: Gustavo Capanema, que resultaram na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem, conhecido como: Sistema S, que englobava as áreas: industrial, comercial, rural e técnica; e, em 1946, deu-se início dos debates da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (SAVIANI, 2019).

No governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, ficou marcado pela abertura de mercado para o capital estrangeiro e pelo desenvolvimento econômico dependente. Ainda no governo de Juscelino, o projeto: 50 anos em 5, do período de 1956 a 1961, a educação profissional ganha destaque, através de investimentos com

o objetivo na formação de profissionais orientados para o desenvolvimento do país.

[...] seu Plano de Metas, é assinado como relevante para a política de educação profissional no país, inclusive por pavimentar a associação com capital estrangeiro e diversos acordos internacionais que possibilitaram a instituição de programas fundamentais para a implantação, a expansão e a consolidação da educação profissional e tecnológica no Brasil. (RAMOS, 2014, p. 15).

Ainda na década de 1950, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e passaram a se denominar Escolas Técnicas Federais, tendo assim autonomia didática e de gestão.

No primeiro ano do governo de João Goulart em 1961, foi sancionada a Lei 4.024, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual foi um marco importante para o ensino profissional, segundo Ramos:

[...] A lei de diretrizes e bases da Educação Nacional de 1961 fez com que o ensino técnico, que antes era terminal, se tornasse equivalente ao secundário Propedêutico, podendo os técnicos, uma vez concluído seus cursos, candidatarem-se a qualquer curso de nível superior. (RAMOS, 2014, p. 27).

No período de ditadura civil-militar, os governos militares foram protagonistas no conteúdo de reformas na LDB, a primeira de 1968 intitulada como: reforma do Ensino Superior - Lei 5.540/1968; e a segunda 1971, Lei 5.692/1971, como: reforma do ensino primário e médio. Esta última, teve grande impacto sobre o ensino profissional, tornando o ensino técnico compulsório para todos que cursavam o ensino secundário, atual ensino médio:

[...] Essa lei instituiu a “profissionalização Universal e compulsória para o ensino secundário”, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos pretendia-se fazer a opção pela profissionalização universal de segundo grau, transformando o modelo humanístico/científico em um científico barata tecnológico. (MANFREDI, 2017).

Essa equivalência de ensino criada para as classes trabalhadoras e das elites, visava que todos tivessem a mesma curricularização, porém, isso não ocorreu. O ensino secundário compulsório perdurou até 1982, com a lei 7.044/82 que reformulou a Lei 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade do ensino técnico. Segundo Ciavatta (2014,

p. 60):

[...] as classes dominantes não queriam que seus filhos tivessem formação técnica e sim, formação universitária. Por isso as escolas privadas “maquiavam” o ensino técnico utilizando, como a denominação das disciplinas profissionais de Instrumentais (CIAVATTA, 2014, p. 60).

Já na década de 1990, foi marcada por diversos fatos históricos marcantes para o ensino profissional. Em 1994, a Lei 8958/94 transformou Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs; em 1996, é sancionada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394/96; e, em 1997, sancionou-se o Decreto 2.208/97, que separa a educação profissional da educação regular (RAMOS, 2014, p. 40).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, houveram debates e projetos enviados para a câmara de deputados que previam a “era da escola unitária e politécnica, a qual superaria a consagrada dualidade que marca a história da educação brasileira” (RAMOS, 2014, p. 39), a qual acabou não se concretizando.

O projeto principal do governo Fernando Henrique era que “a espinha dorsal da reforma era a separação da educação profissional da educação regular, organizando o ensino técnico independentemente do Ensino Médio, sendo oferecido de forma concomitante ou sequencial a este.” (RAMOS, 2014, p. 40), o que de fato acabou se concretizando, com a lei 9.394/96 e com o decreto 2.208/97.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, foi concebida no governo de FHC, em 1996, porém, o debate da nova lei começou 8 anos antes. A primeira proposta de projeto para a 2ª LDB foi resultado de uma série de debates abertos organizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e se chamava Projeto Jorge Hage. A segunda proposta foi elaborada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Corrêa em conjunto com o Ministério da Educação. (SAVIANI, 2019)

Assim, como na primeira Lei, na segunda LDB também houve diferenças e interesses entre as propostas. A principal era em relação ao papel do Estado na educação. Enquanto a sociedade civil mostrava preocupação com o controle social do sistema de educação, a proposta dos senadores era de que a educação fosse centralizada no governo. O resultado deste embate foi que o texto final da LDB se

converteu muito mais aos interesses do governo, defendido pelos senadores, do que às demandas solicitadas pela sociedade.

Com a criação da segunda LDB foi necessário a criação de um documento complementar para que as propostas aprovadas na lei 9394/96 fossem colocadas em prática, surgindo assim o decreto 2.208/97. Ramos (2014, p. 58), afirma que esta lei incluiu a EPT como algo específico, não necessariamente vinculado às etapas da escolaridade, mas voltado para o desenvolvimento de competências produtivas do indivíduo. Os termos do decreto 2.208/97, de acordo com Ramos (2014), definem a educação profissional com três terminologias diferentes: básico (ensino médio), técnico e tecnológico. Sobre o nível técnico a autora define:

[...] destinava-se a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ter organização curricular própria independente do primeiro, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a este (art. 5). Com isso instituiu-se a separação curricular entre ensino médio e educação profissional (RAMOS, 2014, p. 59).

Para que esse plano previsto na LDB e no Decreto 2.208/97, pudesse se concretizar, o Ministério da Educação em parceria com o Ministério do emprego e trabalho, criaram o Programa de Expansão da Educação Profissional, o PROEP, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID no dia 24 de dezembro de 1997. Ramos (2014) ressalta:

O Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, voltado para o financiamento de obras e equipamentos, foi uma importante estratégia de implementação da reforma, um dos critérios de elegibilidade de projetos era a extinção de Ensino Médio ao longo de cinco anos a contar da data da aprovação do mesmo. (RAMOS, 2014, p. 59).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) juntamente com o Banco Mundial (BM), tiveram papéis de importância na educação e políticas educacionais e financeiras do país. Eles foram responsáveis por parte do investimento feito na educação da década de 1990. Esse valor aplicado impactou diretamente na política e na educação do país por meio de seu acordo. Segundo Sabbi (2012, p. 2) a separação do ensino médio propedêutico e o profissionalizante foi o principal fator para que o BM e o BID investissem 250 milhões de dólares para o financiamento do Proep.

Sabbi (2021, p. 2) justifica que essa separação foi justificada a partir de “critérios economicistas e em atendimento prioritário aos interesses de formação de mão de obra para o processo produtivo” propostos pelo BM e pelo BID para o empréstimo financeiro para o país. Os bancos tinham como principal objetivo, ainda segundo Sabbi (2012, p. 4) o interesse no “pagamento da dívida e a transformação econômica e produtiva dos países, de forma a ajustá-los ao novo padrão de desenvolvimento neoliberal”. Por meio dos acordos educacionais, os bancos podiam fazer imposições de um conjunto de políticas, que os beneficiassem conforme o ponto de vista financeiro que lhe convinha.

No Brasil, o Proep se tornou viável com o empréstimo do BID que atendia, segundo Sabbi (2012, p. 6) “o viés economicista e o referencial ideológico neoliberal, associados ao compromisso prioritário com os interesses do capital internacional” e essa interferência alcançou diretamente a principal lei da Educação, com a criação da Lei 9394/96 e do decreto 2208/97.

O Programa de Expansão do Ensino Profissional iniciou-se em dezembro de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso e foi extinto no início do ano de 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva. O acordo foi essencial para a expansão do ensino profissional e tecnológico no Brasil. Por meio dele, era possível que, a sociedade junto com as lideranças políticas, econômicas e órgãos dos segmentos federal, estadual e comunitário, pudessem unir forças para criar um convênio de cooperação e parceria.

Ramos (2014) destaca que o PROEP tinha condições pré-determinadas para poder vigorar para o público interessado em participar do programa, sendo ele:

O programa destinava-se à expansão da educação profissional em determinadas condições. O aumento do número de instituições, por exemplo, só ocorreria por iniciativa dos estados ou dos Municípios, isoladamente ou em Associação com o setor privado; ou, ainda, por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, isoladamente ou em associação com o setor público. (RAMOS, 2014, p. 60).

O objetivo do Proep era promover ações integradas de educação e trabalho, que proporcionassem diversidade e mais oferta de vagas. Além disso, os cursos deveriam ser adequados às exigências do mercado de trabalho. O governo alegava que, com os dólares de investimento obtidos em parceria com o BID, seria possível construir novas escolas, além de melhorar e ampliar as escolas já existentes.

Segundo Sabbi (2012, p. 11), cita que as consequências dessas ações colocadas em prática com a reforma da LDB e com o Decreto 2.208/97 se definem pelos objetivos apresentados do programa: a) ampliação e diversificação da oferta de cursos, dos níveis básico, técnico e tecnológico; b) separação formal entre ensino médio e educação profissional; c) oferta de cursos em que os currículos estavam sintonizados com o mundo do trabalho e os avanços tecnológicos; d) acompanhamento dos formandos no mercado de trabalho; e) reconhecimento e certificação de competências; f) modelo de gestão institucional inteiramente aberto. (RNP, 2020).

O impacto maior foi quanto ao modelo de gestão aberto proposto pelo programa, pois, os objetivos específicos visavam a integração do mercado de trabalho com a educação, sendo que esta última citada pudesse oferecer formação profissional adequada à demanda da sociedade. (SABBI, 2012, p. 11). Esses objetivos específicos eram:

- a) a criação de normas que permitam à escola desempenhar adequadamente seu papel frente aos requisitos do mercado, em uma sociedade flexível e competitiva;
- b) elaboração de instrumentos de gestão de forma a tornar a escola mais ágil e eficiente;
- c) estabelecimento de canais e processos que permitam uma melhor integração entre a escola e o setor produtivo e
- d) desenvolvimento e aplicação de filosofias de gestão mais voltadas para as necessidades do cliente (empresas e comunidade), como é o caso da gestão da Qualidade Total.

Tendo em vista os pré-requisitos propostos, a FUCS viu como oportunidade para a população da Serra Gaúcha a possibilidade de ofertar cursos técnicos que visavam a rápida formação ou reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

A história do *Campus Farroupilha* se iniciou em 1999 com a assinatura do convênio 16/1999, que tratava da implementação Predial da Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR). Este convênio foi firmado entre a Fundação da Universidade de Caxias do Sul (FUCS) e o Ministério da Educação, por meio do Programa de extensão do Ensino Profissional, o PROEP.

O convênio tratava da construção predial e de toda a infraestrutura necessária para a escola técnica funcionar no terreno cedido pela prefeitura de Farroupilha. Além disso, o convênio teve quatro termos aditivos que tratavam de reprogramações de prazos e de revisões de orçamento.

A inauguração da Escola Técnica aconteceu em 14 de maio de 2001, e contou com a presença do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, do reitor em atividade da FUCS, Ruy Pauletti, do prefeito Bolivar Antonio Pasqual e das demais autoridades do estado e município.

Em 13 agosto de 2001, aconteceu a assinatura do convênio 68/2001, que trata da Implementação do Proep na escola Técnica de Farroupilha. Os cursos oferecidos pela ETFAR foram os cursos técnicos em: Processamento de Polímeros, Metalurgia, Desenvolvimento de Produto, Telecomunicações, Eletrotécnica, Projetos e Gerenciamento de Redes de Computadores, Eletrônica Industrial e Desenvolvimento de Softwares (Conselho Estadual de Educação, 2020).

A ETFAR funcionou até o ano de 2010, onde, a partir desta data, foi federalizada e passou a fazer parte do grupo de 12 *campi* que fazem parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. A partir do dia 25 de fevereiro de 2010, a antiga Escola Técnica de Farroupilha passou a denominar-se Núcleo Avançado de Farroupilha do IFRS, a partir do ofício de termo de compromisso para institucionalização da ETFAR compor o IFRS. (Núcleo de comunicação do IFRS, 2020).

2.4 HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

As histórias das instituições educacionais, ao longo dos anos, são vastas e se distinguem por suas características próprias. Há vários autores que defendem por sua importância para a sociedade, como por exemplo Magalhães (2004), Werle (2007), e Gatti Júnior (2002 e 2015), Sanfelice (2010) Nosella e Buffa (2005), e que, estes, se baseiam em teóricos como Kant, Herbart, Freinet, Durkheim entre outros, que entendiam a importância das instituições educacionais. Neste capítulo, iremos relatar de modo sucinto a importância da história destas instituições educacionais no Brasil.

Entre os autores citados acima, começaremos buscando por Magalhães (2004), sobre a definição de como surge a história das instituições educacionais:

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas

e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica. (MAGALHÃES, 2004, p. 68).

Neste contexto, Magalhães (2004, p. 166), descreve sobre a importância da descrição das histórias das instituições educacionais para a evolução das mesmas. O autor destaca que a história das instituições se mesclam com a da sociedade em diversos âmbitos e que estas mesclas refletem na sua evolução:

A história das instituições educativas, como a história da educação, integram desafios epistêmicos amplos que se aproximam de uma história total no âmbito de territórios sócio geográficos e socioculturais com características de permanência, cuja evolução reflete as conjunturas e circunstâncias de cada época. É uma história social/cultural, institucional/pedagógica, antropológica, centrada no local como totalidade institucional, que se abre ao universal, representado substantivado na fundamentação, legitimação e projeção da ação educacional. (MAGALHÃES, 2004, p. 166).

O autor supracitado ainda discorre sobre a importância da preservação da história destas instituições. Magalhães (2004, p. 71), nomeia as mesmas como “organismos vivos” que enquanto grupos sociais essas instituições “[...] angustiam-se, pensam, tomam decisões, analisando o presente na sua complexidade e no jogo de probabilidades de desenvolvimento, perspectivando o futuro e inquirindo, fazendo balanço, atualizando o seu próprio passado”. Todo este movimento engloba tanto seu presente-passado, quanto prospecta o seu futuro:

É uma história material, social, cultural, bibliográfica, reflexiva, que procura uma objetividade, um sentido no inquirido, na conceitualização, descrição, na narrativa, compreendendo e explicando o presente-passado por referência ao destino dos sujeitos e a evolução da realidade. (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

A investigação das instituições se deve à necessidade da melhor compreensão de marcos da criação das sociedades e da organização das mesmas (GATTI JÚNIOR, 2015, p. 338). Essa busca pelos elementos conferem “identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.” (GATTI JÚNIOR, 2002).

Magalhães (2004, p. 141), afirma que a construção da identidade histórica educacional é complexa, requer esforços múltiplos de várias camadas. O autor discorre sobre estes desafios no trecho a seguir:

A construção da identidade histórica das instituições educativas é um desafio de complexificação e de análise, integração e correlação entre uma multifatorialidade e uma multidimensionalidade, de categorias e de variáveis definidas e informadas com base em recursos metodológicos interdisciplinares - abordagem sociológica, pedagógica, econômica, organizacional, curricular, antropológica. (MAGALHÃES, 2004, p. 141).

As relações e abordagens de diversas categorias metodológicas da história das instituições escolares fomentam a investigação, a dialética e a renovação das pesquisas no campo da história da educação. (WERLE, 2007, p. 147). O processo de investigação das instituições, seja o espaço físico, seja a administração, seja a parte pedagógica tem importância e significado para a sociedade que aquela escola compõe.

Porém é preciso ter cuidado ao tratar deste tema. Necessitamos ter em mente que “só se justifica o estudo histórico do objeto singular, no caso, a história das instituições escolares, se tais esforços trouxeram mais luzes para compreendermos o fenômeno educativo geral de uma sociedade historicamente determinada.” (SANFELICE, 2010, p. 16). Após a ressalva, entendemos, que, para o ser feito o registro da história precisamos dispor de fontes que fomentem a pesquisa:

Nesse sentido, um conjunto de fontes históricas, cada vez mais expressivo, tem sido buscado e acionado com vistas ao entendimento mais aprofundado e amplo daquilo que era prescrito para as instituições escolares em cada época ou momento histórico, mas, também, para compreender como as escolas funcionavam, com níveis correspondência mais próximos ou mais afastados das finalidades previstas pelas instâncias promotoras do ensino nos diferentes países, o Estado, as confissões religiosas e as organizações da sociedade civil. (GATTI JÚNIOR, 2015, p. 354).

A partir das fontes estudadas pode-se delinear uma perspectiva histórica. São objetos que pela sua essência e/ou aparência tem valor para a investigação. O modo que estes objetos são abordados “podem e devem ser múltiplas, pois são como instrumentos do pesquisador empenhado em captar o real tal como ele é.” (SANFELICE, 2010, p. 12). Esses conjuntos de fontes históricas das instituições de ensino são vistas como objeto de conhecimento por parte dos indivíduos interessados em pesquisar este discurso:

A construção desse novo objeto do conhecimento (a instituição educativa

como totalidade em organização e desenvolvimento, na sua internalidade e na sua relação ao exterior) carece de um marco teórico interdisciplinar e de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos e museus, no âmbito de uma projeção e de uma regressão investigativas - Um percurso metodológico indutivo/dedutivo. Como ciência social e humana, a história da educação erige por esta via um objeto do conhecimento, amplo, complexo, interdisciplinar, aprofundando o quadro de reflexão e de ação, focalizando na projeção e na reversibilidade entre as teorias e práticas. (MAGALHÃES, 2004, p. 134).

Sabe-se da grande importância da questão metodológica relatada por Magalhães quanto ao cuidado que se deve ter ao se trabalhar com a história das instituições. Sanfelice (2010, p. 15), também aponta este cuidado ao insistir a pesquisa como uma questão metodológica e/ou epistêmica quando relata “[...] necessidade de se fazer da história das instituições escolares objetos singulares, um excelente exercício para que se possa iniciar e praticar as exigências da ciência da história.”. Sanfelice ainda discorre que isto implica na identidade do objeto pesquisado:

O objeto singular não se explica em si mesmo, por mais que eu possa narrar amplamente as características constitutivas de sua identidade. Uma instituição singular é instituída, por exemplo, por um ou vários grupos sociais, ou por uma classe social que, frequentando-a, levam para o seu interior um mundo já estabelecido fora dela. (SANFELICE, 2010, p. 15).

Neste viés de cuidados, apontamos, também, alguns desafios para a construção da história da educação das instituições escolares, como a criação de espaços com significados e não apenas de lugares. Werle (2007, p. 157), destaca que se há um grande desafio quanto a esta questão. As instituições educacionais não só são espaços de inúmeras trocas de conhecimento, mas também relação de outros tipos de vínculos e elementos. Retratar e compreender os cruzamentos e vínculos destes espaços educacionais é fundamental para a pesquisa que é proposta pelo pesquisador.

Há outros desafios que precisam ser superados. Um deles é a falta de articulação da pesquisa e do pesquisador. Segundo Nosella e Buffa (2005, p. 5079), é preciso que o investigador entenda seu projeto de pesquisa e que coloque em prática o assunto investigado. Enfatizam que o referencial teórico e os dados que foram coletados precisam estar em comum acordo, para que a pesquisa esteja em sintonia e o resultado dela valorize as particularidades da instituição estudada. A

investigação da realidade da instituição educacional tem várias nuances, o pesquisador deve ter o cuidado de entender o processo histórico, para não perder a linha de raciocínio e esquecer ou deixar algo importante passar despercebido. Muitas vezes essa não percepção dos fatos deixa a história envolvida com seu conteúdo raso e sem vivacidade.

Apesar das dificuldades e dos desafios enfrentados, é de suma importância que as pesquisas na área de história das instituições não cessem. As histórias retratadas por meio das pesquisas, segundo Magalhães:

[...] permitem uma reconceitualização do conhecimento científico, de forma a aproximar-se desse aprofundamento que, pela sua multidimensionalidade e pela sua representatividade, constitui uma totalidade organizada e em desenvolvimento que corresponde, numa lógica escalar, há uma história total da realidade educativa. (MAGALHÃES, 2004, p. 168).

A recontextualização do conhecimento científico das instituições educacionais desponta como estratégia de fazer história da educação e, embora enfocando a singularidade do “caso”, oferece conhecimentos acerca das relações sociais mais amplas, dos sistemas educativos, dos impactos das políticas educativas no âmbito institucional. (WERLE, 2007, p. 161).

3 METODOLOGIA

Para apresentar a metodologia desta dissertação, dividiremos este capítulo em três partes. Na primeira, será apresentado a base metodológica que permeou a investigação, seja a pesquisa exploratória de cunho histórico. Na segunda, explicaremos a metodologia utilizada para análise das fontes elencadas e que viabilizou o desenvolvimento do conteúdo para o produto educacional. Na terceira e última parte, será apresentada a metodologia usada para elaboração do produto educacional.

3.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA DE CUNHO HISTÓRICO

O caráter da pesquisa é exploratória de cunho histórico, a qual viabiliza a compreensão do assunto proposto em perspectiva histórica. Segundo Gil (2010, p. 27) esta modalidade tem como finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Este tipo de pesquisa normalmente envolve investigação bibliográfica e documental e sem a necessidade de “procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.” (GIL, 2010, p. 27).

No que tange principalmente à questão histórica da pesquisa e ao que foi proposto para esta dissertação e para os produtos educacionais, temos o cuidado de pensar no objeto de estudo como parte da história de uma sociedade. Entendemos que este estudo e suas aplicações implicam, segundo o que afirma Villar (1992, p. 21): “pensar historicamente [...] implica situar, medir, encontrar, sem cessar.”. Este pensamento está estritamente ligado com o objeto de pesquisa e o que se busca para ele, pensar historicamente a instituição envolvida.

Na análise dos documentos notamos que é um processo histórico, visto que os arquivos que foram analisados foram herdados pela antiga instituição e tem importância para o grupo social do qual faz parte:

[...] as fontes documentais revelam lutas travadas na sociedade pela maneira como contam a própria história. Isso significa dizer que o autor do registro apõe as informações contidas no documento, às vezes de modo não tão facilmente perceptível, uma interpretação que lhe é favorável e o e ao grupo

social do qual faz parte a, bem como, no caso de documentos institucionais, à instituição à qual pertence. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011, p. 102).

Seguindo esta concepção, pautamo-nos de Villar (1992, p. 23), que nos diz que este conhecimento histórico “consiste em compreender e se esforçar para que os fenômenos sociais sejam compreendidos na dinâmica de suas sequências”. Pensando nisso, nesta pesquisa utilizou-se o método de análise documental com ênfase na pesquisa fotográfica da instituição.

Esta pesquisa tem por objetivo estudar o período que compreende a concepção da instituição até a sua federalização com a implantação do *Campus Farroupilha*, buscando entender os fenômenos sociais atrelados a ela. Também se teve o cuidado de contextualizar a história da educação profissional e tecnológica de maneira geral, que para quem não estivesse familiarizado com o tema abordado nesta pesquisa, pudesse entender de forma leve sobre o assunto.

Com o intuito de utilizar todo o potencial documental encontrado e tendo em mente que o público que queríamos alcançar, definiu-se que, o meio para potencializar a visibilidade que se pretende para o fortalecimento da história institucional mais adequada era por meio das mídias digitais por ser uma ferramenta frequente de divulgação e de grande amplitude de público.

3.1.1 Pesquisa Documental: entre Escritos e Fotografias

A pesquisa documental torna-se fundamental visto a quantidade de documentos que o *Campus* possui, que foram herdados da ETFAR e a importância dos mesmos para a história da instituição pesquisada. As fontes documentais para a pesquisa são matérias primas para contar a narrativa de uma instituição, que muitas vezes, são os únicos recursos restantes, como afirma Gil:

Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficientes para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. (GIL, 2010, p. 147).

Todos os registros têm histórias em seu âmago. Todos têm um recorte

temporal que importa para um determinado grupo social e é por meio deles que podemos entender e analisar a história relevante para a época que ainda respinga no presente e tem projeções para um futuro próximo de uma instituição. Para Le Goff (1992), o documento tem uma atribuição de monumento, isto é, que servem de evidência e fundamentam a análise da história das sociedades e civilizações:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 1992, p. 548).

Neste âmbito, Le Goff (1992, p. 545), caracteriza o documento/monumento como parte de uma memória coletiva e que esta precisa estar sob constante olhar crítico do pesquisador. Para ele o documento/monumento “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” O autor ainda discorre que, somente a “análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente”.

Tendo como esse pressuposto e analisando os documentos/monumentos encontrados na instituição estudada, entendemos que era necessário um olhar analítico crítico sobre toda a história envolvida, a da instituição e a educação profissional e tecnológica resultando nos produtos educacionais apresentados. Ainda sobre o registro do documento, este pode ter ocorrido de diversas maneiras, propositalmente ou não, indicam vestígios dos acontecimentos em diversos graus e cabe ao pesquisador a organização e análise dos dados coletados:

Trata-se de todo o registro feito de modo intencional ou não, de fatos, de dados e interpretação sobre aspectos da história humana, de indivíduos ou de grupos, institucional ou livre. Os documentos indicam os acontecimentos, mas revelam também as intenções e interpretações daqueles que elaboram os registros de tudo o que o homem diz, escreve ou fábrica deve informar sobre ele (Et al. BLOCH, 2001) (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011, p. 102).

Os documentos encontrados foram de diversas naturezas, tais como: registros de documentos de contrato com o Ministério da Educação; licitações; carta de consulta para o segmento comunitário; pregões para obras e compra de materiais; projetos pedagógicos de cursos; e um amplo acervo de fotos que compreendia da construção da instituição até o seu último aniversário comemorado.

Atentando ao uso do documento como fonte histórica, tomou-se o cuidado que estes documentos encontrados não fossem somente um fato isolado ou uma verdade incontestável, mas que a partir dele, possa se interpretar e fazer com que esta fonte tenha voz, conforme os autores Ruckstädter e Ruckstädter (2011, p. 115) orientam.

Ruckstädter e Ruckstädter (2011, p. 116) ainda destacam que é preciso reconhecer os documentos como parte de um contexto maior, considerando todos os seus aspectos para que posteriormente se possa fazer o recorte temporal. é necessário “entender qual história está sendo contada, qual discurso está contido no documento, de qual relação social o documento cuida.”. Destacamos aqui que houve este cuidado em relação, tanto a pesquisa quanto a produção dos produtos educacionais, ao relatar não somente a história da instituição, mas, bem como a história em que a instituição está inserida tanto na comunidade, quanto na história da educação profissional.

No que se refere a utilização da pesquisa documental na história da educação brasileira, existe preocupação por parte dos teóricos da área. Saviani (2004. p. 35) considera que as fontes documentais:

Considerando-se que as fontes são o ponto de origem, a base o ponto de apoio para a produção historiográfica que nos permite atingir o conhecimento da história da educação brasileira, eleva de importância o desenvolvimento de uma preocupação intencional e coletiva para geração, manutenção, organização, disponibilização e preservação das múltiplas formas de fonte da história da educação brasileira. (SAVIANI, 2017. p. 35).

As fontes documentais são importantes para a historicidade da educação. No Brasil existem vários autores que pesquisam esta área em diversos âmbitos da educação profissional e tecnológica. No entanto, para esta pesquisa, iremos destacar somente literaturas que têm relação com a história da EPT e fotografia.

Assim, no panorama da preservação da memória por meio da fotografia, Ciavatta (2002, p. 30), afirma que “cada registro é parte de uma história e constitui ele

próprio um princípio de memória” e complementamos esta frase com Le Goff (1992, p. 427), que a “memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Visando este objetivo de preservação da história através da memória, buscamos no texto de Maria Ciavatta (2002, p. 32), para entender melhor a questão:

[...] Memória e história sempre estiveram profundamente imbricadas, e pelo grande volume de informações hoje em circulação, cada vez mais a história passa a ser construída a partir dos “lugares” da memória coletiva - lugares topográficos como arquivos e museus, lugares monumentais, arquitetônicos, lugares funcionais, como manuais, autobiografias, lugares simbólicos, comemorações, emblemas, etc. A história seria a forma científica da memória coletiva.

Pode-se dizer também que a fotografia é uma forma de “lugar de memória”, pois nela implica a reflexão documental. Ciavatta (2002, p. 40), afirma que nela “implica também no seu tratamento enquanto monumento”, isto é, ela é fonte de análise da construção da história da instituição estudada para a eternização de sua memória.

Partindo-se deste pressuposto, a utilização do acervo fotográfico presente na instituição foi o objeto de estudo e análise desta pesquisa. Conforme a utilização do acervo fotográfico como objeto de estudos para este projeto, recorreremos novamente a Ciavatta (2002, p. 40), que afirma:

A reflexão sobre a natureza documental da fotografia, [...] implica também no seu tratamento enquanto monumento, ou seja, na análise de sua condição inevitável de construção histórica destinada a perpetuação de alguma memória, do ponto de vista do grupo social que produziu e/ou apropriou-se das fotos.

Outro autor que manifesta o papel da fotografia na pesquisa de forma clara é Sônego (2010, p. 114), que diz que a fotografia não é somente um objeto ilustrativo na pesquisa e, mas que a fotografia assume um lugar de documento fundamental para o entendimento sobre períodos da história. Assim como Magalhães, Sônego afirma que “todo documento é monumento; se a fotografia informa, ela também conforma determinada visão de mundo.” Kossoy (2014, p. 49), traz em seu discurso que toda

fotografia tem resquícios do passado. Ele pontua a importância da fotografia como fonte histórica, não somente do que está registrado imageticamente, mas também toda a história que está envolvida, como podemos ver no texto a seguir:

Se, por um lado, artefatos nos oferecem indícios quanto aos elementos construtivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) lhe deram origem, foi outro o registro visual nele contido para reunir um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de tempo/espço retratado. O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido) constitui uma fonte histórica.

Entendemos que a fotografia como fonte histórica é de suma importância para a sociedade. Neste contexto, entendemos que esta fonte histórica precisa ser conflitada com a memória coletiva da sociedade para que estas fotografias tenham um embasamento no seu tempo e espaço, para sabermos o que aquela imagem representa em um dado recorte do tempo. Kossoy (2014, p. 45), fala que “[...] fotografia original é, assim, um objeto-imagem: um artefato no qual se pode detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido.”.

Essas características técnicas estão emaranhadas na memória dos indivíduos de uma sociedade. Nas memórias coletivas, fazem parte de um determinado grupo e estas, são importantes para aquele grupo social. Estas memórias, quando registradas como fotografia, deixam de ser puramente descritivas, isto é, somente uma imagem no papel, no momento que se conhece sua história particular (KOSSOY, p. 87).

Dentro desta perspectiva, e entendendo a relevância da fotografia como preservação da memória e da história do IFRS *Campus* Farroupilha, finalizamos com a fala de Le Goff (2014, p. 39), sobre a fotografia e da memória:

[...] a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.

Considerando tudo que foi relatado, é de suma importância que os produtos educacionais possam reproduzir a história do *Campus* Farroupilha. Visando este objetivo e tendo o cuidado de que estes produtos educacionais possam ser devidamente valorizados, optamos em produzir os produtos educacionais em formato de mídias digitais. Foram feitas duas propostas diferentes de mídia digital: um audiovisual em formato de filme documentário e um conjunto de áudios no formato de

podcast.

3.2 MÍDIAS DIGITAIS: CONTEÚDO A QUALQUER HORA E LUGAR

Com o tempo os formatos de mídia vêm tomando formas diferentes e se adaptando aos novos estilos de vida da população. As formas convencionais de mídias, chamadas de mídias analógicas ou *off-line*, como: as mídias impressas e televisão, vem perdendo espaço para formatos mais dinâmicos, chamadas de mídias digitais.

Segundo Souza (2015, p. 26): “No sentido mais amplo, a mídia digital pode ser definida como o conjunto de veículos e aparelhos de comunicação baseados em tecnologia digital, permitindo a distribuição ou comunicação digital das obras intelectuais escritas, sonoras ou visuais.”. Sendo assim, a mídia digital permite a comunicação e a interação entre as pessoas utilizadoras desta ferramenta.

São muitas as mídias digitais disponíveis, mas iremos citar apenas duas, que estão no grupo de mídias sociais dentro das mídias digitais: mídias que envolvem áudios e vídeos, falaremos especificamente de *podcast* e filmes documentário.

3.2.1 *Podcast*

No que tange as mídias que utilizam em sua base os áudios, tais como rádios, aplicativos de músicas, elas são presentes no cotidiano as pessoas com bastante frequência. As mídias de áudio são as únicas possíveis de se acessar fazendo outras tarefas em simultâneo. Um exemplo mais comum em nossa sociedade é o uso do rádio e aplicativo de músicas que acessamos em nossos veículos. É comum enquanto estamos no trânsito escutarmos músicas e notícias. Atualmente um novo formato vem ganhando espaço, são os *podcasts*.

Segundo Luiz (2014, p. 09) os *podcasts* são programas de áudio ouvinte pode escutá-los na hora que quiser, ao contrário dos programas de rádio tradicionais. Esse tipo de formato de áudio está cada vez mais popular no Brasil. Esse formato de mídia foi criado no ano de 2004 nos Estados Unidos e chegou no Brasil no mesmo ano. A origem do nome *podcast* está atrelado ao seu nome em inglês. Segundo Luiz (2014, p. 10): “Essa forma de transmitir dados passou a ser chamada de *podcasting* (junção do prefixo ‘pod’, oriundo de *iPod*, com o sufixo ‘casting’, originado da expressão

‘*broadcasting*’, transmissão pública e massiva de informações.”

A intenção da criação da ferramenta de *Podcast* era para que o usuário pudesse ter acesso a diversos conteúdos por meio da internet a qualquer hora em qualquer lugar, apenas baixando o conteúdo para seu reproduutor de áudio e assim o usuário poderia ouvir quando mais lhe convém. Os *podcasts*, assim como outras mídias, tem grande variedade de temas, desde notícias, cinema, esportes, educação, política, games, negócios, moda, arte, tecnologia, entre outros. Assim como o cinema, os *podcasts* também tem gêneros e podem variar entre: Bate-papo, Debate, Documentário, Entrevistas, Jogos, Game Show, Monólogos, Palestras, Ensaio e Audiodrama.

No ano de 2014 começaram a se popularizar no Brasil plataformas de streamings de áudio. Nelas é possível selecionar os áudios que se deseja escutar, entre eles estão músicas e *podcasts*. Atualmente para acessar estas plataformas basta ter seus aplicativos baixados no seu celular ou em seu computador. Algumas das plataformas mais populares são: *Deezer, Spotify, Apple music, YouTube music, Amazon music, Tidal, SoundCloud*, entre outras. Também é possível ter acesso ao conteúdo destes *podcast* acessando diretamente o site do conteúdo que foi produzido, como por exemplo o site *Nerdcast* e de lá acessar os conteúdos feitos por aquele *podcaster*³

Para o produto educacional criado foi utilizado a opção de disponibilizar os episódios de *Podcast* por meio de um site. Foi utilizado esta ferramenta de distribuição pela facilidade de disseminação de conteúdo. Porém, para avaliação do mesmo, tivemos o cuidado de proteger o conteúdo do produto educacional com senha. Somente tiveram acesso aos produtos avaliadores previamente contatados e estando de acordo com a questão da não divulgação do conteúdo para não comprometer a exclusividade do produto e da pesquisa.

3.2.2 Documentário

Para este subtópico, dividiremos a explicação em duas partes: a primeira falando sobre os *streamings* de vídeo e a segunda parte explicando sobre o gênero cinematográfico escolhido para o produto educacional.

³ Expressão utilizada para quem produz ou participa da criação de um *podcast*

Como citado anteriormente, encontrou-se na instituição estudada diversos documentos sobre a história dela. Dentre os documentos encontrados, observou-se, além de documentos formais, um grande volume de fotografias. Estas imagens retratam desde o processo inicial de licitação para a construção da Escola Técnica de Farroupilha até sua última comemoração de aniversário da instituição antes da federalização.

Com estas imagens em mãos, pensou-se na melhor forma de viabilizar essas imagens para o público em geral. Nas conversas de orientação, entre a aluna e a orientadora, chegou-se à definição de que um filme documentário seria a melhor forma de utilizar os documentos e imagens para produzir o produto educacional exigido.

Vídeos, filmes, novelas, noticiários, séries são elementos visuais que consumimos diariamente, seja ele pelas mídias analógicas⁴ ou mídias digitais. São de fácil alcance a todos, sendo a televisão, o computador, o celular ou outros dispositivos eletrônicos para essa finalidade os meios mais comuns de acesso a esse conteúdo. Dentre as categorias citadas inicialmente neste parágrafo, vamos nos deter somente em explicar sobre os filmes na categoria do gênero documentário.

É de consenso que o filme é conhecido mundialmente. Com seu surgimento no ano de 1895, o filme foi uma invenção que tinha o propósito de reunir fotografias tiradas em sequência, dando a impressão de movimento. Com a criação do filme veio também a criação do cinema, que tem como característica filmes que contam uma história através de um enredo.

Os filmes evoluíram muito desde sua criação. Atualmente se tem uma infinidade de recursos para de criar um filme, podendo ser feito de várias formas, tanto profissionalmente, quanto caseiro feito a partir de um celular. Para que o filme tenha características de gênero é necessário que o filme produzido tenha alguns requisitos.

Segundo Nogueira (2010, p. 9), somos influenciados pela cultura do cinema americano no que tange principalmente o gênero filmográfico pois foi o país pioneiro a fazer esta classificação. Nogueira (2010, p. 9), ainda afirma que: “Um gênero será uma categoria classificatória que permite estabelecer relações de semelhança ou identidade entre as diversas obras.” Atualmente é vasto o número de gêneros existentes, aqui citaremos alguns: ação, comédia, documentário, drama, fantástico,

⁴ consideramos mídias analógicas quando não há interação entre o conteúdo e o usuário, sendo este último somente receptor da mensagem e sem a possibilidade de responder ou interagir com o conteúdo

ficção científica, musical, terror, western entre outros.

Dentre os gêneros filmográficos citados, iremos somente explicar nesta dissertação o gênero documentário que foi escolhido, foi o gênero escolhido para a produção do filme para o produto educacional. O filme documentário tem por sua principal característica apresentar fatos ou acontecimentos não-ficcionais, isto é, ações e imagens que tenham relação com a realidade.

A escolha do gênero documentário se deve ao fato que este gênero tem marcas que evidenciam o caráter autoral com elementos-discursivos e ainda pode ser usado na edição e montagem do filme a criatividade como parte importante processo autoral do tema retratado. (MELO, 2002, p. 23). Enquanto registro de memória, o documentário pode-se fazer uma peça importante para este registro do real. Melo (2002, p. 28) destaca: “Como em outros discursos sobre o real, o documentário pretende descrever e interpretar o mundo da experiência coletiva.”

Se tornou viável o uso do documentário como produto educacional por ser uma ferramenta que tem uma grande gama de recursos que podem ser utilizados. Melo (2002, p. 26) elenca algumas possibilidades, tais como: “usar a figura do locutor (on ou off); construir o filme apenas em cima de depoimentos; utilizar o recurso da reconstituição para contar a história; criar personagens para dar maior dramaticidade à narrativa; apresentar documentos históricos, etc.”

Visto a grande quantidade de documentos e fotografias catalogadas, optou-se em produzir o documentário para relatar o discurso do real da instituição educacional estudada. Com a produção concluída é preciso disponibilizar o conteúdo produzido, optando-se por depositá-lo em uma plataforma de streamings de vídeo

Assim como os *podcasts*, as plataformas de streamings de vídeo também são consideradas como mídias digitais. Os dois tipos de plataformas de *streamings*, tanto áudio quanto vídeo, têm as mesmas características de serem acessadas por meio de um site ou de um aplicativo, na hora em que o indivíduo desejar.

Há diversos tipos de streamings de vídeos, classificaremos aqui de duas formas: streamings com interação e sem interação do usuário. Consideramos aqui a interação do usuário a possibilidade, além, de acessar os conteúdos disponibilizados, que ele também possa acesso a fazer uploads de seus conteúdos nestas plataformas para outros usuários acessarem.

Podem ser citados como exemplo de streamings de vídeo que não tem interação com usuário plataformas como: *Netflix, Amazon Prime, Disney+, Globo Play*

entre outros. Já, para as plataformas de streamings que tem a interação do usuário, podemos citar: *YouTube*, *Vimeo*, *MetaCafe*, entre outros.

Para atender o objetivo deste projeto e visando a proteção do conteúdo produzido do produto educacional, foi escolhida a plataforma de streaming *YouTube* para armazenar e disponibilizar o filme cinematográfico do gênero documentário. A escolha da plataforma *YouTube* foi em razão, principalmente, das ferramentas disponibilizadas por este site para a proteção do filme produzido.

Assim como os *podcasts*, também se teve o cuidado em proteger o conteúdo do documentário. No site citado e escolhido para armazenar o filme, foi utilizada uma ferramenta disponível na plataforma que seleciona o acesso prévio dos usuários por meio de uma lista de e-mails fornecido pela pessoa que carregou o vídeo para o site.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Esta etapa pode ser dividida em 5 partes: elaboração do questionário, definição e produção dos produtos, aplicação para avaliação, análise dos dados coletados e ajustes no produto educacional. A primeira etapa foi realizada concomitante ao desenvolvimento do pré-projeto e foi submetida ao Comitê de Ética (CEP). Após os produtos prontos, este questionário foi adaptado para prever a avaliação de todas as etapas do produto.

Os produtos foram disponibilizados para avaliação no período de 14 a 28 de junho. Participaram da avaliação: servidores do IFRS, antigos colaboradores da ETFAR, pessoas da comunidade de Farroupilha, políticos, imprensa local e regional, diretores e professores das redes municipais e estaduais do município, pesquisadores da área de história e memória. Foram convidadas em torno de 40 pessoas, porém, somente 16 pessoas avaliaram os produtos.

Os avaliadores puderam ter acesso aos produtos e uma pequena descrição do produto por meio do site: <https://deisedagnese.wixsite.com/ept1>. O site foi estruturado nas seguintes seções: Início, Sobre, *Podcast*, Documentário, Avaliação e Contato. Sendo que as opções *Podcast*, Documentário e Avaliação estão protegidas por senha para que não houvesse risco de divulgação dele. E ao término da avaliação foi mudado a senha para não haver mais acesso do público. Este site será provisório, pois há a intenção é que o material seja alocado no site do Núcleo de Memória do IFRS posteriormente: <https://memoria.ifrs.edu.br/>.

Para a avaliação do produto educacional foi utilizado como ferramenta de avaliação um formulário online, no qual os avaliadores convidados deveriam preencher conforme suas percepções a respeito dos produtos educacionais. O questionário foi composto em quatro seções, sendo elas: avaliação geral, avaliação do *podcast*, avaliação do documentário e considerações finais.

Na primeira seção foi questionado com relação aos dados gerais dos participantes, tais como: gênero; idade; grau de escolaridade; conhecimentos sobre: educação profissional, preservação de memórias, fotografia, documentário, *podcast*, atuação no projeto; conhecimento e envolvimento do pesquisador com a ETFAR, conhecimento e envolvimento do pesquisador com o IFRS *Campus* Farroupilha; e tempo de conhecimento do pesquisador com a ETFAR/IFRS *Campus* Farroupilha.

Na segunda e terceira seção foi abordada a avaliação dos cinco episódios do

podcast e do documentário. As duas seções abordam os seguintes aspectos a serem avaliados: duração, clareza e qualidade; aspectos a serem melhorados; aspectos que estes produtos proporcionam; análise sobre: espaço de memória, integração e conhecimento do público em geral e a compreensão da história do IFRS *Campus* Farroupilha; e se o avaliador considera os conteúdos dos *podcasts* e do documentário relevantes.

Na quarta e última seção intitulada considerações finais, fora questionado sobre: preservação das memórias; relevância do projeto para o avaliador e foi disposto um espaço para considerações gerais.

No que refere à reelaboração dos produtos, as alterações nos produtos educacionais foram mínimas e viáveis de fazê-los. Sendo eles: ajuste de governo da criação do Pronatec no episódio cinco do *podcast*; e ajuste na grafia do curso: Tecnologia em Fabricação Mecânica no documentário.

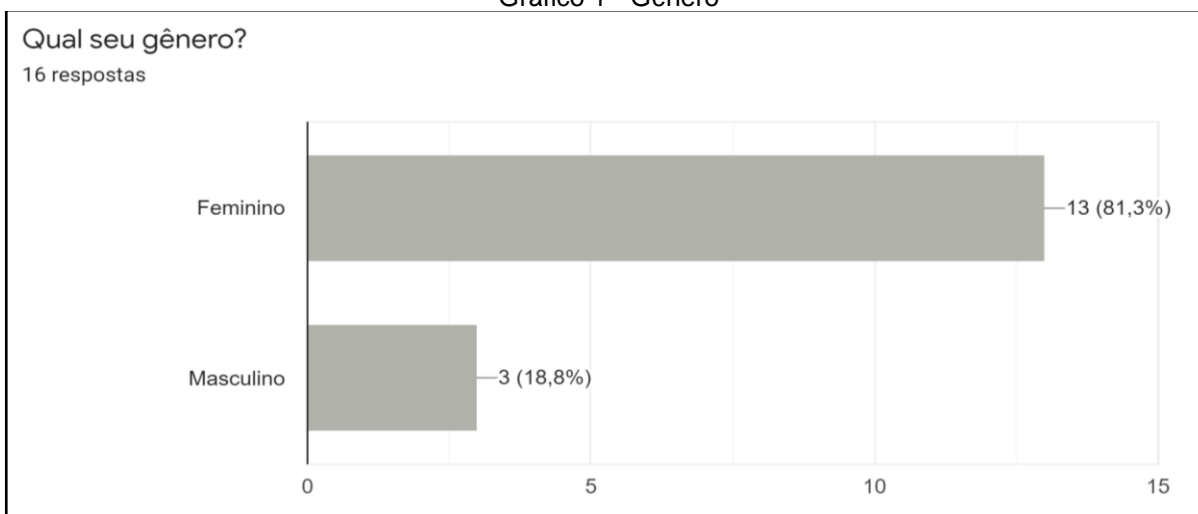
4.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS AVALIADORES

Este subcapítulo será apresentado e analisado todos os questionamentos respondidos pelos avaliadores. Nele, também será apresentado gráficos de todas as respostas, dos mesmos.

Na primeira seção, os avaliadores foram questionados sobre: gênero; idade; grau de escolaridade; conhecimentos sobre: educação profissional, preservação de memórias, fotografia, documentário, *podcast*, atuação no projeto; conhecimento e envolvimento do pesquisador com a ETFAR, conhecimento e envolvimento do pesquisador com o IFRS *Campus* Farroupilha; e tempo de conhecimento do pesquisador com a ETFAR/IFRS *Campus* Farroupilha.

A pesquisa abrangeu 16 participantes, dos quais, 13 são do sexo feminino, enquanto três deles são do sexo masculino, representados no Gráfico 1.

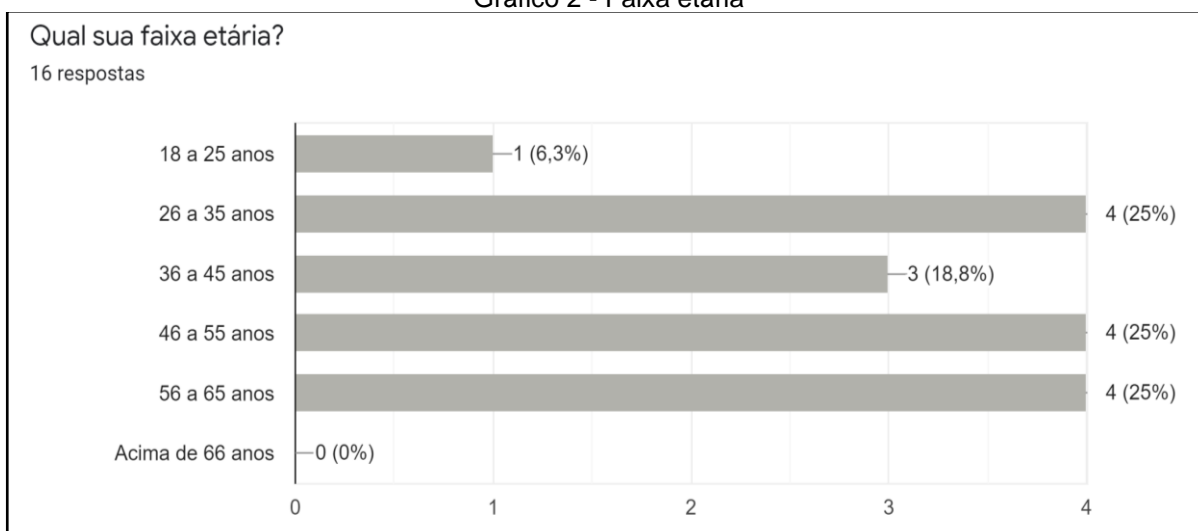
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Elaborado pela autora.

Foi questionado também quanto à faixa etária dos respondentes. Tendo em sua maioria dos respondentes as faixas dos 26 aos 35 anos, dos 46 aos 55 anos e dos 56 aos 65 anos, com quatro respostas cada um, totalizando 12 pessoas. A faixa dos 26 aos 45 anos teve três respondentes e a faixa dos 18 aos 25 anos somente um respondente, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Faixa etária



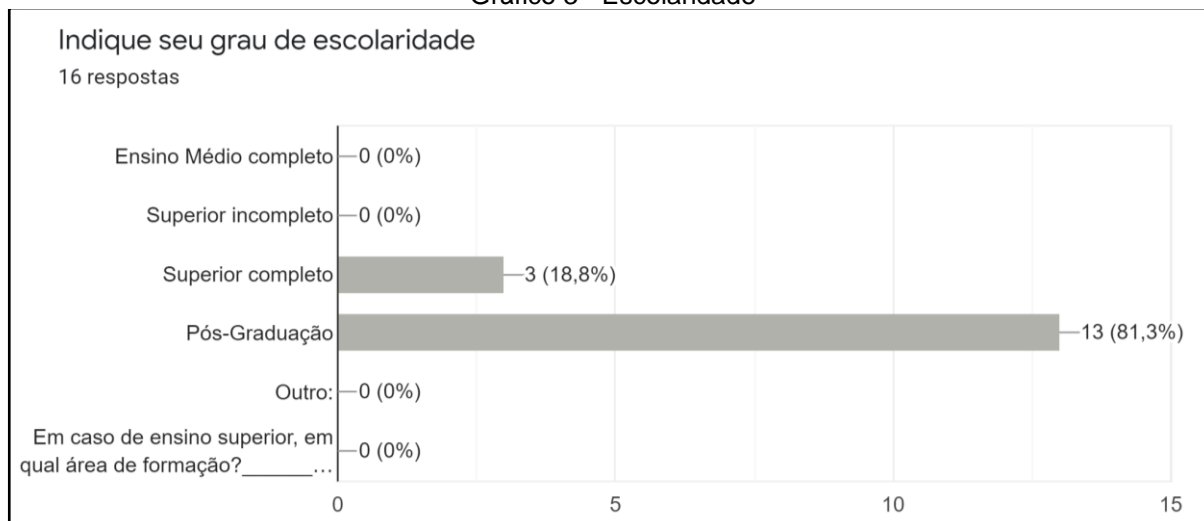
Fonte: Elaborado pela autora.

O próximo item questionado foi quanto à escolaridade dos participantes. Neste item houve um erro no item: “em caso de ensino superior, em qual área” foi notado que o preenchimento não estava funcionando somente depois de relatos dos avaliadores, que não estavam conseguindo preencher. Para não prejudicar quem já tinha respondido e ficar somente com uma parte dos dados, optamos por não ajustar

esta opção e ficar sem os dados da formação.

As respostas para este questionamento foi, em sua maioria, 13 pessoas possuem pós-graduação e três somente a graduação, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora.

Foi questionado aos participantes sobre os conhecimentos que eles têm sobre: educação profissional, preservação de memórias, fotografia, documentário, *podcast*. Para educação profissional:

- a) três pessoas responderam: muito;
- b) 13 pessoas responderam: razoável;
- c) zero pessoas responderam: pouco.

Para preservação de memórias:

- a) zero pessoas responderam: muito;
- b) 11 pessoas responderam: razoável;
- c) cinco pessoas responderam: pouco.

Para fotografias:

- a) três pessoas responderam: muito;
- b) nove pessoas responderam: razoável;
- c) quatro pessoas responderam: pouco.

Para documentário:

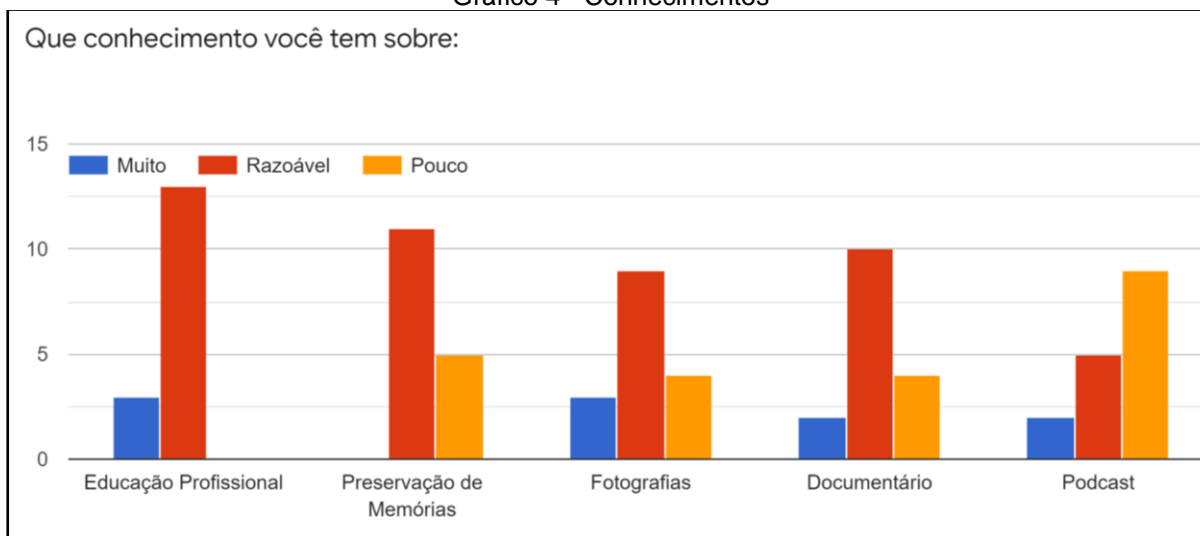
- a) duas pessoas responderam: muito;
- b) 10 pessoas responderam: razoável;
- c) quatro pessoas responderam: pouco.

E para *Podcast*:

- a) duas pessoas responderam: muito;
- b) cinco pessoas responderam: razoável;
- c) nove pessoas responderam: pouco.

Estes dados podem ser vistos observas no Gráfico 4.

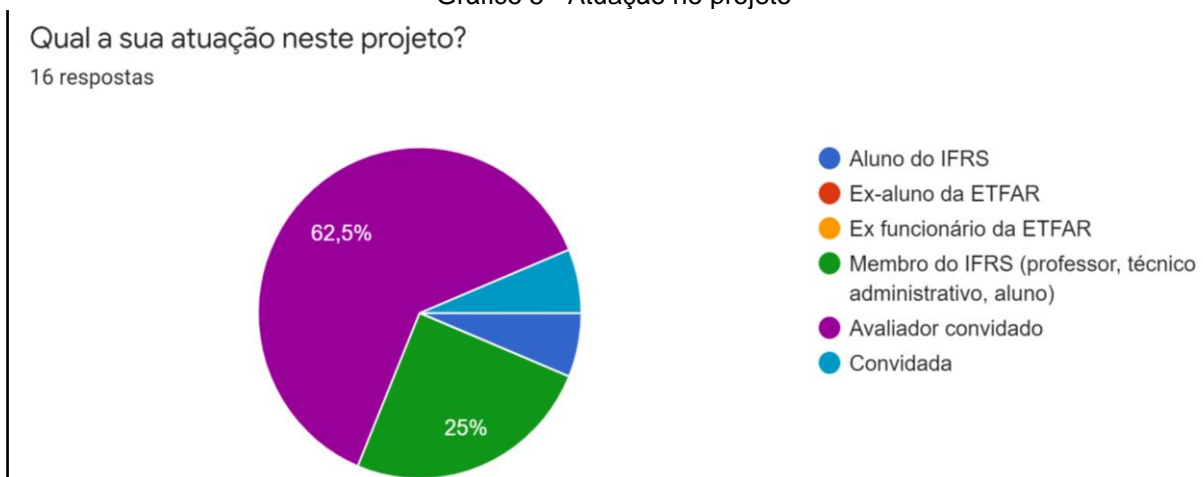
Gráfico 4 - Conhecimentos



Fonte: Elaborado pela autora.

Na participação enquanto atuação dos avaliadores do projeto, 10 pessoas assinalaram pesquisador convidado, quatro pessoas assinalaram ser membros servidores do IFRS, uma pessoa assinalou ser aluno do IFRS e uma pessoa assinalou a opção outras, colocando descrição convidada, conforme o Gráfico 5.

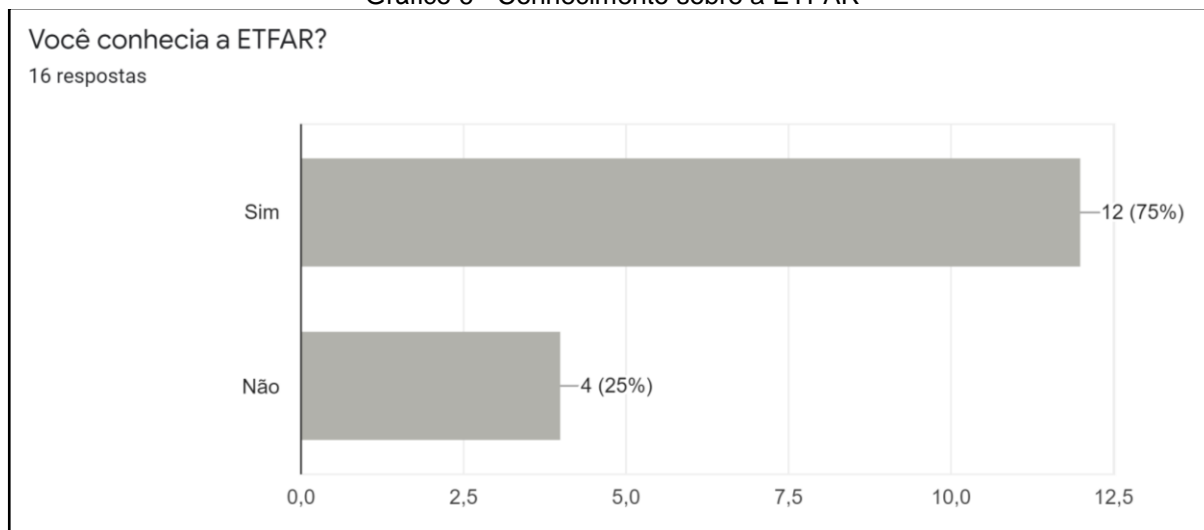
Gráfico 5 - Atuação no projeto



Fonte: Elaborado pela autora.

Também foi questionado se os avaliadores conheciam a Escola Técnica de Farroupilha - ETFAR. 12 avaliadores responderam positivamente enquanto os quatro restantes responderam negativamente, conforme o Gráfico 6.

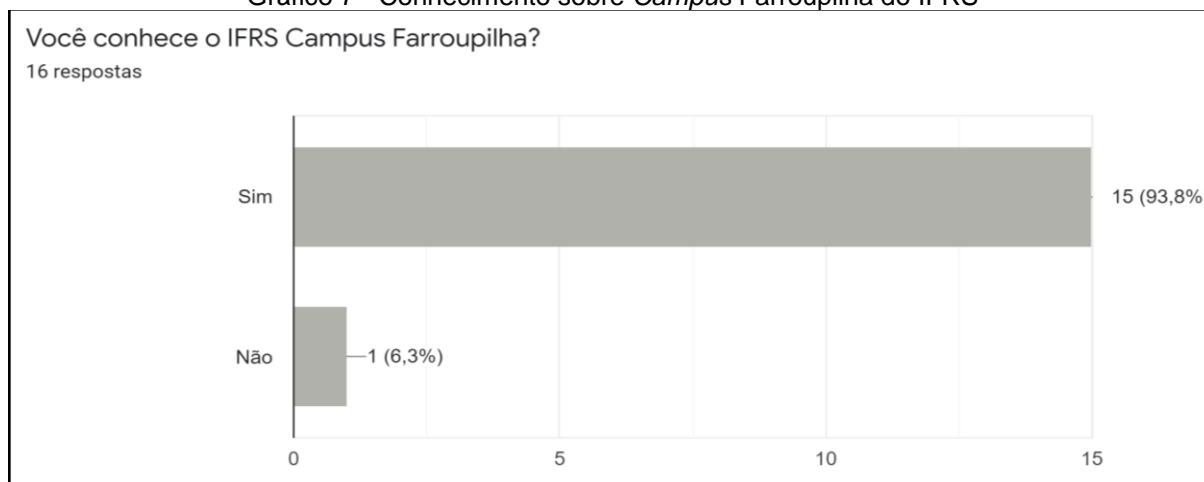
Gráfico 6 - Conhecimento sobre a ETFAR



Fonte: Elaborado pela autora.

Questionados sobre a existência do *Campus* Farroupilha do IFRS. 15 avaliadores responderam que conheciam o *Campus* enquanto uma respondeu negativamente, apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Conhecimento sobre *Campus* Farroupilha do IFRS

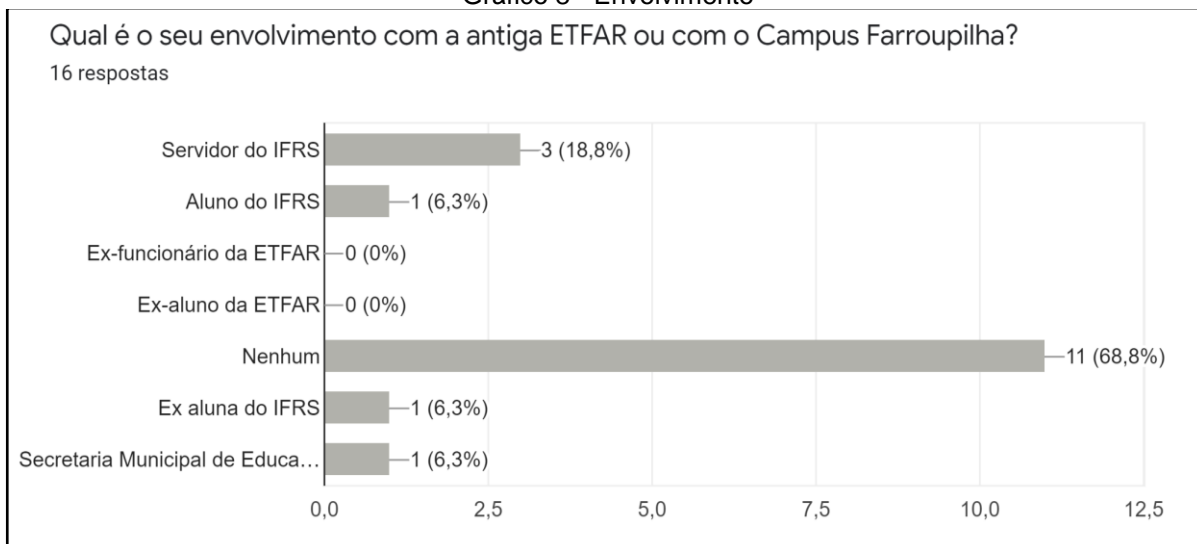


Fonte: Elaborado pela autora.

Foi perguntado aos avaliadores qual era o seu envolvimento com a antiga ETFAR ou com o *Campus* Farroupilha do IFRS. 11 pessoas apontaram que não tiveram ou não tem nenhum envolvimento, 3 pessoas apontaram ser membros do

IFRS, um apontamento como aluno do IFRS, um apontamento como ex-aluno do IFRS e um assinalado como outro tendo como descrição Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha, representados no Gráfico 8.

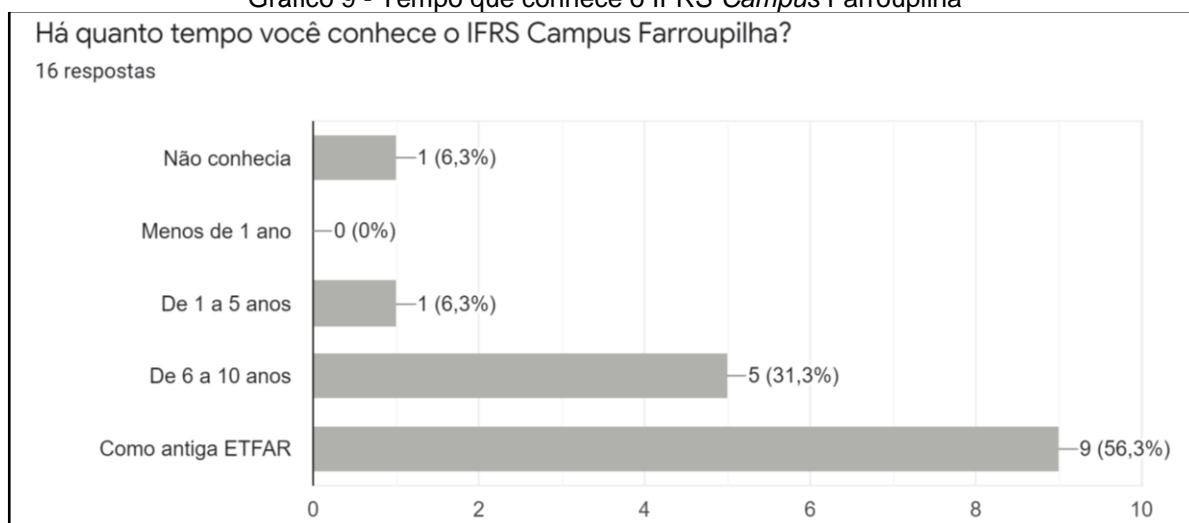
Gráfico 8 - Envolvimento



Fonte: Elaborado pela autora.

A última pergunta desta seção foi quanto ao tempo que o avaliador conhece o IFRS *Campus* Farroupilha. Nove respondentes assinalaram que conhecem desde quando a instituição se chamava ETFAR. Cinco pessoas conhecem de 6 a 10 anos, uma pessoa conhece de 1 a 5 anos e uma pessoa não conhecia o *Campus* Farroupilha do IFRS, apresentados no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Tempo que conhece o IFRS *Campus* Farroupilha



Fonte: Elaborado pela autora.

Na segunda e terceira seções foram pesquisados sobre os produtos educacionais. A pesquisa foi separada entre duas seções para que os avaliadores pudessem avaliar os produtos agrupados por tipos: cinco episódios de *podcast* e um documentário. Se achou necessária essa separação para que pudessem ser pontuadas as correções por tipo de produto.

Nas duas seções voltadas para avaliação do produto foi questionado os avaliadores quanto aos seguintes pontos: duração, clareza e qualidade dos produtos; aspectos a serem melhorados; aspectos que estes produtos proporcionam; análise sobre: espaço de memória, integração e conhecimento do público em geral e a compreensão da história do IFRS *Campus* Farroupilha; e se o avaliador considera os conteúdos dos *podcasts* e do documentário relevantes.

Na seção destinada aos produtos educacionais no formato *podcast* as avaliações serão apresentadas a seguir.

No que tange a duração, clareza e qualidade dos áudios de *podcast* os avaliadores assinalaram quanto à duração:

- a) 11 pessoas responderam: excelente;
- b) três pessoas responderam: bom;
- c) duas pessoas responderam: razoável;
- d) zero pessoas responderam: ruim.

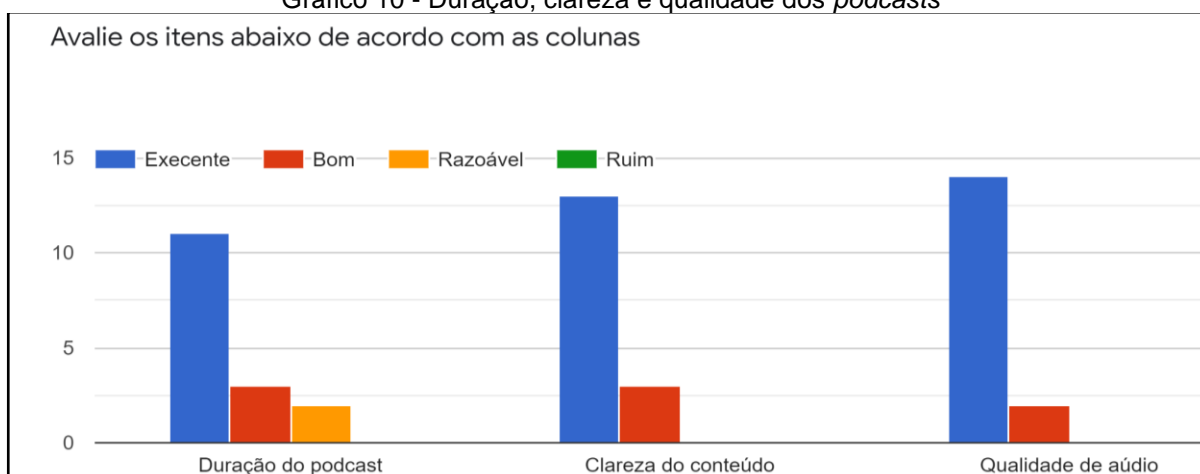
Quanto à clareza:

- a) 13 pessoas responderam: excelente;
- b) três pessoas responderam: bom;
- c) zero pessoas responderam: razoável;
- d) zero pessoas responderam: ruim.

Quanto à qualidade:

- a) 14 pessoas responderam: excelente;
- b) duas pessoas responderam: bom;
- c) zero pessoas responderam: razoável;
- d) zero pessoas responderam: ruim.

Estes dados foram compilados no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Duração, clareza e qualidade dos *podcasts*

Fonte: Elaborado pela autora.

No tópico quais aspectos que poderiam ser melhorados, foram apontados várias respostas que serão relatadas a seguir:

- a) conteúdo: zero resposta;
- b) aspectos técnicos: três respostas;
- c) recursos audiovisuais: duas respostas;
- d) recursos multimídia: uma resposta;
- e) não se aplica: uma resposta;
- f) pequenos cuidados na gramática do texto: uma resposta;
- g) o episódio 5 traz informações inconsistentes quando se associa o PRONATEC ao Presidente Lula. O Pronatec foi criado no Governo Dilma. Fica parecendo que quem fez o Programa foi Lula: uma resposta;
- h) diminuir o tempo se possível: uma resposta;
- i) a linguagem em alguns episódios com um detalhamento contínuo de datas ou leis se impõe como uma barreira para capturar ouvintes comuns, que normalmente preferem temas um jeito mais fluido. No entanto, claro, trata-se de um trabalho acadêmico e, por isso, precisa ser pensado, neste contexto, se é possível promover alguma alteração para deixar o trabalho com uma linguagem mais próxima do que costuma atrair o público deste tipo de mídia: uma resposta;
- j) tempo: uma resposta;
- k) em minha avaliação, a trilha poderia ser mais explorada, pois ela é muito agradável. Por exemplo, subir a trilha em determinados pontos para dar um respiro e dividir alguns pontos históricos/conteúdos: uma resposta;

l) nenhum: uma resposta;

m) uso de determinadas expressões, que em determinados momentos são usadas de maneira equivocadas: uma resposta;

n) na verdade, creio que o mesmo foi claro e não vejo aspectos a serem melhorados: uma resposta.

No que diz respeito ao tópico relatado do episódio cinco: que o PRONATEC foi criado no governo Dilma e não no governo Lula, a informação está correta. Esta parte do episódio foi ajustada.

Quanto aos aspectos de gramática, considera-se que tais aspectos foram pouco relevantes, tendo em vista a opção por utilizar uma linguagem mais coloquial no sentido de alcançar o público externo.

No que se refere ao uso de determinadas expressões, as quais foram consideradas equivocadamente utilizadas. Dessas expressões, pode-se citar como exemplo a expressão que “ensino no início do século e que as pessoas das classes sociais médias e baixas não se tinha acesso” dentro do contexto de fala apresentado e dentro dos referenciais bibliográficos utilizados, julgou-se que não era necessária uma mudança textual.

Também foi apontado a questão do tempo, este também foi analisado, porém, pela quantidade de informações se fez necessário que o tempo que foi disposto os áudios, tentando reduzir ao máximo possível ainda na fase inicial de concepção. Um dos motivos da série ter cinco episódios, é que para que este tempo não ficasse tão maçante, podendo ser ouvido em partes.

Pode-se visualizar os resultados nos Gráficos 11 e 12.

Gráfico 11 - Aspectos a serem melhorados, parte 1 - Podcast



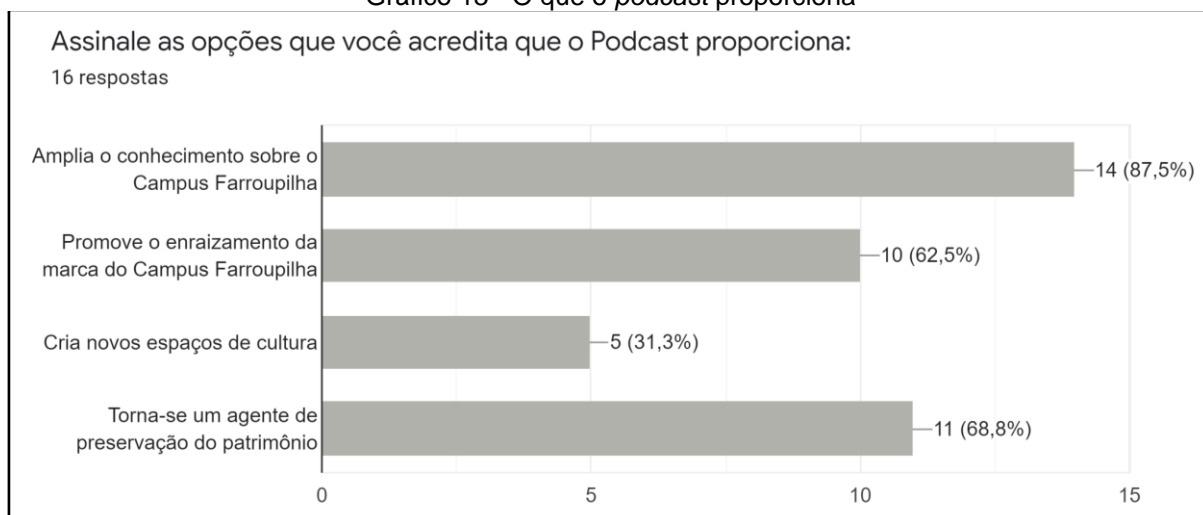
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 12 - Aspectos a serem melhorados, parte 2 - Podcast



Fonte: Elaborado pela autora.

Foi questionado aos avaliadores o que eles acreditam que o *podcast* proporciona. Este item era de múltipla escolha, podendo ser assinalado mais que um item. A maioria dos respondentes, 14 pessoas, pontuam que os *podcasts* ampliam o conhecimento sobre o *Campus Farroupilha* do IFRS. 11 pessoas concordam que os *podcasts* torna-se um agente de preservação do patrimônio. 10 respostas concordam que promove o enraizamento da marca e enquanto cinco pessoas concordam que cria novos espaços de cultura. Conforme apresentado no Gráfico 13.

Gráfico 13 - O que o *podcast* proporciona

Fonte: Elaborado pela autora.

O próximo item foi questionado quanto aos *podcasts* serem um espaço de reflexão sobre a história e memória do IFRS *Campus Farroupilha*. Neste tópico todos os respondentes responderam positivamente a esta colocação. Ilustrado no Gráfico

14.

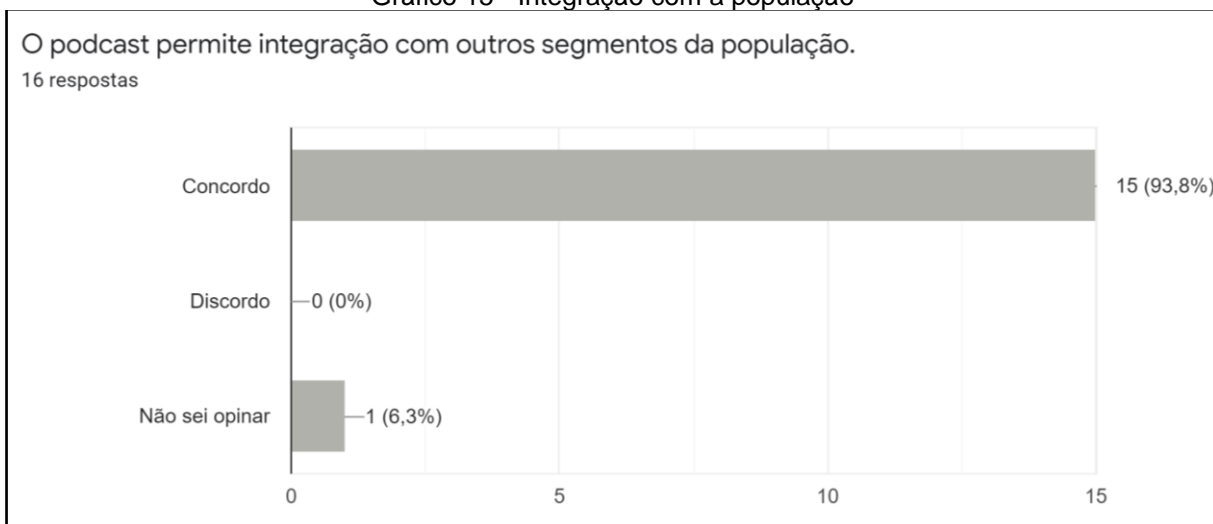
Gráfico 14 - Espaço de reflexão sobre história e memória



Fonte: Elaborado pela autora.

Questionados se o *podcast* permite a integração do *Campus Farroupilha* com os demais segmentos da população, 15 avaliadores concordaram e um assinalou que não sabe opinar. Representados no Gráfico 15.

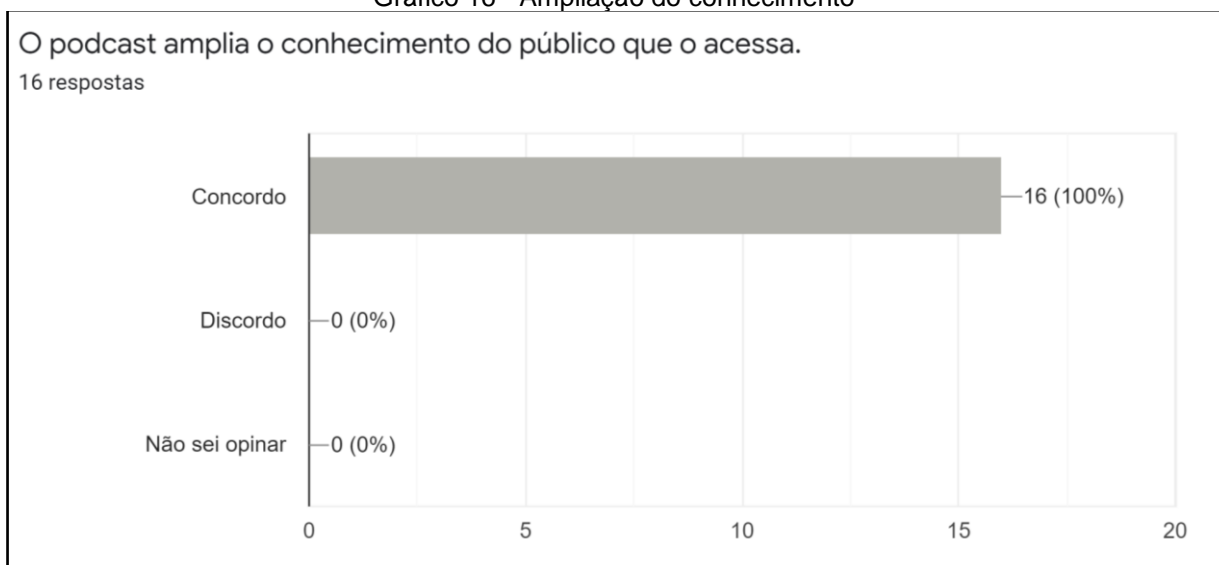
Gráfico 15 - Integração com a população



Fonte: Elaborado pela autora.

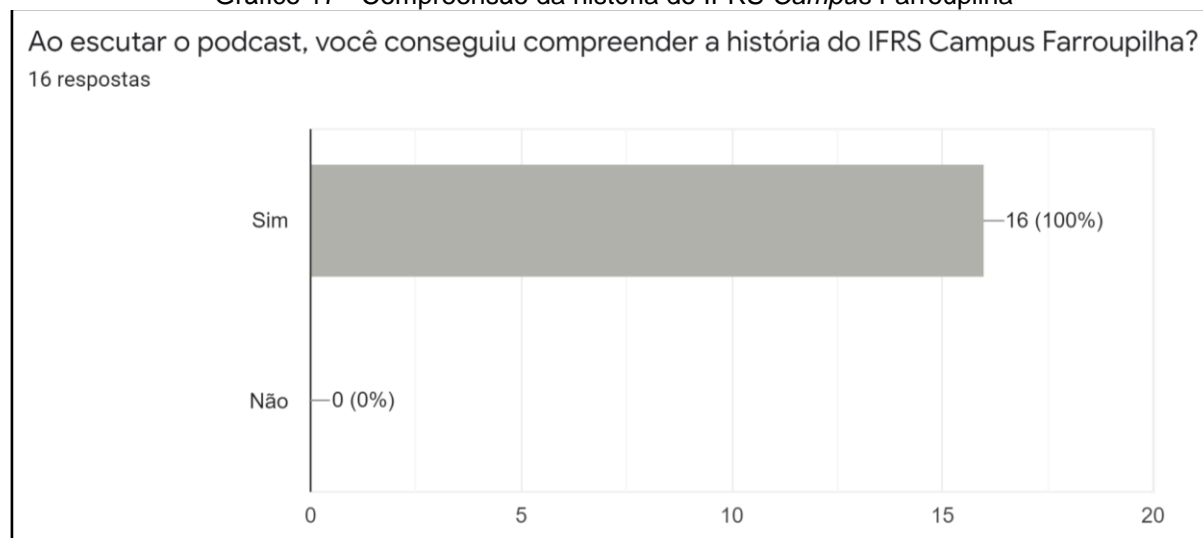
Sobre a ampliação do conhecimento pelo público que acessa, todos os respondentes concordam que o produto amplia este conhecimento, de acordo com o Gráfico 16.

Gráfico 16 - Ampliação do conhecimento



Fonte: Elaborado pela autora.

Também é de concordância dos 16 respondentes que estes conseguiram compreender a história do IFRS *Campus* Farroupilha por meio dos *podcasts*. Conforme apresentado no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Compreensão da história do IFRS *Campus* Farroupilha

Fonte: Elaborado pela autora.

A última pergunta desta sessão foi se o conteúdo dos *podcasts* foi relevante para os avaliadores, 15 pessoas responderam positivamente, enquanto, uma pessoa respondeu que não houve relevância, ilustrado pelo Gráfico 18.

Gráfico 18 - Relevância do conteúdo dos *podcasts*

Fonte: Elaborado pela autora.

Na terceira sessão, destinada ao produto educacional no formato documentário, as avaliações serão apresentadas a seguir.

No que tange a duração, clareza e qualidade do documentário os avaliadores assinalaram quanto à duração:

- a) 12 pessoas responderam: excelente;
- b) quatro pessoas responderam: bom;
- c) uma pessoa respondeu: razoável;
- d) zero pessoas responderam: ruim.

Quanto à clareza:

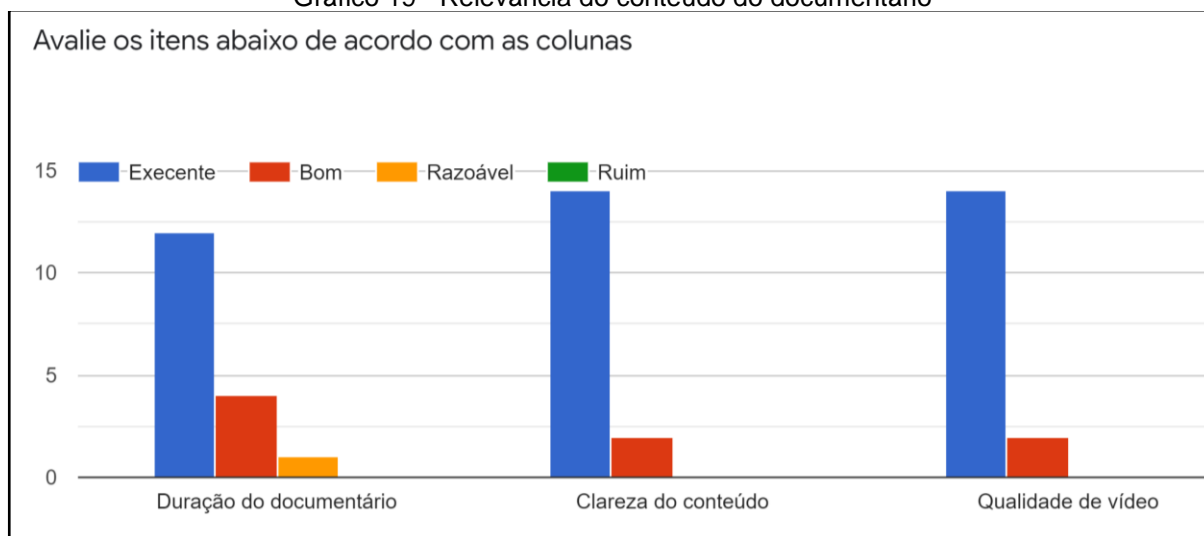
- a) 14 pessoas responderam: excelente;
- b) duas pessoas responderam: bom;
- c) zero pessoas responderam: razoável;
- d) zero pessoas responderam: ruim.

E quanto à qualidade:

- a) 14 pessoas responderam: excelente;
- b) duas pessoas responderam: bom;
- c) zero pessoas responderam: razoável;
- d) zero pessoas responderam: ruim.

Dados representados pelo Gráfico 19.

Gráfico 19 - Relevância do conteúdo do documentário



Fonte: Elaborado pela autora.

No tópico: quais aspectos que poderiam ser melhorados, foram apontadas várias respostas, conforme:

- a) conteúdo: uma resposta;
- b) aspectos técnicos: três respostas;
- c) recursos audiovisuais: uma resposta;
- d) recursos multimídia: zero resposta;
- e) não se aplica: uma resposta;
- f) no minuto 10'33" há uma perda de qualidade por uns segundos. Nada que comprometa o material em si: uma resposta;
- g) está com um erro de grafia no curso Tecnologia em Fabricação Mecânica. Usou-se acento no Tecnologia: uma resposta;
- h) nenhum: duas respostas;
- i) ao apresentar a história da construção do *Campus*, isto é, foca muito na estrutura física, deixando a desejar sobre a importância da maneira como é concebido o processo educacional ou a pedagogia da instituição: uma resposta;
- j) está ótimo: uma resposta.

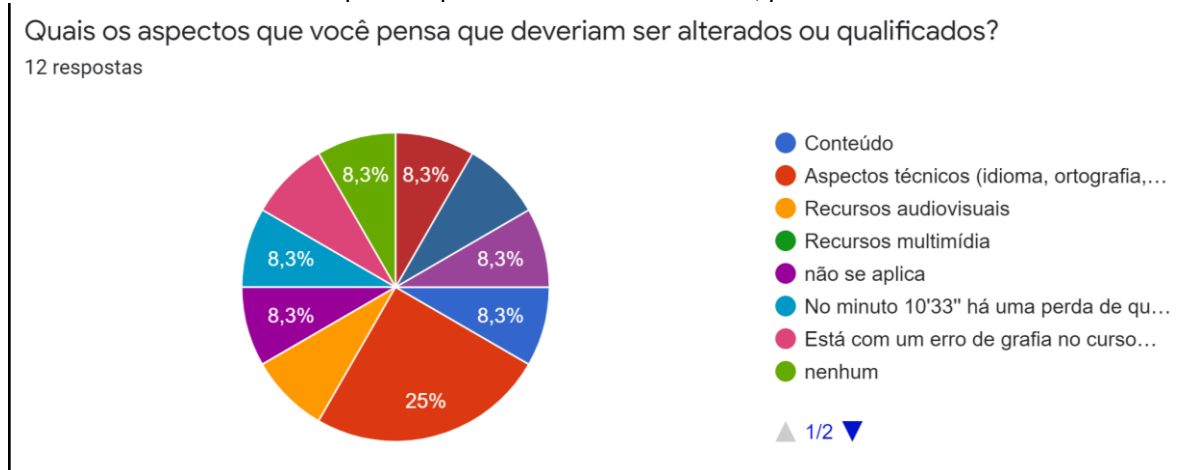
No que diz respeito ao tópico do erro de grafia no curso Tecnologia em Fabricação Mecânica, foi revisado e alterado.

Quanto aos aspectos de gramática considera-se que tais aspectos foram pouco relevantes, tendo em vista a opção por utilizar uma linguagem mais coloquial no sentido de alcançar o público externo.

Também foi apontado “Ao apresentar a história da construção do *Campus*, isto é, foca muito na estrutura física, deixando a desejar sobre a importância da maneira como é concebido o processo educacional ou a pedagogia da instituição.” A elaboração do documentário baseou-se na análise documental, na qual localizou-se fontes iconográficas e documentos produzidos durante o período de implantação da ETFAR e posteriormente *Campus* Farroupilha do IFRS. Dessa forma, o documentário foi pautado mais pela história institucional do que de suas práticas. Além disso, a missão e as diretrizes institucionais são abordadas nos referenciais que embasaram esta pesquisa, tais como Moura, Frigotto, Ciavatta e Ramos.

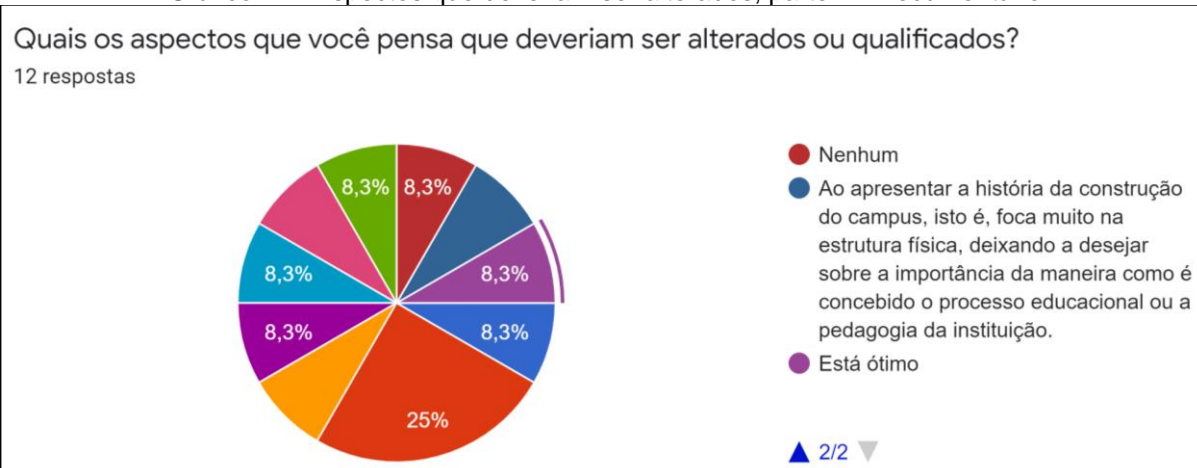
Podemos visualizar os resultados nos Gráficos 20 e 21.

Gráfico 20 - Aspectos que deveriam ser alterados, parte 1 - Documentário



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 21 - Aspectos que deveriam ser alterados, parte 2 - Documentário

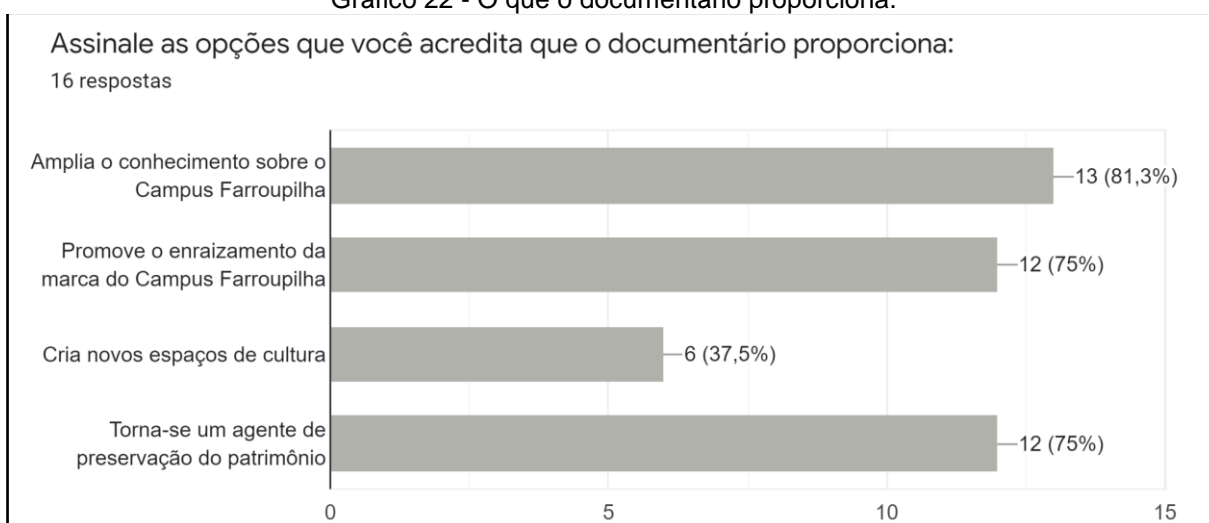


Fonte: Elaborado pela autora.

Foi questionado os avaliadores quanto ao que o documentário poderia

proporcionar. Este item era de múltipla escolha, podendo ser assinalado mais de um item. A maioria dos respondentes, 13 pessoas, pontuam que o documentário amplia o conhecimento sobre o *Campus Farroupilha* do IFRS. 12 pessoas concordam que os *podcasts* torna-se um agente de preservação do patrimônio. 12 respostas concordam que promove o enraizamento da marca e enquanto 6 pessoas concordam que cria novos espaços de cultura. Representados no Gráfico 22.

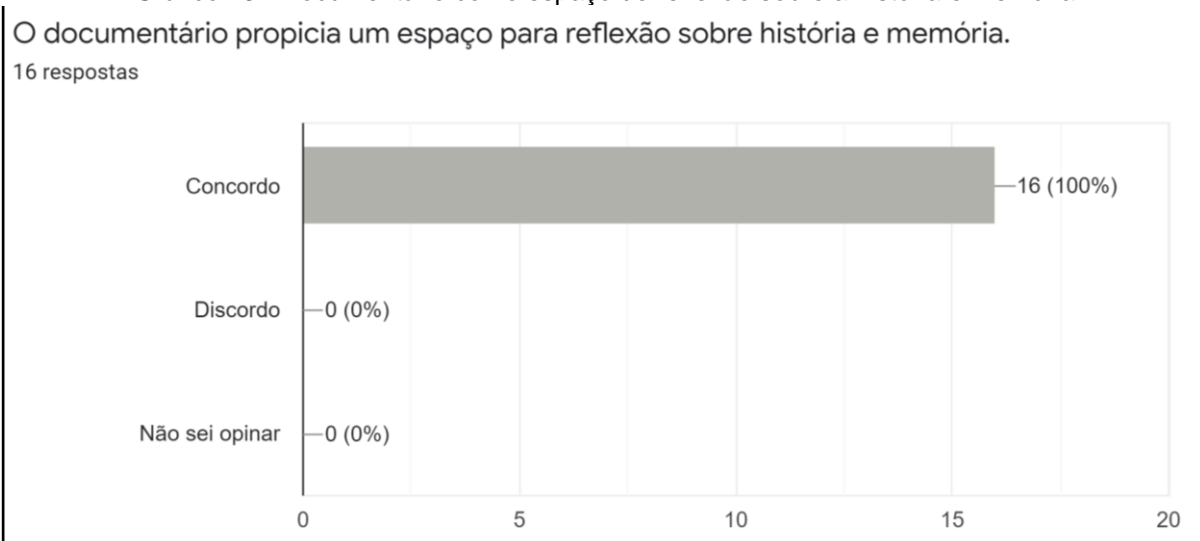
Gráfico 22 - O que o documentário proporciona.



Fonte: Elaborado pela autora.

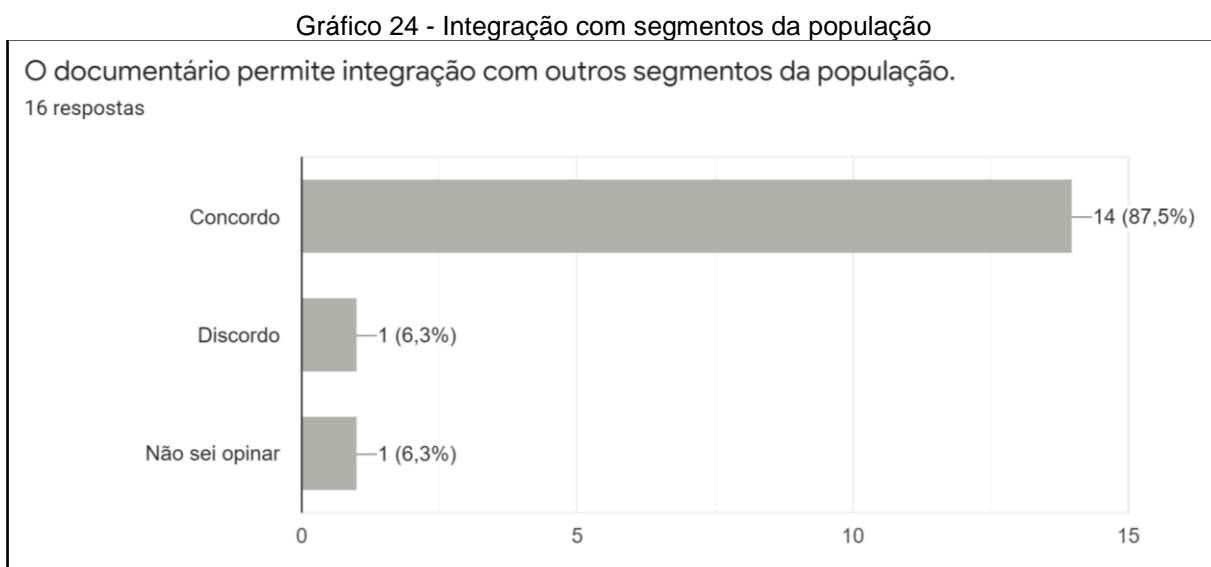
No tópico que se refere ao documentário ser um espaço para reflexão sobre a história e memória, todos os avaliadores assinalaram positivamente. Conforme apresentado no Gráfico 23.

Gráfico 23 - Documentário como espaço de reflexão sobre a história e memória



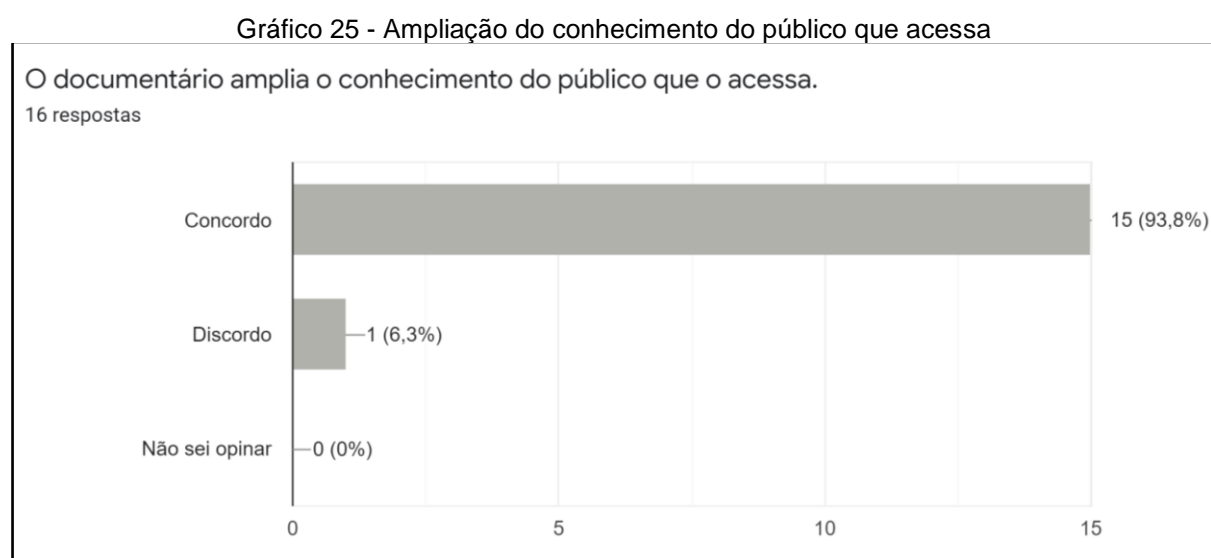
Fonte: Elaborado pela autora.

Questionados se o documentário permite a integração do *Campus* Farroupilha com os demais segmentos da população, 14 avaliadores concordaram, um avaliador não concordou e um assinalou que não sabe opinar. Representados no Gráfico 24.



Fonte: Elaborado pela autora.

Questionados quanto a ampliação do conhecimento do público que acessa o conteúdo, 15 pessoas concordam e uma discorda com a questão. Apresentados no Gráfico 25.

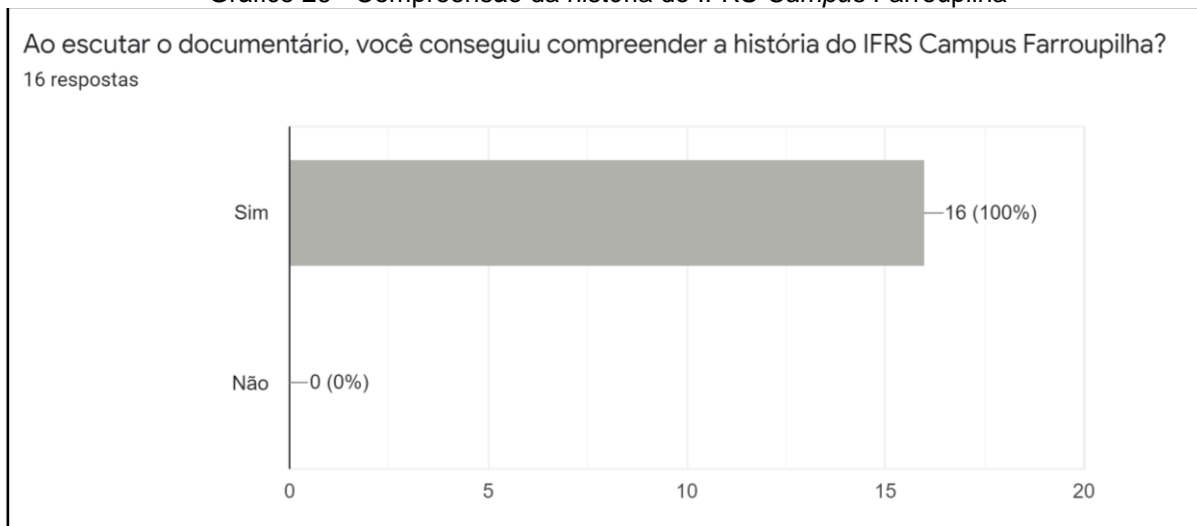


Fonte: Elaborado pela autora.

Ao serem questionados quanto a compreensão da história do *Campus*

farroupilha do IFRS por meio do documentário apresentado, todos assinalaram positivamente, ilustrados no Gráfico 26.

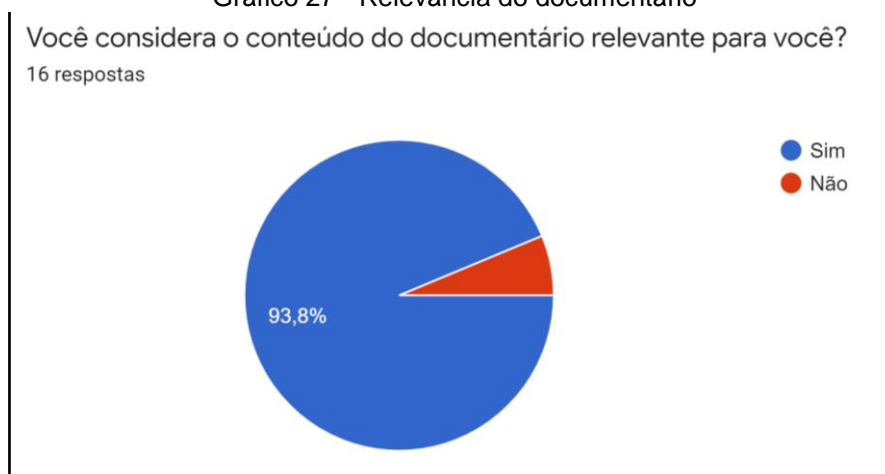
Gráfico 26 - Compreensão da história do IFRS *Campus Farroupilha*



Fonte: Elaborado pela autora.

A última questão desta sessão foi a relevância do conteúdo do documentário para os avaliadores. 15 deles responderam ser relevante, enquanto uma pessoa respondeu não ter relevância. Representados no Gráfico 27.

Gráfico 27 - Relevância do documentário



Fonte: Elaborado pela autora.

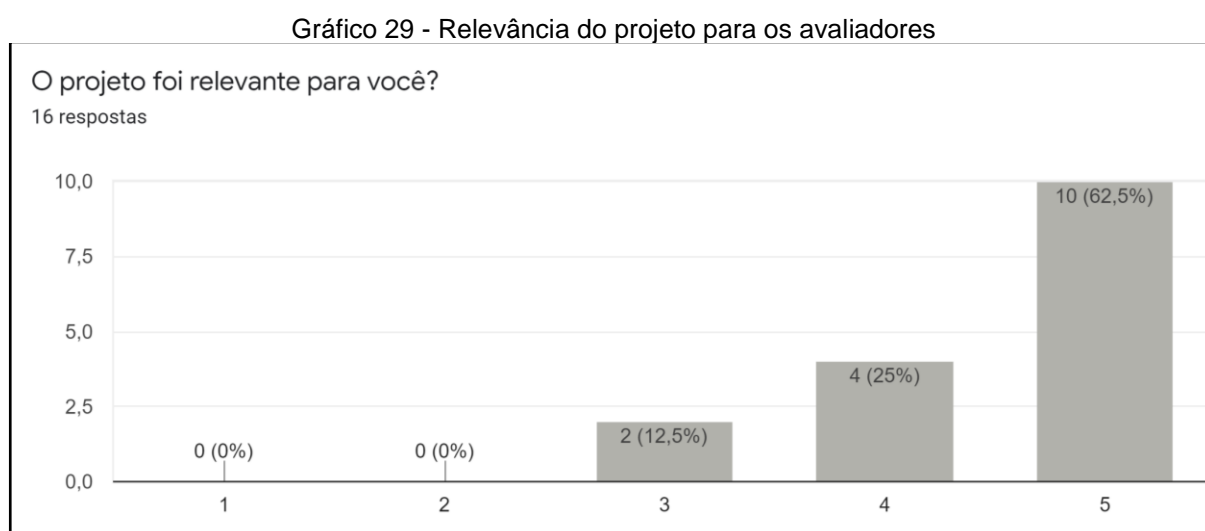
Na quarta e última seção intitulada considerações finais, fora questionado sobre: preservação das memórias; relevância do projeto para o avaliador e foi disposto um espaço para considerações gerais. Questionados quanto ao processo proposto dos produtos apresentados contribuíram com a preservação das memórias do IFRS

Campus Farroupilha, todos os respondentes assinalaram que concordam. Apontados no Gráfico 28.



Fonte: Elaborado pela autora.

Foi avaliado também a relevância dos projetos apresentados aos participantes. Em uma escala de um a cinco, os resultados apresentados foram os seguintes: 10 pessoas apontaram como extremamente relevante, quatro pessoas como muito relevante e duas pessoas como relevante o projeto apresentado. Ilustrado no Gráfico 29.



Fonte: Elaborado pela autora.

A última questão foi um espaço reservado às considerações dos avaliadores. Dos 16 respondentes, somente 8 deles o fizeram. As respostas deles estão no Anexo

A - Avaliações descritivas do questionário aplicado. No anexo, os avaliadores estão numerados de um a oito e estão ordenadas por ordem temporal de respostas dos avaliadores.

A seguir será apresentado de forma resumida essas considerações, nos atendo a responder aos questionamentos levantados.

Os avaliadores numerados como números dois, quatro, cinco, seis e oito apresentaram, em geral, parabenizações pelo projeto e destacaram a importância do projeto para a preservação da memória de uma instituição de ensino.

O avaliador um sugeriu a inserção de "Não se aplica" em alguns itens. Quanto a essa sugestão, foi observado que poderia ter sido incluída a opção "Não se aplica" no item: Quais os aspectos que você pensa que deveriam ser alterados ou qualificados nas sessões dois e três que se referem às sessões do *podcast* e do documentário, respectivamente.

O avaliador ainda sugeriu que na pergunta "Há quanto tempo você conhece o IFRS *Campus* Farroupilha?" poderia ser colocado o item "Mais de dez anos". Neste item, se teve o cuidado de colocar como a antiga ETFAR, pois o público em geral, não ligado diretamente ao *Campus* e sua história, poderia não identificar que o *Campus* Farroupilha seria a antiga ETFAR.

O avaliador 3 sugere a diminuição do tempo dos *podcasts*. Como já dito anteriormente, se teve o cuidado, desde seu início, de não fazer os episódios extensos. Observamos que os *podcasts* do tipo documentário têm sua duração média de 20 a 30 minutos cada episódio. Julgamos que seria maçante fazer episódios com esta duração e optamos em fazer os mesmos com a duração média de 10 minutos. Acreditamos que, pela importância e pela quantidade de conteúdo, não conseguiríamos fazer esta redução proposta pelo autor.

O avaliador oito foi o que mais trouxe apontamentos quanto ao projeto, sendo mais 10, porém iremos explicar somente sete questionamentos dos quais achamos relevantes para o projeto.

O primeiro apontamento feito é com relação à "dualidade estrutural da educação" apontado no *podcast*. O avaliador recomendou a troca desta frase, a mudança para "dualidade educacional" e a leitura do texto: Dualidade Educacional, de Ana Margarida Campello. Quanto ao que se refere ao cerne da dualidade educacional que buscamos na dissertação através dos autores Dante Moura e Marise Ramos e o texto de Campello é o mesmo. Usamos o termo "estrutural" para dar ênfase e instigar

o ouvinte a querer saber e entender mais sobre o dualismo educacional.

Segundo apontamento é com relação à explicação das políticas neoliberais no governo de Fernando Henrique Cardoso citadas no *podcast*. O avaliador aponta a leitura do texto *Condição pós-moderna* de David Harvey para nós termos maiores esclarecimentos sobre a política neoliberal e seus conceitos.

Assim como no item anterior, também, buscou-se na literatura de Marise Ramos, no livro *História e política da Educação Profissional* o entendimento da gestão do governo de FHC e a política neoliberal. A autora em questão busca nos textos de Harvey referências para descrever sua obra. Neste ponto acreditamos que nossa visão se alinha com a autora citada e assim como ela têm a mesma visão da política neoliberal de David Harvey.

Terceiro apontamento do avaliador é quanto ao nome utilizado “Ministério do Trabalho”. O avaliador aponta que no de 2016, no governo de Michel Temer, houve uma troca de nomes e atualmente se chama Secretaria do Trabalho – Ministério da Economia e assim sugere a troca da denominação. Neste quesito, não faremos a mudança de nomenclatura, pois os fatos descritos acontecem em período anterior da troca de nomes, ainda como Ministério do Trabalho.

Quarto apontamento é em relação ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O avaliador questiona: os interesses do Banco; quais as vantagens que ele tem com as parcerias; e o que de fato essas parcerias são. Quanto a este fato, todos os movimentos feitos para o Proep existir foram a contrapartida solicitada pelo BID e pelo BM. O principal interesse foi ajustar a educação para a política neoliberal defendida pelos bancos. No caso do Brasil, foi solicitado/orientado que houvesse a separação do ensino médio regular do ensino médio técnico, pedido este que foi atendido pelo governo por meio da aprovação da Lei 9394/96 e pelo decreto 2.208/97. Estes fatos estão relatados no *podcast*, porém sem a especificação de ser a contrapartida solicitada.

O quinto apontamento é sobre os conflitos em torno da lei 5.154/2004. O avaliador indica a leitura de três textos para se termos maiores reflexões sobre a lei e suas consequências. Dos três sugeridos, dois são de autoria de Saviani, Ciavatta e Ramos, e o terceiro de autoria de Rodrigues. Estes textos sugeridos pelo avaliador não foram utilizados, porém, foram utilizadas outras obras destes autores mencionados. Trabalhamos com diversos textos dos autores Saviani, Ciavatta e Ramos que buscam a temática da lei 5.154/2004 e trabalhamos também com as

publicações de Frigotto que debatem a mesma temática citada.

O sexto apontamento é quanto às curiosidades dos Institutos Federais. O avaliador questiona o porquê não aparece nessas curiosidades os seguintes pontos: desmonte e fechamento de unidades a partir do ano de 2016; se o número de IF mencionados está atualizado; e funcionamento das instituições na pandemia de Covid-19. Quanto ao número de Institutos Federais, estes dados foram colhidos no site do Ministério da Educação. Considerou-se que o documentário deveria extrapolar tal período e que o objetivo era abordar temas anteriores, analisados em perspectiva histórica.

O sétimo e último apontamento foi com relação às pessoas presentes na inauguração da Escola Técnica de Farroupilha. O avaliador aponta a questão de somente citar o nome do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza e não as demais pessoas presentes no evento. Nesse quesito, quando fomos analisar as fotos da instituição, não havia outros nomes nas descrições que continham nas fotos a não ser o nome do ministro já citado. Outro fato que é importante citar, é que, todas as legendas são fiéis às descrições encontradas nos arquivos da instituição, tanto as referentes à ETFAR, quanto as referentes ao IFRS *Campus* Farroupilha.

Após os dados e os comentários apresentados acreditamos que o produto educacional apresentado aos avaliadores foi satisfatório. Os avaliadores foram solícitos e acessíveis, fazendo com que as 16 avaliações fossem entregues no prazo estipulado de 15 dias. As propostas dos avaliadores que foram aceitas e que resultaram no ajuste nos produtos educacionais estão descritas com mais detalhes no capítulo 5. Produto Educacional.

No que tange o objetivo geral e específico, que propomos inicialmente, foram alcançados de forma satisfatória, isto é, pelas respostas manifestadas os avaliadores acharam, em sua maioria, extremamente relevante a história de uma instituição educacional, especificamente o IFRS *Campus* Farroupilha.

Acreditamos que o produto educacional apresentado será de grande valia para o público-alvo almejado e que o mesmo é importante para a memória e história da Educação Profissional e Tecnológica, bem como para a sociedade em que ela está inserida.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional proposto é a Coleção: “E essa tal de EPT?” Esta é composta por dois formatos diferentes de mídias, sendo eles cinco episódios de *podcast* e um documentário.

A finalidade do produto educacional proposto foi atender as demandas levantadas na fase inicial do projeto visando a preservação da história e memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul *Campus* Farroupilha bem como a preservação da história e memória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

O nome “E essa tal de EPT?” surgiu devido ao fato que muitas pessoas, que não são do meio acadêmico, não reconhecem a sigla EPT ou não sabem o que é de fato o ensino profissional e tecnológico. A pergunta “o que é EPT” é recorrente quando se lida com o público em geral, por isso a escolha do no nome “E essa tal de EPT?” para o produto educacional proposto. Ilustrado pela Figura 1.

Figura 1 - Capa do documentário



Fonte: Elaborado pela autora

A aplicação deste PE na Educação Profissional e Tecnológica é de extrema importância, pois tem a iniciativa da preservação da história e memória da mesma. A relevância da preservação está presente não somente no mestrado cursado, mas em

toda forma de educação profissional e tecnológica que nos é apresentada. Faz parte da história centenária da educação brasileira e se mantém atualmente.

Para uma localidade menor, longe dos grandes centros, como é o caso do município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Educação Profissional e Tecnológica é ainda mais sentida e presente na vida de seus habitantes. Quando inaugurado, a antiga Escola Técnica de Farroupilha, foi um marco para a comunidade farroupilhense e para outros municípios da região que viram a escola como uma forma de se aprimorar e buscar mais oportunidades de trabalho.

A justificativa de buscar preservação desta memória, já apresentada na base teórica desta dissertação, é principalmente, prover uma forma de manter viva a lembrança da luta por mais igualdade na educação, que foi iniciada no ano de 1990, mesmo que de uma forma não ideal, mas que se vem transformando, se mantendo e lutando pela educação pública e de qualidade para todos ao longo de sua existência.

A aplicação do produto se deu de forma totalmente online. Entramos em contato com os possíveis avaliadores por meio de mensagens e ligações. Após a primeira conversa e a apresentação inicial do projeto proposto, foi solicitado um contato para envio de um e-mail para passar todas as instruções cabíveis.

O contato inicial se deu no período de nove a 13 de junho de 2021 e o período para visualização e avaliação dos produtos foi de 14 a 28 de junho de 2021. Foram convidados cerca de 40 avaliadores e somente 16 participaram efetivamente. Os mesmos puderam ter acesso aos produtos e uma pequena descrição do projeto por meio do site: <https://deisedagnese.wixsite.com/ept1> onde foi alocado os cinco episódios de *podcast* e o documentário produzidos.

O processo de maior duração foi a produção dos produtos citados. Desde a criação de conceito, produção textual, revisão textual, roteirização, gravação, revisão e ajustes das gravações, edição de áudio e imagem que foram produzidos, levou-se em torno de seis meses (janeiro a junho de 2021).

O questionário aplicado foi pré-estabelecido ainda na fase de qualificação do projeto. Houve ajustes no questionário pois inicialmente o projeto proposto não contempla a produção de *podcast*, somente o documentário. O ajuste do questionário foi devidamente alterado e enviado ao Comitê de Ética do IFRS.

O resultado da avaliação foi positivo. No geral, houve poucas sugestões de mudanças, sendo que todas as propostas enviadas foram analisadas pela aluna e pela orientadora. Nem todas as sugestões foram acatadas, pois em nosso julgamento,

nem todas as sugestões se encaixavam na proposta que propomos ao produto.

No geral, as alterações nos produtos educacionais foram mínimas e viáveis de fazê-los. Os demais apontamentos apresentados pelos avaliadores achamos que não havia a necessidade de ajustes ou de inserção de conteúdo.

Listou-se de forma resumida as alterações feitas, conforme:

- a) ajuste de governo da criação do Pronatec no episódio cinco do *podcast*;
- b) ajuste na grafia do curso: Tecnologia em Fabricação Mecânica no documentário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou promover, por meio de dados coletados e da bibliografia estudada, a preservação e o estudo da história de uma instituição educacional. Compreende-se que a memória é uma via possível para o fortalecimento da identidade institucional.

Os objetivos, geral e específicos, traçados para este estudo foram atendidos, na medida em que a pesquisa conseguiu compreender a história do IFRS *Campus* Farroupilha por meio do acervo documental que a instituição possui. Escolhemos os formatos de documentário e podcast para transformar o conhecimento produzido em produto educacional que pudesse assumir o papel de ser também um instrumento didático.

Para o objetivo geral, que era fortalecer a identidade institucional do *Campus* Farroupilha do IFRS para a comunidade de Farroupilha, consideramos que atendeu as expectativas a partir do retorno dos avaliadores, que avaliaram positivamente os produtos criados para esse fim.

Com os objetivos específicos buscamos a compreensão da história do *Campus* Farroupilha, ainda enquanto ETFAR, se deu por meio dos documentos e fotografias encontrados no *Campus*, por literaturas que falavam do Proep e das leis da EPT.

Quanto a compreensão da história da EPT se deu pelas disciplinas cursadas no ProfEPT, pelas leis, artigos e literaturas que tratavam deste tema. O acervo fotográfico e documental encontrado na instituição foi catalogado e estudado. Os materiais encontrados datavam desde a concepção da Escola Técnica de Farroupilha pelo Proep, até a sua federalização em IFRS.

A definição dos produtos educacionais (podcast e documentário) se deu ao fato que, pela quantidade de materiais encontrados e pela vasta história contida, tanto pela instituição analisada, quanto pela história da EPT. Chegamos ao consenso que não era viável alocar todo este conhecimento em somente um PE. A opção na divisão de formatos de mídia se deu ao fato que, atualmente, as pessoas estão muito mais atarefadas. Estimular a compreensão de fatos da história, nem que seja, aos poucos, como é o caso principalmente do podcast, se tornou uma opção para se tornar algo mais tangível para as pessoas absorverem.

Com os produtos educacionais definidos, foi possível partir para a produção,

feito em duas etapas. A primeira foi a criação do texto, gravação e edição do podcast e a segunda a adaptação do quarto capítulo do podcast para o documentário. As gravações do podcast foram feitas na semana do dia 13 a 21 de abril e a gravação do documentário foi feita no *Campus* Farroupilha no dia 26 de março de 2021.

A coleção “E essa tal de EPT? A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil” contém 5 episódios de podcast e um documentário. Os *podcasts* possuem ao todo 46 minutos, enquanto o documentário possui duração de 18 minutos e 33 segundos. O objetivo destes produtos é fortalecer a identidade institucional do *Campus* Farroupilha do IFRS e da EPT para a comunidade de Farroupilha, por meio de áudios e imagens que retratam a história e memória dos mesmos. Destacamos também, que os *podcasts* abordam a história da EPT e podem ser utilizados para além de Farroupilha.

A avaliação dos produtos ocorreu de forma online, 14 a 28 de junho de 2021, através do site <https://deisedagnese.wixsite.com/ept1> e contou com a participação de 16 avaliadores de diversos segmentos da comunidade de Farroupilha. A análise dos dados coletados na avaliação foi exposta no capítulo 4.

Espera-se que este material oriundo desta pesquisa seja utilizado pelas comunidades internas e externas à instituição com intuito do fortalecimento da identidade institucional do IFRS *Campus* Farroupilha e que, possa também, servir de incentivo para que outras instituições educacionais possam ser estudadas e sua história e memória sejam compreendidas.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara. **O que é a história da educação no Brasil hoje? Tempos de reflexão.** ESPACIO, TIEMPO Y EDUCACIÓN, v. 3, p. 43-59, 2016.

BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria (org.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil: Volume III: Século XX.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. v. 3.

BASTOS, Maria Helena Câmara; ALMEIDA, D. B. **Um Protocolo para a Pesquisa em História da Educação.** Revista Educação e Cidadania, v. 12, p. 19-29, 2013.

BORGES, Liliam Faria Porto. **Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács.** Revista Educação em Questão, v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12747>>.

BRASIL, Ministério da Educação. **Rede Federal. Decreto 7.566 de 1909.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 03 nov. 2019

BRASIL, Ministério da Educação. Rede Federal. **Expansão da Rede Federal.** Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 03 nov. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 03 nov. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2 do art. 36 e os arts. 3942 da Lei 9394 [Regulamenta educação profissional].** Diário Oficial da União, Brasília, 18 abr. 1997. [Revogada pelo Decreto 5154/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm Acesso em: 03 nov. 2019

BRASIL. Mec. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso em: 03 nov. 2019

CIAVATTA, Maria. **Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada. IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História.** 2006. Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo07/Maria%20Ciavatta%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (orgs.). O ensino médio integrado. Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria (coord.). **Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 224 p

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como Princípio Educativo**. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>. Acesso em: 9 jun. 2020.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens. A fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

CIAVATTA, Maria. **Historiografia em Trabalho-Educação: como se escreve a história da educação profissional**. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-a-historiografia-em-trabalho>. Acesso em: 11 fev. 2020.

CIAVATTA, Maria. **A historicidade das reformas da educação profissional. Cadernos de pesquisa da Educação - PPGE/UFES**. Vitória/ES, a.11, v. 19, n. 39, p. 50-64. 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/download/10246/7032/25657>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. **A Gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. In: _____ (orgs.). O ensino médio integrado. Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GATTI JÚNIOR, Décio. **Reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa histórico educacional no campo das instituições educacionais**. In: LOPES, A. A. B. de M.; GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L.M.de; XAVIER, M.do C. (Org.). História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 527- 531.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. **História e historiografia das instituições escolares: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos**. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (Org.). Instituições, histórias e culturas escolares. Caxias do Sul: Educus, 2018. p. 23 -

54.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. **A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente**. Revista Educativa, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, jul./dez. 2015

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Núcleo de Memória**. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/historia-do-ifrs/Campus-farroupilha/>. Acesso em: 29 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Núcleo de Memória**. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/sites/4/2019/03/Projeto-N%C3%BAcleo-de-Mem%C3%B3ria-Final.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Política de Comunicação**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/08/00politica-de-comunicac%C3%A3o-atualizada.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Missão, visão e valores**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/institucional/missao-visao-e-valores/> Acesso em: 03 nov. 2019

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5. ed. rev. São Paulo: Ateliê editorial, 2014. 184 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1992.

LUIZ, Lucio (org.). **Reflexões sobre o Podcast**. Nova Iguaçu - RJ: Marsupial Editora, 2014.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004

MAGALHÃES, Justino. **A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas**. Educação Unisinos, v. 11, ed. 2, p. 69-74, maio-junho 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5694>. Acesso em: 22 abr.

2020.

MAGALHÃES, Justino. **Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização (Séculos XVIII – XX)**. Lisboa: Educa; Unidade de I&D de Ciências da Educação. 2010. 644p.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Alínea editora, 2007

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí, SP. Paco editorial, 2017.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. **O documentário como gênero audiovisual**. Comun. Inf., v. 5, n. 1/2, jan/dez. 2002, 25-40p.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico**. In: Navegando na história da educação brasileira. 2005. Disponível em:
http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/as_pesquisas_sobre_instituies_escolares-balanco_critico.pdf Acesso em: 29 ago. 2020

NOGUEIRA, Luís. **Gêneros Cinematográficos**. Covilhã: LabCom, 2010. 157 p. v. 2.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 5, (10): 200-212, 1992.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 3 (3): 3-15, 1989.

PACHECO, Eliezer (org.). **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. 1. ed. Curitiba, 2014. 121 p. v. 5. Disponível em:
<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise**. In: TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro. Metodologias e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas. Maringá, PR: Eduem, 2011. cap. 4, p. 101-120.

SABBI, Volmir. **A influência do Banco Mundial e do BID através do PROEP na**

reforma da educação profissionalizante brasileira da década de 1990. Anais IX Seminário ANPED Sul, 2012. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/93/635>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SANFELICE, José Luís. **História e historiografia de instituições escolares.** Revista HISTEDBR On-line, *Campinas*, n.35, p. 192-200, set.2009 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268360799_Historia_e_historiografia_de_instituicoes_escolares Acesso em: 28 ago. 2020

SANFELICE, José Luís. **História de instituições escolares e micro história.** Revista HISTEDBR On-line, *Campinas*, n.39, p. 32-41, set.2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639716> Acesso em: 28 ago. 2020

SANFELICE, José Luís. **História das instituições escolares: desafios teóricos.** Série-Estudos... Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212> Acesso em: 28 ago. 2020

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica.** Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre as Ciências, v. 3, p. 11-36, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 5, p. 25-46, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica, Quadragésimo ano: novas aproximações.** 1. ed. *Campinas*: Autores Associados, 2019. v. 1. 368p .

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar.** In: ORSO, J. P.; SILVA, J. C.; CASTANHA, A. P.; LOMBARDI, J. C.. (Org.). *Pedagogia histórico-crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização.* 1. ed. Curitiba: CRV, 2014, v. 1, p. 11-32.

SAVIANI, D. **Breves considerações sobre fontes para a História da Educação.** In: LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação.* *Campinas*: Autores Associados, 2017.

SONÊGO. Márcio Jesus Ferreira. **A fotografia como fonte histórica.** *Historiæ.* v 1, n. 2, Rio Grande, RS. 2010. p. 113-120.

SOUZA , Márcio Vieira de; GIGLIO, Kamil (org.). **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária.** São Paulo: Blucher, 2015. v. 1. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east->

1.amazonaws.com/openaccess/midias-digitais/completo.pdf. Acesso em: 2 ago. 2021.

TECHTUDO, Canal. **O que é *podcast*?: Saiba tudo sobre os programas de áudio online.** In: TECHTUDO, Canal (org.). 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-podcast-saiba-tudo-sobre-os-programas-de-audio-online.ghhtml>. Acesso em: 2 ago. 2021.

VILLAR, Pierre. **Pensar la história.** México: Cuadernos Secuencia, 1992.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; TRINDADE, Lenir Marina; MERLO, C. C. **Espaço Escolar e História das Instituições Escolares.** Revista Diálogo Educacional (PUCPR), v. 7, p. 147-163, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das instituições escolares: de que se fala?** In: LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). Fontes, história e historiografia da educação. *Campinas*: Autores Associados, 2017.

WERLE, F. O. C. **História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar.** Cadernos de História da Educação, v. 3, jan./dez. 2004.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional “Coleção: E essa tal de EPT? A história do Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil” foi elaborado no contexto da pesquisa “E essa tal de EPT? Estudo sobre a história e memória da Educação Profissional e Tecnológica do IFRS *Campus* Farroupilha”.

Trata-se de um material audiovisual, composto de episódios de podcast e documentário, que tem como finalidade o fortalecimento da identidade institucional do IFRS *Campus* Farroupilha por meio da história e memória encontrada em seu acervo, bem como a história e memória, de forma breve, da Educação Profissional e Tecnológica.

Os episódios de podcast, bem como o documentário, podem ser acessados por meio do link: <https://deisedagnese.wixsite.com/ept>.

APÊNDICE B - ROTEIROS DOS *PODCASTS*

Coleção: E essa tal de EPT?

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Episódio 1 - Um breve relato do início da EPT no Brasil

Olá, sejam muito bem-vindos à coleção: E essa tal de EPT? Eu sou Deise Dagnese, e nesta série vamos falar sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

(INTRO)

Esta coleção tem como objetivo estudar a história de uma instituição de ensino voltada para a educação profissional e tecnológica, a EPT. A série “E essa tal de EPT?” é composta por seis produtos educacionais, sendo cinco episódios de *podcast* e um documentário, frutos da pesquisa para o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica da aluna Deise Inára Cremonini Dagnese e orientada pela professora Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Neste episódio vamos começar nossa caminhada pela história da educação profissional e tecnológica.

Mas afinal de contas, o que é essa tal de EPT?

Essa tal de EPT nada mais é do que o ensino profissional e tecnológico. Aí você pode me perguntar, o que eu tenho a ver com isso?

Antes de responder sua pergunta, quero que você faça a seguinte reflexão: alguma vez você já pensou em fazer ou já fez algum curso, para se aperfeiçoar ou até mesmo para tentar alguma vaga de trabalho que você tanto queria? Ou conhece alguém que tenha feito algum desses cursos?

Para muitas pessoas, sair do ensino médio e cursar uma faculdade logo em seguida é um item de luxo. Muitas vezes, antes mesmo de finalizar o ensino básico, essas pessoas buscam o mercado de trabalho como forma de sustentar a si e aos seus familiares.

Segundo o IBGE em 2019, em dados gerais, das 50 milhões de pessoas com idade entre 14 a 29 anos no Brasil, 20,2% não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Ou seja, 10,1 milhões de brasileiros não completaram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Os resultados mostraram ainda que a passagem do ensino fundamental para o ensino médio acentua o abandono escolar.

De quem abandona a escola, 39,1% sinaliza como motivo a necessidade de trabalhar. Já para outros 29,2% o fator determinante foi a falta de interesse nos estudos. Entre as mulheres, 23,8% desistiram por causa de gravidez, enquanto 11,5% abandonaram para assumir os afazeres domésticos.

Ainda, segundo o IBGE, dos 8,4 milhões de estudantes do ensino superior de graduação no Brasil em 2019, 834 mil frequentavam cursos tecnológicos, o que corresponde a 9,9% do total de estudantes do ensino superior. Isto é, um em cada 10 estudantes de nível superior frequentam cursos com enfoque específico em uma área profissional e de menor duração.

Ok, depois de todos esses dados, você pode estar se perguntando, o que tudo isso tem a ver com a EPT?

Para que eu possa responder a esta pergunta, preciso fazer um breve relato da história da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Você sabia que EPT surgiu há mais de 100 anos?

Pois é, ela surgiu no século 19 como Escolas de Artes e Ofícios, destinadas à recuperação de jovens infratores. Essas escolas eram amparadas por instituições filantrópicas ou das províncias, o que chamamos de estados, atualmente.

Somente em 1909 houve uma oficialização destas escolas por parte do governo federal que deu início ao que chamamos de Institutos Federais hoje

Quando essas escolas foram criadas tinham como finalidade atuar em caráter assistencialista, isto é, ajudar pessoas em vulnerabilidade social. Ou como está escrito na lei daquela época, ajudar as pessoas desvalidas de sorte, abandonadas ou órfãs.

As escolas de Aprendizes e artífices foram criadas pelo Presidente Nilo Peçanha. Ali, os jovens eram instruídos no ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios.

A educação profissional surgiu para atender às necessidades da população e às necessidades das empresas e fábricas naquele tempo.

No entanto, essas escolas atendiam muito mais as necessidades dos empresários, que direcionaram a educação profissional para satisfazer seus interesses de formação de mão de obra.

Após esse marco inicial da EPT, outros eventos aconteceram na educação do Brasil, mas neste *podcast* vamos citar somente os mais importantes para educação profissional e tecnológica.

Na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, o Brasil tornou-se uma sociedade capitalista. Enxergava a expansão da Indústria como uma forma de modernização tecnológica, consolidação e generalização do Capital brasileiro. Essa expansão se refletiu diretamente na relação entre educação e trabalho. Isto é, tratava a formação dos trabalhadores como necessidade da expansão industrial, porém, sem qualquer relação com a política educacional.

O governo Federal daquela época comprometeu-se com o ensino secundário, atualmente nosso ensino médio, porém, manteve as características elitistas nos currículos, ignorando o ramo profissional, oficializando assim o dualismo educacional: um ensino voltado para a preparação do ensino superior e o outro para ensino profissional.

Vou fazer um parêntese aqui, para explicar o que são as características elitistas de forma bem breve: lá no início no século 19, após a vinda da família real para o Brasil, foram instaladas as escolas de medicina e as academias militares, que eram destinadas às famílias mais ricas. Ainda assim, muitas destas famílias mandavam os filhos para a Europa para estudar. Não havia educação para os filhos de empregados, muito menos para famílias pobres. Havia somente o assistencialismo, no caso dos menores infratores como que já comentei.

Este é o início das escolas elitistas e de um ensino dual, isto é, um tipo de ensino para famílias ricas e outro tipo de ensino para famílias pobres, e isto somente a partir do século 20. Essa divisão é o que chamamos de dualismo estrutural, que existe até hoje.

Ok, depois desta explicação, voltamos à história da EPT no governo Vargas. Neste período ainda houve outros marcos para educação, tais como:

- a) a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930;
- b) as Reformas do ministro Francisco Campos, que estruturou organicamente os ensinos: secundário, comercial e superior (como vimos anteriormente por favor TIRAR)
- c) O Manifesto dos Pioneiros da Educação nova, que defendia a Educação como uma função essencialmente pública, que deveria ser única e comum,

sem privilégios econômicos de uma minoria e que o ensino deveria ser laico, gratuito e obrigatório.

d) e, a Constituição de 1937, que exigia a fixação das diretrizes da Educação Nacional e apresentava indicativos da sistematização do ensino industrial.

Friso que este é um pequeno resumo, pequeno mesmo!

No mesmo ano da promulgação da Constituição de 1937, as escolas de Aprendizes e Artífices passam a se chamar Liceus e, em 1942, passam a ter nova denominação: Escolas Industriais e Técnicas.

Na década de 40, um dos principais movimentos da educação profissional e tecnológica foi a criação das leis orgânicas de ensino, também conhecidas por “Reforma Capanema”. Elas recebem este nome por terem sido propostas pelo Ministro da Educação do período do Estado Novo: Gustavo Capanema. Desta reforma, resultou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem, conhecido como: Sistema S, que engloba as áreas: industrial, comercial, rural e técnica e existe até os dias atuais. Talvez você conheça o Sistema S por meio de suas instituições, Senai, Sesi, Sesc, Sebrae, Senac entre outros.

Ainda na década de 40, mais especificamente em 1948, deu-se início aos debates da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB. Falaremos com mais profundidade no próximo episódio.

Já o governo de Juscelino Kubitschek, na década de 50, ficou marcado pela abertura de mercado para o capital estrangeiro e pelo desenvolvimento econômico dependente. No período de 1956 a 1961, a educação profissional ganha destaque no plano de metas de JK, que tinha como objetivo, a formação de profissionais orientados para o desenvolvimento do país.

Ainda na década de 1950, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e passaram a se chamar Escolas Técnicas Federais. Dessa forma ganharam autonomia para definir seus currículos e para administrar seus recursos.

Já em 1961, no primeiro ano do governo de João Goulart, foi sancionada a Lei 4.024, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação, a famosa LDB. Este foi um marco importante para o ensino profissional, mas isso é assunto do próximo episódio!

Espero vocês lá!

Coleção: E essa tal de EPT?

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Episódio 2 - As principais leis de educação no Brasil

Olá, sejam muito bem-vindos ao *podcast*. E essa tal de EPT? Eu sou Deise Dagnese, e nesta série vamos falar sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. (INTRO)

No episódio anterior vimos o início da história da educação profissional e tecnológica, a EPT, do período de 1909, quando foi decretada a abertura das Escolas de Aprendizes e Artífices pelo presidente Nilo Peçanha, até o governo de Juscelino Kubitschek que tinha como objetivo, através de investimentos estrangeiros, a formação de profissionais orientados para o desenvolvimento do país.

Este episódio irá abordar as principais leis da Educação, porém, iremos destacar somente o que for relacionado a Educação Profissional e Tecnológica. Se falarmos de todas as leis relacionadas à educação detalhadamente, teríamos assunto para vários *podcasts*.

Vamos iniciar falando sobre a primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Ela foi concebida no governo de João Goulart, porém o processo de elaboração iniciou em 1948, após a queda do estado novo de Getúlio Vargas e a promulgação da nova Constituição Brasileira de 1946. Nela estava prevista a educação como direito para todos e a obrigatoriedade do ensino primário e gratuito nas escolas públicas.

Entre o início dos debates da LDB e sua publicação, passaram-se treze anos. Neste período houveram muitos debates e a proposta chegou a ser arquivada em 1948, voltando a ser discutida somente em 1957. Por fim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi publicada em 1961.

A proposta original foi feita em 1948, mas não corresponde totalmente à lei de 1961. São significativas as diferenças entre elas. O projeto, neste período, fez uma porção de idas e vindas entre o Congresso Nacional e a Comissão de Educação e Cultura. O que foi aprovado para ir ao Senado foi denominado substitutivo Lacerda e este substitutivo acabou sendo aprovado como a primeira LDB.

Pesquisando a história da LDB, é notável o interesse das instituições particulares desde o início da discussão. Havia também os que defendiam a

educação pública, como o senador Tiago Dantas. Esse conflito de interesses entre as escolas públicas e privadas só terminou com a aprovação da lei em 1961.

Com a lei aprovada, o ensino ficou estruturado da seguinte forma:

O primeiro ciclo era chamado de ensino primário. Durava quatro anos e correspondia às séries iniciais do atual ensino fundamental;

O segundo ciclo representava o que conhecemos hoje por séries finais do ensino fundamental e o ensino médio. Tinha duração de 7 anos, e era dividido em ginásial e colegial. O ginásial tinha duração de 4 anos e o colegial de 3 anos. O ciclo do colegial oferecia três caminhos distintos chamados de secundário, normal e técnico. Somente poderiam ter acesso ao ensino superior os alunos que optavam por seguir no ensino secundário. Quem escolhesse o ensino normal ou técnico e quisesse avançar para a graduação precisava necessariamente cursar também o ensino secundário.

Doido, né!?

Mas não para por aí, em 1968 e 1971, houve as primeiras reformas da LDB, originando duas novas leis. A primeira reformou a estrutura do ensino superior e a segunda reestruturou o ensino primário e médio.

A lei de 1968, conhecida como a lei da reforma Universitária, procurou atender a duas principais demandas: uma solicitada por estudantes e professores e outra demandada pelo governo ditatorial da época.

Na aprovação da lei, essas solicitações resultaram:

- a) na abolição da cátedra;
 - b) na definição de ensino e pesquisa como atividades indissociáveis
 - c) a instituição do regime universitário como forma preferencial de organização do ensino superior
 - d) e a autonomia das instituições universitárias
- Atendendo assim a comunidade acadêmica.

Da parte do governo foram incluídos:

- a) o regime de créditos;
- b) a matrícula por disciplina
- c) os cursos de curta duração
- d) e a racionalização da estrutura e funcionamento das instituições.

Em 1971, menos de dois anos depois de aprovada a lei do ensino superior, o governo de Emílio Médici decidiu reestruturar o ensino primário e médio.

Os principais resultados dessa reestruturação foram:

Mudança de nome, antes o que era chamado de primário, ginásial e colegial passou a ser denominado ensino de primeiro e segundo graus. Houve mudança também na duração. O ensino de primeiro grau passaria a durar 8 anos e o de segundo grau 3 anos. Eram equivalentes aos atuais ensino fundamental e médio.

Houve, também, o fim do exame de admissão entre Ensino primário e ginásial que foi muito pressionado pela comunidade educacional.

Outra mudança importante e que, teve grande impacto sobre a EPT, foi a obrigatoriedade do ensino profissional para todos os estudantes que cursavam o segundo grau. Isto é, todos, independentemente de sua classe social, deveriam cursar um ensino técnico.

Essa equivalência de ensino foi criada para que a classe trabalhadora e a elite tivessem o mesmo currículo, porém, isso não deu certo. Ainda havia diferença no ensino entre as classes, principalmente para o ensino público. Não havia condições físicas e/ou financeiras, de ofertar um curso técnico que demandava maquinários ou uma estrutura complexa.

Assim as instituições públicas, principalmente da esfera estadual, acabavam ofertando quase os mesmos cursos entre si, principalmente aqueles que demandavam pouca ou nenhuma estrutura física. Isso deixava o mercado de trabalho saturado com profissionais da mesma área.

A profissionalização compulsória durou até 1982, quando a lei foi reformulada e a obrigatoriedade do ensino técnico deixou de existir.

A década de 90 foi marcada por diversos fatos históricos importantes para o ensino profissional. Em 1994, uma nova lei transformou Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs; em 1996, é sancionada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e, em 1997, foi aprovado um Decreto que separava a educação profissional da educação regular.

Mas este assunto fica para o próximo episódio do nosso *podcast*.

Até lá!

Coleção: E essa tal de EPT?

A história do Ensino profissional e tecnológico no Brasil.

Episódio 3 - LDB de 1996 e o decreto de 1997

Olá, sejam muito bem-vindos ao *podcast*. E essa tal de EPT? Eu sou Deise Dagnese, e nesta série vamos falar sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. (INTRO)

Neste episódio falaremos com mais profundidade sobre os artigos da Lei nº 9394/96, também conhecida como a segunda LDB e o decreto 2208/97 que falam especificamente do ensino profissional e tecnológico no Brasil.

A década de 90 foi decisiva principalmente para as políticas públicas voltadas à educação. Estas políticas foram originadas das mudanças vindas do setor econômico e tiveram como resultado o aprofundamento da globalização e do capitalismo flexível.

Essas características foram muito importantes para que a política neoliberal, defendida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, pudesse introduzir questões decisivas que mudariam o rumo da educação profissional e tecnológica.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi concebida no governo de FHC, em 1996, porém, o debate da nova lei começou 8 anos antes. A primeira proposta de projeto para a 2ª LDB foi resultado de uma série de debates abertos organizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e se chamava Projeto Jorge Hage. A segunda proposta foi elaborada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa em conjunto com o Ministério da Educação.

Assim, como na primeira Lei, na segunda LDB também houve diferenças e interesses entre as propostas. A principal era em relação ao papel do Estado na educação. Enquanto a sociedade civil mostrava preocupação com o controle social do sistema de educação, a proposta dos senadores era de que a educação fosse centralizada no governo.

E mais uma vez, o resultado deste embate foi que o texto final da LDB se converteu muito mais aos interesses do governo, defendido pelos senadores, do que às demandas solicitadas pela sociedade.

Um dos interesses do governo era a separação do ensino médio regular do ensino médio técnico. O objetivo maior era a redução de custos. A orientação vinha de fontes internacionais que alegavam que os cursos integrados, além de serem

cursos de longa duração, não formavam mão de obra adequada para o mercado de trabalho.

Além disso, o governo alegava que o pós-médio dava mais diversidade de escolhas para o jovem, que assim, poderia escolher melhor suas opções.

Com isso, o governo regulamentou o decreto número 2.208 de 1997, que pôs em prática a separação. A partir do decreto o ensino técnico foi considerado como modalidade de ensino e foi quando surgiu pela primeira vez o termo Educação Profissional e Tecnológica.

Depois do decreto estabelecido, o governo precisava colocar em prática o que foi proposto para o novo modelo de EPT. Por meio de uma parceria do Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, foi desenvolvido o Programa de Expansão da Educação Profissional, o PROEP.

Para que o programa fosse possível, o governo assinou o acordo de empréstimo e o contrato número 1.052 com Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

Esse acordo foi essencial para a expansão do ensino profissional e tecnológico no Brasil. Por meio dele, era possível que, a sociedade junto com as lideranças políticas, econômicas e órgãos dos segmentos federal, estadual e comunitário, pudessem unir forças para criar um convênio de cooperação e parceria.

O objetivo do Proep era promover ações integradas de educação e trabalho, que proporcionassem diversidade e mais oferta de vagas. Além disso, os cursos deveriam ser adequados às exigências do mercado de trabalho.

O governo ainda alegava que, com 500 milhões de dólares de investimento obtidos em parceria com o BID, seria possível construir novas escolas, além de melhorar e ampliar as escolas já existentes. Tudo isso com o objetivo de expandir a oferta de matrículas nos níveis Básico, Técnico e Tecnológico.

Aqui, cabe esclarecer o que eram os níveis da EPT:

O nível básico era de nível médio. Só podia ser ofertado em paralelo com o ensino médio regular, isto é, o aluno tinha que ter duas matrículas. Os cursos podiam ser na mesma escola, no caso das escolas federais ou em instituições diferentes, no caso das escolas técnicas do segmento comunitário ou do Sistema S.

Cursos sequenciais eram destinados a quem já tinha terminado o ensino médio e que não pretendia cursar o ensino superior. Estes cursos tinham o objetivo

de proporcionar qualificação em áreas específicas do conhecimento. Tinham duração mínima de dois anos.

Cursos Tecnológicos são cursos de curta duração com média de 2 anos e eram destinados para alunos que tinham terminado o ensino médio regular ou o supletivo. Esses cursos eram ofertados em sua maioria pela Rede Federal de ensino.

Apesar desta estrutura proposta não era o que acontecia na prática em muitas instituições. Os cursos sequenciais ofertados nas instituições comunitárias acabavam sendo os mesmos dos cursos concomitantes. Tinha muito mais cursos técnicos sequenciais e concomitantes, pois não precisavam passar pelo Mec para aprovação, somente os cursos tecnológicos que eram de nível superior de fato precisavam. Outro fato pela qual esta estrutura era criticada, é que os cursos sequenciais não permitiam acesso à pós-graduação, somente à graduação.

Segundo o governo de FHC o Programa destinava-se à modernização e expansão do sistema, mediante o financiamento para escolas do segmento federal e estadual, além de promover a criação de um novo segmento: o das escolas comunitárias.

Ficou claro desde o início do governo que não seria viável expandir a educação profissional dentro do modelo centralizado das escolas técnicas federais, e assim se optou a dar mais ênfase ao segmento das escolas comunitárias.

Para o governo, as escolas federais tinham dificuldade de gestão, não tinham recursos financeiros para manter os alunos e não tinham articulação entre a escola e a sociedade local.

Já investindo em parceiros do segmento comunitário de educação, o governo não iria precisar arcar com esses custos. Assim, garantiria de uma vez só: a eficiência de gestão da instituição já existente, a participação comunitária no financiamento do setor por meio de parcerias público-privado e a vinculação com o mercado de trabalho local, uma vez que a instituição mantenedora teria uma base através de sua relação já estabelecida com a comunidade local.

A implantação do Proep se deu por etapas. Primeiro foi implantada na rede federal, que já tinha familiarização dos processos. Na sequência foi a esfera estadual a contemplada e por fim as parcerias com o segmento comunitário

Sendo assim, o PROEP visava implantar às inovações definidas pelo decreto, abrangendo:

- a) os aspectos técnico-pedagógicos, tais como a flexibilização curricular e a adequação à demanda de cursos, vindas do mercado de trabalho;
- b) a formação e avaliação por competências;
- c) a autonomia e flexibilidade de gestão;
- d) a Captação de recursos próprios;
- e) e as parcerias para a expansão Rede de Educação Profissional mediante iniciativas do segmento comunitário.

Apesar do discurso do governo que prezava pelo fim do elitismo na educação com a formalização do decreto de 1997, não era essa a visão dos educadores ligados à EPT.

O que esses estudiosos viam, de certa maneira era que, a elite naturalmente teria acesso aos cursos de ensino superior, bacharelado ou licenciatura, enquanto as classes menos privilegiadas teriam acesso mais facilmente a cursos que formariam mão de obra para o mercado de trabalho. Como era o caso dos cursos técnicos e tecnológicos da época.

Em resumo, o governo queria cortar gastos diretos com a educação pública ao se isentar de custear o ensino técnico junto com o ensino médio e ainda vender a educação para o empresariado por meio das parcerias, podemos chamar esta lógica política de Estado mínimo.

Para quem não sabe o estado mínimo é o entendimento que o papel do governo deve ser o mínimo possível para que o ele consiga entregar serviços públicos de qualidade para a sociedade, com maior eficiência, deixando para a iniciativa privada funções consideradas não essenciais. Isto é, o governo escolhe o que é essencial ou não e investe somente no que acha que é importante para a sociedade. No caso do governo de FHC, a educação não era considerada essencial e as consequências são sentidas até os dias atuais.

Apesar da visão distorcida do neoliberalismo do governo de FHC, o decreto e as parcerias foram feitas. Muitas instituições foram criadas com a implantação do Proep, e uma delas será assunto do nosso próximo episódio.

Não percam!

Coleção: E essa tal de EPT?

A história do Ensino profissional e tecnológico no Brasil.

Episódio 4 (podcast) - A história de uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica originária do Proep

Olá, seja muito bem-vindos à coleção: E essa tal de EPT? Eu sou Deise Dagnese, e nesta série vamos falar sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

(INTRO)

Neste quarto episódio vamos falar sobre a história de uma instituição que surgiu por meio do programa de expansão do ensino profissional, o PROEP. Para contar esta história, vou usar uma dinâmica um pouco diferente dos demais episódios. Este capítulo será reproduzido em dois formatos diferentes de mídias, um episódio de *podcast* e um documentário. E através deste áudio, te convido a conhecer a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul *Campus Farroupilha*

O *Campus Farroupilha* tem seu início ainda na década de 90, como Escola Técnica de Farroupilha, a ETFAR. A Escola Técnica foi almejada pelas lideranças políticas e econômicas do município de Farroupilha e região da Serra Gaúcha no Rio Grande do Sul.

Para que a Etfar pudesse ganhar vida, era necessária uma instituição comunitária para formar parceria com as lideranças já mencionadas.

Em agosto de 1997, a Fundação Universidade de Caxias do Sul, a Prefeitura de Farroupilha, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Farroupilha, o Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho e o Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra Gaúcha, firmaram um convênio de cooperação e parceria visando a implantação, manutenção e funcionamento de uma escola técnica em Farroupilha.

Esse convênio definia que, era responsabilidade da Fundação Universidade de Caxias do Sul, montar os projetos de solicitação de recursos junto aos órgãos de fomento, apoio à educação tecnológica e administrar a Unidade Escolar.

Isto é, a Fundação Universidade de Caxias do Sul era responsável por providenciar a elaboração e aprovação de projeto de implantação e gerenciamento de

uma instituição entre o segmento comunitário, Ministério da Educação e o banco interamericano de desenvolvimento, o BID.

A partir do convênio número 16/99, teve início a ETFAR. Este convênio destinou os primeiros recursos financeiros para construção da escola, que teve suas obras iniciadas ainda em 1999.

A escola técnica de Farroupilha, ETFAR/UCS, foi, portanto, uma escola do segmento comunitário, construída e equipada com recursos do programa de expansão da educação profissional, do Ministério da Educação.

Os recursos liberados para o segmento comunitário pelo Ministério da Educação exigiam como compromisso, por parte da instituição conveniada, de que 50% das vagas oferecidas seriam gratuitas e destinadas a alunos carentes.

A construção da Etfar levou em torno de 2 anos. A cerimônia de inauguração ocorreu no dia 14 de maio de 2001 e contou com a presença do ministro da educação Paulo Renato de Souza, políticos, representantes das entidades apoiadoras e da instituição mantenedora.

Para implementar de fato o PROEP na Escola Técnica de Farroupilha, no dia 13 de agosto de 2001, foi firmado o convênio 68/2001 entre Ministério da Educação e a Fundação Universidade de Caxias do Sul. Este convênio, era uma complementação ao convênio 16/99, destinado inicialmente para a construção dos prédios da instituição.

A escola ofertava cursos básicos e cursos técnicos nas áreas de eletricidade, eletrônica, informática, mecânica, design, administração, polímeros e metalurgia.

Para dar suporte a esses cursos, a ETFAR contava com 28 laboratórios técnicos, oito salas de aula, duas salas de apoio, auditório, lanchonete, biblioteca, secretaria escolar, direção, sala de administração, contabilidade e divisão de pessoal.

Nos quase 9 anos de funcionamento da ETFAR, a instituição promoveu e participou de eventos, comemorações e formaturas.

Em 2009, por meio da lei 11.892, foi criada a rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De certa forma, o governo absorveu e reorganizou os CEFETs e escolas técnicas em uma única denominação, os Institutos Federais. Nessa nova organização, a ETFAR foi federalizada e em 2010 passa integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Tendo como seu primeiro nome núcleo avançado de Farroupilha.

Na estrutura dos Institutos Federais, houve um importante processo de fases de implantação de instituições. No IFRS, vou destacar agora somente o que ocorreu nas 3 fases.

A primeira fase foi a implantação das Escolas Técnicas Federais que já existiam, sendo elas: o Cefet de Bento Gonçalves; a Escola Técnica da UFRGS de Porto Alegre; Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati de Rio Grande e Escola Agrotécnica Federal de Sertão.

A segunda fase implementou as escolas técnicas criadas/iniciadas em 2004 pelo governo federal para serem integradas à futura rede federal de ensino. Os *Campus* foram: Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga (em Porto Alegre).

E na terceira fase foram implantados três núcleos avançados, originados de escolas criadas anteriormente e incorporadas ao IFRS. São eles: Farroupilha e Ibirubá, criados a partir de escolas implantadas pelo Proep; e Feliz, criada a partir de uma entidade regional.

Em 2013, o Ministério da Educação transformou o Núcleo Avançado de Farroupilha em *Campus*. Assim, a instituição passa a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul *Campus* Farroupilha.

Quer saber mais?

Não percam nosso último episódio da série.

Coleção: E essa tal de EPT?

A história do Ensino profissional e tecnológico no Brasil.

Episódio 5 - Lei de 2004 e Lei de 2009

Olá, sejam muito bem-vindos ao *podcast*. E essa tal de EPT? Eu sou Deise Dagnese, e nesta série vamos falar sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. (INTRO)

No quinto e último episódio desta coleção, vamos falar da educação profissional e tecnológica atualmente.

Vimos, um pouquinho, o que aconteceu lá em 1909 no início da EPT; Falamos também de alguns pontos cruciais para educação profissional e tecnológica nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Emílio Médici e Fernando Henrique Cardoso.

Hoje iremos falar da lei número 5.154 de 2004 que mudou outra vez a cara e o espírito da educação profissional e tecnológica no Brasil. Esta lei foi publicada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e tinha como pretensão resgatar a EPT como era proposto inicialmente em 1988 como um ensino único e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria e que o ensino deveria ser laico, gratuito e obrigatório.

Assim como outras leis e decretos, a lei 5.154/2004 teve 3 propostas, até ser oficialmente publicada. As duas primeiras propostas eram conflitantes, uma defendia uma nova LDB e a outra defendia a manutenção do decreto 2.208/97.

A terceira proposta entendia que, só revogar o decreto de 97 não garantia a implementação da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica que o governo pretendia.

Entre a primeira e a terceira proposta não há diferença de princípios, mas a diferença entre eles é o modo de como ia ser implementada essa nova concepção.

Tanto que a primeira proposta foi fundamental para o futuro da EPT. Por meio dela, foi colocada em prática a rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Para revogar o decreto de 97 e concretizar a lei de 2004 o governo precisava se posicionar politicamente. Ou se colocava de forma afastada do processo, e isso daria força de governo para fazer cortes revolucionários. Ou se entendia que as oposições dentro de seu próprio governo poderiam contribuir para o avanço de mudanças estruturais com efetivo compromisso de um projeto nacional.

Foi a partir deste último posicionamento que o governo conseguiu formar um documento híbrido e com contradições, mas que demonstram as posições de diversas partes da sociedade.

Com a aprovação da nova lei e revogação do decreto, mais uma vez, o que a sociedade gostaria, não foi totalmente acatado. Nem tudo o que foi proposto foi aprovado, e alguns resquícios do decreto de 1997 existem até hoje.

O discurso da nova lei tinha como enredo a ampliação da educação profissional precoce, uma vez que esses jovens, filhos de trabalhadores tinham mais uma opção de escolha, o ensino integrado. Isto é, o jovem já poderia ingressar no ensino técnico assim que iniciasse os estudos no ensino médio.

Porém, os cursos técnicos subsequentes e concomitantes criados no decreto de 1997 ainda continuam na lei de 2004. Principalmente os cursos subsequentes, tão

criticados no primeiro decreto, ainda se mantiveram. Essa continuidade dos cursos subsequentes confirma a manutenção da dualidade estrutural da educação.

Outra herança do decreto de 97 são as Parcerias Público-Privadas. Um exemplo disto foi a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec. Instituições públicas e privadas podiam ofertar cursos de curta duração para a formação profissional.

As escolas públicas ofertavam os cursos de graça. Mas as instituições privadas poderiam cobrar por esses cursos. Segundo teóricos da área da EPT, os cursos ofertados eram cursos já existentes e que foram repaginados, tornando o Pronatec mais uma fonte de lucro para instituições privadas do que um programa de formação profissional propriamente dito.

O próximo passo no projeto do governo Lula de modernizar o ensino profissional e tecnológico ocorreu em dezembro de 2008 com a publicação da lei 11.892 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IFs.

Os institutos federais atuam, desde a sua criação, ofertando educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades. Formando e qualificando pessoas para atuarem nos diversos setores da economia, com destaque para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Inicialmente 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Neste momento não vou me aprofundar na Lei da Federalização, mas quem quiser ter mais conhecimento, sugiro assistir o documentário: A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais de Silvia Schiedeck. Ele é supercompleto e narra a trajetória da educação profissional e tecnológica de 2004 a 2010. Vou deixar o link do vídeo na descrição do texto do *podcast*, para quem se interessar em assistir. Vale super a pena.

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>

Bom, minha intenção aqui, não é pesquisar novamente esse período, mas vou falar alguns pontos importantes para que você possa entender um pouco da EPT nesse período.

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou em 2005, o Plano de Expansão da

Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo era ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional.

Esse processo de expansão se iniciou quando o governo federal revogou a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista na Lei nº 8.948, de 1994.

Com essa revogação, o projeto do governo era melhorar e ampliar a distribuição de instituições de ensino pelo Brasil. O objetivo maior era ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica.

O plano de expansão deste projeto se deu em três fases.

A primeira fase, iniciada em 2005, tinha como prioridade inicial a construção de escolas em Estados que não tinham instituições voltadas para a EPT. Alguns desses estados foram o Acre, o Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Na segunda fase, iniciada em 2007, a SETEC/MEC tinha como meta a criação de mais 150 novas instituições federais em 4 anos. Esse processo se efetivou com a criação dos Institutos Federais em 2008. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

A terceira fase, teve início em 2011, e estabeleceu a criação de 208 novas instituições até 2014. Assim como as demais fases, tinha como objetivo superar a desigualdade e viabilizar o acesso da população à formação profissional e tecnológica, melhorando assim a qualidade de vida.

Atualmente, a Rede Federal é composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando todas as instituições que fazem parte da Rede Federal de educação profissional e tecnológica, tem-se ao todo 661 unidades.

Cada uma destas instituições possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Em relação aos cursos, são oferecidas opções de qualificação em nível profissional, técnicos de nível médio, superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas. Os IFs também oferecem cursos de pós-graduação, isto é, especializações, mestrados e doutorados.

Vamos a algumas curiosidades dos IFs:

- a) sabia que cada *Campus* tem seus cursos? Simm, os Institutos federais têm autonomia para criar cursos conforme a demanda e o potencial de desenvolvimento econômico e social de cada município/região. As instituições também consultam representantes da comunidade escolar, da sociedade e das organizações políticas e representativas de classe, como forma de consulta para a tomada de decisão na escolha de um novo curso;
- b) sabia que os cursos são totalmente gratuitos? sim, são! É importante reforçar que todos eles são gratuitos, sem nenhum custo para o aluno;
- c) sabia que o aluno tem a oportunidade de estudar fora do país? Existem acordos de cooperação técnica entre os institutos federais e instituições estrangeiras para que os alunos possam estudar no exterior.

Bom, esse foi meu breve relato da Educação profissional e tecnológica no Brasil. Como disse inúmeras vezes nos episódios anteriores, meu objetivo não era reescrever a história da EPT, mas sim, fazer um breve relato, para apresentar a evolução desta importante estrutura da Educação.

A educação profissional e tecnológica passou por inúmeros marcos, reviravoltas, construções e desconstruções até chegar no que ela é hoje. O que era antes um instrumento político voltado para a minoria e para as classes menos favorecidas, hoje, é considerada uma das mais importantes estruturas da Educação e que proporciona acesso às mais diversas estruturas científicas e tecnológicas existentes no Brasil.

Esta foi a apresentação da coleção “E essa tal de EPT?”

Muito obrigada a todos e até breve!

APÊNDICE C - ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO

Coleção: E essa tal de EPT?

A história do Ensino profissional e tecnológico no Brasil.

Episódio 4 - A história de uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica originária do Proep

Roteiro:

DESCRIÇÃO	FALA	OFF
EXT - FRENTE AO CAMPUS - EM PÉ	Olá, sejam muito bem-vindos à coleção: E essa tal de EPT? Eu sou Deise Dagnese, e nesta série vamos falar sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. (INTRO)	
	Nos episódios anteriores do <i>Podcast</i> , vimos uma breve história da Educação Profissional e Tecnológica. Como ela surgiu. Suas principais leis e entre elas, falamos bastante sobre o Programa de Extensão da Educação Profissional.	
EXT - FRENTE AO CAMPUS - EM PÉ	Neste quarto episódio vamos falar sobre a história de uma instituição que surgiu por meio do programa do PROEP. Para contar esta história, vou usar uma dinâmica um pouco diferente dos demais episódios. Este capítulo será reproduzido em dois formatos diferentes de mídias, um episódio de <i>podcast</i> e um documentário.	
EXT - FRENTE AO	E através deste documentário, te convido a conhecer a história do	

CAMPUS - EM PÉ	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul <i>Campus</i> Farroupilha	
	O <i>Campus</i> Farroupilha tem seu início ainda na década de 90, como Escola Técnica de Farroupilha, a ETFAR. A Escola Técnica foi almejada pelas lideranças políticas e econômicas do município de Farroupilha e região da Serra Gaúcha no Rio Grande do Sul.	
EXT - FRENTE AO CAMPUS - EM PÉ COM CORTE PARA DRONE	Para que a Etfar pudesse ganhar vida, era necessária uma instituição comunitária para formar parceria com as lideranças já mencionadas.	
EXT PARA INT - SAGUÃO DO BLOCO 1 - CAMINHA E SENTA	Em agosto de 1997, a Fundação Universidade de Caxias do Sul, a Prefeitura do Município de Farroupilha, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Farroupilha, o Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho e o Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra Gaúcha, firmaram um convênio de cooperação e parceria visando a implantação, manutenção e funcionamento de uma escola técnica em Farroupilha.	caractere na tela
INT - SAGUÃO BLOCO 1 - SENTADA	Esse convênio definia que, era responsabilidade da Fundação Universidade de Caxias do Sul, montar os projetos de solicitação de recursos junto ao Ministério da Educação e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, apoio à educação tecnológica e administração da Unidade Escolar.	
INT - SAGUÃO BLOCO 1 -	A partir do convênio número 16/99, firmado entre a Fundação Universidade de Caxias do Sul e o Ministério da Educação, teve início	foto do processo 16/99

SENTADA TROCA DE ÂNGULO	a ETFAR. Este convênio destinou os primeiros recursos financeiros para construção da escola, que teve suas obras iniciadas ainda em 1999.	
INT - SAGUÃO BLOCO 1 - SENTADA	Após assinatura do termo de concessão, foi dado início às licitações para construção da instituição, que era composta por três blocos.	Fotos da entrega de envelopes
INT - SAGUÃO BLOCO 1 - SENTADA	Com a licitação concluída, deu-se início às obras.	
INT - SAGUÃO BLOCO 1 - SENTADA TERMINA LEVANTANDO	As primeiras etapas foram: a terraplanagem, o levantamento da topografia e a localização dos blocos.	fotos das etapas citadas
INT - SAGUÃO BLOCO 1 PARA BLOCO 3 - PARADA E INICIA A CAMINHADA ATÉ BLOCO 3	Concluído a etapa inicial, o próximo passo foi a construção dos prédios, começando pelo bloco 3.	fotos construção
Para no saguão do bloco 3	Este bloco da Escola Técnica de Farroupilha foi projetado para ter salas de aula e laboratórios para atender os cursos nas áreas de metalurgia, informática, polímeros e design de produtos.	fotos da construção do bloco, salas de aula e laboratórios

fala em off mostra fotos	Em paralelo a construção do bloco 3, foi feita também a construção do bloco 2.	fotos
Saguão bloco 3	Este bloco foi estruturado para ter laboratórios e salas de aulas para os cursos nas áreas de eletrônica e eletrotécnica.	fotos da construção do bloco, salas de aula e laboratórios
off	A última etapa de construção, foi o levantamento do bloco 1. Estavam localizadas neste bloco as salas administrativas, biblioteca, refeitório e auditório.	fotos
saguão do bloco 3	A construção da Etfar levou em torno de 2 anos. A cerimônia de inauguração ocorreu no dia 14 de maio de 2001 e contou com a presença do ministro da educação Paulo Renato de Souza, políticos, representantes das entidades apoiadoras e da instituição mantenedora.	fotos
off	Para implementar de fato o PROEP na Escola Técnica de Farroupilha, no dia 13 de agosto de 2001, foi firmado o convênio 68/2001 entre Ministério da Educação e a FUCS. Este convênio, era uma complementação ao convênio 16/99, destinado inicialmente para a construção dos prédios da instituição.	foto convênio
CAMINHAR PARA BLOCO 2 E PARAR NO SAGUÃO	Os cursos ofertados pela Etfar eram: Cursos técnicos em: - Eletrotécnica - Eletrônica industrial - Metalurgia	

	<ul style="list-style-type: none"> - Ferramentaria - Processamento de Polímeros - Desenvolvimento de produtos - Desenvolvimento de software - Projeto e gerenciamento de Redes de computadores 	
OFF	<p>A Etfar também ofertava cursos básicos nas áreas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mecânica - Eletro-eletrônica - Polímeros - e de controle qualidade 	
	<p>Para dar suporte a esses cursos, a ETFAR contava com 28 laboratórios técnicos, oito salas de aula, duas salas de apoio, auditório, lanchonete, biblioteca, secretaria escolar, direção, sala de administração, contabilidade e divisão de pessoal</p>	<p>fotos da estrutura antiga da etfar</p>
	<p>Nos quase 9 anos de funcionamento da ETFAR, a instituição promoveu e participou de eventos, comemorações e formaturas.</p>	<p>fotos dos eventos, comemorações e formaturas</p>
	<p>Em 2009, por meio da lei 11.892, foi criada a rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O governo absorveu e reorganizou os CEFETs e escolas técnicas em uma única denominação, os Institutos Federais. Nessa nova organização, a ETFAR foi federalizada em 2010, e passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Tendo como seu primeiro nome o Núcleo Avançado de Farroupilha.</p>	<p>foto da placa como núcleo avançado</p>

	Em 2013, o Ministério da Educação transformou o Núcleo Avançado de Farroupilha em <i>Campus</i> . Assim, a instituição passa a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul <i>Campus</i> Farroupilha.	
	Atualmente a instituição oferece Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em: <ul style="list-style-type: none"> ● Administração ● Eletromecânica ● e Informática 	
	Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio em: <ul style="list-style-type: none"> ● Automação Industrial ● Eletrônica ● Eletrotécnica 	
	Cursos de graduação em: <ul style="list-style-type: none"> ● Engenharia de Controle e Automação ● Engenharia Mecânica ● Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados ● Licenciatura em Pedagogia ● Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ● Tecnologia em Fabricação Mecânica ● e Tecnologia em Processos Gerenciais 	
	Oferece também Especialização em Educação: Reflexões e Práticas	

	para a Educação Básica e Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia dos Materiais	
	<p>Para dar suporte aos cursos, o <i>Campus</i> conta atualmente com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 31 laboratórios nas áreas de: Química, Física, Metalurgia, eletrônica, eletrotécnica, polímeros, informática e administração. - 5 salas para apoio aos laboratórios - 13 salas de aula - 14 Salas administrativas - 8 salas de professores - Refeitório - Auditório - Biblioteca - Almoxarifado - Quadra poliesportiva - e Galpão 	imagens gravadas
	Todos estes laboratórios, salas de aula, salas administrativas, de apoio estão alocadas em 5 blocos prediais.	drone
	Um sexto bloco está em construção, que será destinado a um novo refeitório para os alunos e salas de aula.	filmagens
	<p>O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - <i>Campus</i> Farroupilha é um exemplo de que a EPT ainda permanece forte e ativa.</p> <p>Com sua história de mais de 20 anos o <i>Campus</i> Farroupilha passou por diversas transformações com o objetivo de atender as</p>	

	necessidades da comunidade em que está inserido. Atualmente com mais de mil alunos, a instituição firma-se como referência em educação de qualidade para a cidade de Farroupilha e região.	
	Para saber mais sobre a evolução da educação profissional e tecnológica no Brasil ouça o <i>podcast</i> "E essa tal de EPT?"	só caracteres e áudio em off
	Agradecimentos	

APÊNDICE D - ARTIGO

Campus Farroupilha e sua trajetória: um ensaio

Deise Inára Cremonini Dagnese
Maria Augusta Martiarena de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio faz parte de uma pesquisa maior relativa ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), *Campus* Porto Alegre. A pesquisa proposta a qual está vinculado este ensaio, refere-se à Memória e identidade visual: o reconhecimento da EPT por meio da história de uma instituição educacional.

Utilizando-se da metodologia de pesquisa exploratória de cunho histórico, a busca acontecerá pela análise documental, com um viés à fotografia como fonte principal de pesquisa, a qual resultará na elaboração de um produto educacional. Este ensaio tem por objetivo estudar a trajetória do *Campus* Farroupilha antes de sua federalização e compreensão de sua importância para os dias atuais.

A escolha do tema se deve ao fato de que a primeira autora trabalha e é moradora na cidade de Farroupilha, cidade a qual se encontra o *Campus* descrito. Para esta autora, a trajetória do mesmo marcou sua adolescência com o início da construção de seus prédios em 2001. A criação da Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR) foi consolidada em 1999 pela Fundação da Universidade de Caxias do Sul (FUCS) e o Ministério da Educação, por meio do Programa de Extensão da Educação Profissional (PROEP).

Compreende-se que a análise de tal trajetória pode ser realizada a partir de embasamento teórico no âmbito da História da Educação Profissional, tendo em vista que tal modalidade de ensino possui sua própria historicidade, segundo Magalhães (2004, p. 66) “A identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, como a memória e a representação da instituição, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica.”

Dessa forma, faremos um breve relato histórico sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, principalmente no que tange a LDB 9.394/96 e o Decreto

2208/97, que tem por consequência a criação do Programa de Extensão da Educação Profissional (PROEP) e descreveremos a trajetória do *Campus* Farroupilha enquanto instituição educacional.

2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: UM BREVE RELATO

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é datada há mais de um século. Segundo Saviani (2019), as primeiras manifestações surgem na época do Brasil Império, mas somente passou a ocorrer de forma organizada no início do século XX depois da Proclamação da República.

A primeira manifestação concreta da EPT no Brasil se dá através do decreto nº7566/1909, por intermédio do presidente Nilo Peçanha, pelo qual cria as Escolas Aprendizes e Artífices, que, segundo Ramos (2014, p.24) eram “voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram crianças pobres, órfãos e os abandonados [...]”

Considerando: Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existencia; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; (BRASIL, 1909)⁵.

O intuito da criação das escolas é evidente no seguinte trecho:

Uma educação profissional que atendesse às necessidades da população e às necessidades das empresas e das fábricas naquele tempo, na qual atendia muito mais as necessidades dos empresários, que direcionaram a educação profissional para atender seus interesses de formação de mão de obra. (CIAVATTA, 2014, p. 59).

Na década de 1930, o Brasil já era uma sociedade capitalista, a partir disso, o governo de Getúlio Vargas enxergava na expansão da indústria como uma forma de modernização tecnológica, consolidação e generalização do capital brasileiro. Esta expansão refletiu diretamente na relação da educação e trabalho, segundo Ramos

⁵ Grafia original - não modificada

(2014, p. 25), “a formação os trabalhadores é tratada como uma necessidade da expansão industrial, porém, à parte da política educacional”.

Ainda para Ramos (2014), relata que o Governo Federal comprometeu-se com o ensino secundário, porém, manteve as características eletivas nos currículos, ignorando o ramo profissional, oficializando assim o dualismo educacional: um voltado para a preparação do ensino superior e o outro para ensino profissional.

Ainda nesta década, outros marcos para educação foram importantes, Saviani (2019), aponta como marcantes: a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, decreto 19.402/1930; Reformas do ministro Francisco Campos, que estruturou organicamente os ensinos: secundário, comercial e superior; Manifesto dos Pioneiros da Educação nova; e, Constituição de 1937, que exigia a fixação das diretrizes da Educação Nacional e apresentava indicativos da sistematização do ensino industrial:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (Constituição de 10 de novembro de 1937, art. 129).

No mesmo ano da promulgação da Constituição brasileira, as escolas de Aprendizes e Artífices passam a se chamar Liceus por meio da Lei 378/37 e, em 1942, através do Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, passam a ter nova denominação: Escolas Industriais e Técnicas.

Na década de 1940, os principais movimentos da educação profissional e tecnológica foram: a criação das leis orgânicas de ensino, também conhecidas por “Reforma Capanema”, as quais foram propostas pelo Ministro da Educação do Estado Novo: Gustavo Capanema, que resultaram na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem, conhecido como: Sistema S, que englobava as áreas: industrial, comercial, rural e técnica; e, em 1946, deu-se início dos debates da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

No governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, ficou marcado pela abertura de mercado para o capital estrangeiro e pelo desenvolvimento econômico

dependente. Ainda no governo de Juscelino, o projeto: 50 anos em 5, do período de 1956 a 1961, a educação profissional ganha destaque, através de investimentos com o objetivo na formação de profissionais orientados para o desenvolvimento do país.

[...] seu Plano de Metas, é assinado como relevante para a política de educação profissional no país, inclusive por pavimentar a associação com capital estrangeiro e diversos acordos internacionais que possibilitaram a instituição de programas fundamentais para a implantação, a expansão e a consolidação da educação profissional e tecnológica no Brasil (RAMOS. 2014, p. 15).

Ainda na década de 1950, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e passaram a se denominar Escolas Técnicas Federais, tendo assim autonomia didática e de gestão.

No primeiro ano do governo de João Goulart em 1961, foi sancionada a Lei 4.024, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual foi um marco importante para o ensino profissional, segundo Ramos:

[...] A lei de diretrizes e bases da Educação Nacional de 1961 fez com que o ensino técnico, que antes era terminal, se tornasse equivalente ao secundário Propedêutico, podendo os técnicos, uma vez concluído seus cursos, candidatar-se a qualquer curso de nível superior (2014, p. 27).

No período de ditadura civil-militar, os governos militares foram protagonistas no conteúdo de reformas na LDB, a primeira de 1968 intitulada como: reforma do Ensino Superior - Lei 5.540/1968; e a segunda 1971, Lei 5.692/1971, como: reforma do ensino primário e médio. Esta última, teve grande impacto sobre o ensino profissional, tornando o ensino técnico compulsório para todos que cursavam o ensino de segundo grau, atual ensino médio (MEC, 2020).

[...] Essa lei instituiu a “profissionalização Universal e compulsória para o ensino secundário”, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos pretendia-se fazer a opção pela profissionalização universal de segundo grau, transformando o modelo humanístico/científico em um científico barata tecnológico. (MANFREDI, 2017, p. 100).

Essa equivalência de ensino criada para as classes trabalhadoras e das elites, visava que todos tivessem a mesma curricularização, porém, isso não ocorreu. O ensino profissional de segundo grau compulsório perdurou até 1982, com a lei 7.044/82 que reformulou a Lei 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade do ensino técnico. Segundo Ciavatta:

[...] as classes dominantes não queriam que seus filhos tivessem formação técnica e sim, formação universitária. Por isso as escolas privadas “maquiavam” o ensino técnico utilizando, como a denominação das disciplinas profissionais de Instrumentais (2014, p. 60).

Já a década de 1990, foi marcada por diversos fatos históricos marcantes para o ensino profissional. Em 1994, a Lei 8958/94 transformou Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs; em 1996, é sancionada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394/96; e, em 1997, sancionou-se o Decreto 2.208/97, que separa a educação profissional da educação regular (RAMOS, 2014, p. 40).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, houve debates e projetos enviados para a câmara de deputados que previam a “era da escola unitária e politécnica, a qual superaria a consagrada dualidade que marca a história da educação brasileira” (RAMOS, 2014, p. 39), a qual acabou não se concretizando.

O projeto principal do governo FHC era que “a espinha dorsal da reforma era a separação da educação profissional da educação regular, organizando o ensino técnico independentemente do Ensino Médio, sendo oferecido de forma concomitante ou sequencial a este.” (RAMOS, 2014, p. 40), o que de fato acabou se concretizando, com a lei 9.394/96 e com o decreto 2.208/97.

Ramos (2014), ainda afirma que:

A Lei Nº 9394/96 incorporou a educação profissional como o processo educacional específico, não vinculado necessariamente a etapas de escolaridade, voltado para o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (RAMOS, 2014, p. 58).

Os termos do decreto 2.208/97, de acordo com Ramos (2014), definem a educação profissional com três terminologias diferentes: básico (ensino médio), técnico e tecnológico. Sobre o nível técnico o autor define:

[...] destinava-se a proporcionar habilitação profissional alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ter organização curricular própria independente do primeiro, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a este (art.5). Com isso instituiu-se a separação curricular entre ensino médio e educação profissional (RAMOS, 2014, p. 59)

Para que esse plano previsto na LDB e no Decreto 2.208/97, pudesse se concretizar, o Ministério da Educação em parceria com o Ministério do emprego e trabalho, criaram o Programa de Expansão da Educação Profissional, o PROEP, em

parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Ramos (2014) ressalta:

O Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, voltado para o financiamento de obras equipamentos, foi uma importante estratégia de implementação da reforma um dos critérios de elegibilidade de projetos era a extinção de Ensino Médio ao longo de cinco anos a contar da data da aprovação do mesmo. (RAMOS, 2014, p. 59).

O PROEP tinha como objetivos: a) ampliação e diversificação da oferta de cursos, dos níveis básico, técnico e tecnológico; b) separação formal entre ensino médio e educação profissional; c) oferta de cursos em que os currículos estavam sintonizados com o mundo do trabalho e os avanços tecnológicos; d) acompanhamento dos formandos no mercado de trabalho; e) reconhecimento certificação de competências; f) modelo de gestão institucional inteiramente aberto. (RNP, 2020).

Ramos (2014) destaca ainda que o PROEP tinha condições pré-determinadas para poder vigorar para o público interessado em participar do programa, sendo ele:

O programa destinava-se a expansão da educação profissional em determinadas condições. O aumento do número de instituições, por exemplo, só ocorreria pela iniciativa dos estados ou dos Municípios, isoladamente ou em Associação com o setor privado; ou, ainda, por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, isoladamente ou em Associação com o setor público. (RAMOS, 2014, p. 60).

Tendo em vista os pré-requisitos propostos, a FUCS viu como oportunidade para a população da Serra Gaúcha a possibilidade de ofertar de cursos técnicos que visavam a rápida formação ou reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

3. MEMÓRIA E HISTÓRIA DO *CAMPUS* FARROUPILHA

A história do *Campus* Farroupilha se iniciou em 1999 com a assinatura do convênio 16/1999, que tratava da implementação Predial da Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR). Este convênio foi firmado entre a fundação da Universidade de Caxias do Sul (FUCS) e o Ministério da Educação, por meio do Programa de extensão do Ensino Profissional, o PROEP.

O convênio tratava da construção predial e de toda a infraestrutura necessária para a escola técnica funcionar no terreno cedido pela prefeitura de Farroupilha. Além disso, o convênio, teve quatro termos aditivos que tratavam de reprogramações de prazos e de revisões de orçamento.

A inauguração da Escola Técnica aconteceu em 14 de maio de 2001, e contou com a presença do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, do reitor em atividade da FUCS, Ruy Pauletti, do prefeito Bolivar Antonio Pasqual e das demais autoridades do estado e município.

Em 13 agosto de 2001, aconteceu a assinatura do convênio 68/2001, que trata da Implementação do PROEP na escola Técnica de Farroupilha. Os cursos oferecidos pela ETFAR foram os cursos técnicos em: Processamento de Polímeros, Metalurgia, Desenvolvimento de Produto, Telecomunicações, Eletrotécnica, Projetos e Gerenciamento de Redes de Computadores, Eletrônica Industrial e Desenvolvimento de Softwares (Conselho Estadual de Educação, 2020).

A ETFAR funcionou até o ano de 2010, onde, a partir desta data, foi federalizada e passou a fazer parte do grupo de 12 *campi* que fazem parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

A partir do dia 25 de fevereiro de 2010, a antiga Escola Técnica de Farroupilha passou a denominar-se Núcleo Avançado de Farroupilha do IFRS, a partir do ofício de termo de compromisso para institucionalização da ETFAR compor o IFRS. (Núcleo de comunicação do IFRS, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação profissional e tecnológica no Brasil tem fundamental importância para a educação como conhecemos na atualidade. Manter a memória das mesmas atuante na sociedade é dever das pessoas que dela fazem parte. Pensando nessa necessidade, enquanto pesquisadoras, entendemos a importância do registro de todos os momentos dessa trajetória da educação profissional.

O objetivo deste artigo foi buscar um breve relato da Educação Profissional no Brasil desde o registro de sua institucionalização no início no século XX até a concepção do Programa de Extensão do Ensino Profissional (Proep) em 1997. Buscamos especificamente o Proep por ele ter sido parte da história de concepção da antiga ETFAR, atual *Campus* Farroupilha do IFRS.

Nesta pesquisa foram buscados os autores Marise Ramos, Dermeval Saviani, Maria Ciavatta e Silvia Manfredi. Estes são autores que reconhecem a importância da documentação referente a educação no Brasil. Neste levantamento podemos

constatar que, por mais que haja registro, ainda precisa continuar escrevendo a história de todos os movimentos da educação para que sirva de base para os pesquisadores futuros, e não só para eles, mas para toda a sociedade envolvida com a educação profissional. Esses movimentos fazem parte da memória não só do ensino profissional, mas das instituições educacionais, e preservá-las contribui a preservação de todos os movimentos

Finalizamos reforçando a importância do registro de todos os movimentos da história da educação brasileira. Ela faz parte da memória de todos os indivíduos que dela utilizam, isto é, de toda a população brasileira. Documentar, registrar e catalogar e acima de tudo pesquisar estes documentos faz parte da evolução enquanto seres humanos sociais, como cita Le Goff (1990, p. 549) “documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.”

REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909. [S. l.], 1909. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

CIAVATTA, Maria. **A historicidade das reformas da educação profissional cadernos de pesquisa em educação**, Rio de Janeiro, semestral, v. 19, n.39, p 51-64. Jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/educacao/article/view/10246>>. Acesso em 04 ago. 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/RS. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br/busca=ETFAR;1/1>. Acesso em: 7 ago. 2020.

GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20uma%20Secret%C3%A1ria%20de%20Estado,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Saude%20Publica.&text=1%C2%BA%20Fica%20cria da%20uma%20Secretaria,P%C3%BAblica%2C%20sem%20aumento%20de%20despeza>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

MAGALHÃES. Justino. **Tecendo nexos: História das instituições educativas** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5924>> Acesso em 04 maio 2020.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da História.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017. *E-book* (p.606).

MEC. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundacoes-de-apoio-sp-997796191/legislacao/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>> Acesso em 04 ago. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** [S. l.: s. n.], 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 7 ago. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. 1. ed. Curitiba, 2014. 121 p. v. 5. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas**. [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SETEC. **Linha do Tempo: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>>. Acesso em 04 ago 2020.

SETEC. **Histórico da Educação profissional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 04 ago 2020.

RNP. **Programa de Expansão da Educação Profissional**. Disponível em: <https://memoria.rnp.br/ti-rj/material/Pedriccto.pdf> Acesso em: 7 ago. 2020.

APÊNDICE E - AVALIAÇÕES DESCRITIVAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO

Avaliação 1

As sugestões são sobre o formulário mesmo. Inserir um "Não se aplica" em alguns itens. Na pergunta "Há quanto tempo você conhece o IFRS *Campus* Farroupilha?" poderia ser colocado o item "Mais de dez anos". Excelente produto. Parabéns para a pesquisadora e sua orientadora.

Avaliação 2

Excelente iniciativa. Acredito que projetos como esse propiciam que se compreenda de forma mais concreta como ocorreu a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Avaliação 3

Se possível diminuir o tempo dos *podcast*

Avaliação 4

Excelente Trabalho!!! Parabéns!!!

Avaliação 5

A mestrande Deise soube transmitir o conteúdo de forma dinâmica e leve, ainda mais por se tratar de informações históricas e burocráticas. A narrativa segue uma linha do tempo, fazendo com que o ouvinte consiga acompanhar com clareza, sem se perder nos assuntos. Os conteúdos de áudio e audiovisual foram desenvolvidos com qualidade técnica no som e imagem. O documentário, fotograficamente, ficou interativo e sem monotonia, intercalando passagens, fotografias, vídeos aéreos, entre outros. Na linguagem, a estudante fez uso dos nomes e siglas, deixando o texto contínuo, sem repetições. Por fim, destaco a conexão entre os episódios, sendo que em cada início ou final de *podcast* é citado que existem os demais conteúdos. O material está bem completo, servindo sim como objeto para preservação da memória e difusão da história da implantação/transformação das EPTs no Brasil, como também divulgação do *Campus* Farroupilha.

Avaliação 6

O resgate histórico possibilita dar identidade a um produto e transforma-lo em legado histórico para as próximas gerações.

Avaliação 7

Obrigada, por essa oportunidade de estudar e aprender com o seu material, de uma forma leve, agradável e prazerosa.

Agora, alguns comentários, sugestões e indagações (pois não consigo ficar omissa) sobre os *podcast*, documentário, de acordo com a organização da mestrandia:

1 – Usa a palavra ‘item de luxo’, não podemos esquecer que o cesso a educação básica e superior é um direito, conquistado por muitas lutas.

Em algum momento em sua fala, diz: ‘dualidade estrutural da educação’, repete também, essa mesma fala no *podcast* 5, a meu ver, penso que deva corrigir, pois compreendo que há uma dualidade educacional. Nesse sentido, recomento a leitura do verbete Dualidade Educacional, de Ana Margarida Campello. Link: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html>

2 – Para pensar: esse período, em que os governantes, juntamente com a sociedade civil, pensavam e articulava os arranjos para educação profissional, não havia condições físicas e financeiras, como você enfatiza, ou não tinha interesse em expandir a oferta de cursos, conseqüentemente a criação de mais institutos federais.

3 – Sugiro a leitura do conceito de “acumulação flexível”, de David Harvey (1993), para melhor compreensão, das políticas neoliberais, a partir da reestruturação produtiva, aprofundou na sociedade capitalista. Para você ter maior clareza, se deve usar capitalismo flexível. (HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.)

O que você quer dizer com o aprofundamento da globalização? O que você entende sobre o conceito de globalização?

Quando diz Estado e sociedade civil, está se referindo a qual concepção dessas expressões?

A disputa por uma construção de uma LDB/96 minimalista (Saviani), foi para atender os interesses do Estado ou dos empresários que estavam a todo o momento, disputando a formulação da LDB, para assim, ter acesso ao fundo público, por exemplo.

Quando diz, ‘Ministério do Trabalho’, sugiro que deva atualizar que hoje não é mais Ministério do Trabalho, e que a partir do golpe de 2016, o governo Michel Temer,

denomina o antigo Ministério do Trabalho, para Secretaria do Trabalho – Ministério da Economia.

As parcerias são muito exaltadas na sua fala, a exemplo do BID. Mas o que o banco internacional ganha? Quais são os seus interesses? O que essas parcerias revelam de fato?

4 – Porque não usar um dos cursos oferecidos, para explicar a pedagogia do curso? Por exemplo, a pedagogia do curso, o que se estuda (conteúdo), o que se espera do curso, como ingressar no curso, dentre outras coisas relevantes.

5 – Penso que a leitura de três textos, caso você ainda não conheça, irá esclarecer sobre os conflitos que gira em torno da lei 5154/2004, isto é, o que se pode fazer e o que não foi possível fazer no momento. Nesse sentido, a partir dessas leituras, irá pensar mais sobre se há ou não diferença; se teve cortes revolucionários; se o documento é híbrido; a questão sobre o ensino integrado, o que se entende por isso. Os três textos estão disponíveis na internet, sendo eles: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *Revista Trabalho Necessário*. Ano 3, n. 3, p. 1-26, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087 – 1113, 2005.

RODRIGUES, José. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 3, n. 2, p. 259-282, 2005.

Cabe lembrar que a criação do PRONATEC, é uma continuidade das políticas neoliberais, iniciadas no governo FHC, e se agudiza no governo Lula.

Bom, pode ter sido uma dificuldade minha de encontrar o link do vídeo que você cita, criado pela Sílvia. Eu, não encontrei, abaixo do *podcast* ou em outro lugar, cabe verificar, uma vez que menciona que irá deixar o link disponível.

Quando você traz algumas curiosidades dos institutos federais, na atualidade, você não menciona, que a partir de 2016, muitos estão fechando, devido ao desmonte que estamos sofrendo. Ou quando se diz o número de institutos existentes, já está se referindo a números atualizados? Como que o instituto está funcionando na pandemia Covid-19?

Documentário: o documentário condiz com que foi apresentado nos *podcast*,

permitindo, visualizar a estrutura física da instituição, a construção, etc. Quando menciona sobre as pessoas presentes na inauguração da instituição, porque cita apenas o nome de Paulo Renato de Souza? Somente ele, era uma figura importante e influente? Já que teve outras pessoas, vinculadas a outras agências? Ver como irá usar a legenda nas fotografias, se abaixo de cada uma, ou no final (ver como em documentário isso é feito).

Avaliação 8

Sobre preservação das memórias, admito que é um conceito teórico distante da minha realidade, portanto, não sei opinar com maior propriedade sobre este efeito. Porém, acho que os materiais produzidos têm boa contribuição no processo de ampliação dos conhecimentos sobre a EPT e o IFRS *Campus* Farroupilha, pensando tanto na comunidade interna quanto externa. Parabéns pelo trabalho Deise!